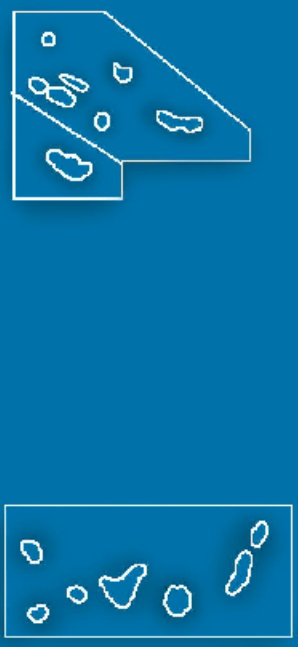
# Interreg III B

## Sudoeste europeu

Programa de iniciativa comunitária 2000-2006

# Programa operacional



Iniciativa comunitária relativa à cooperação transnacional em matéria de ordenamento do território e desenvolvimento regional.

SUDOE INTERREG III B

www.interreg-sudoe.org

FEDER

# ÍNDICE

**CAPÍTULO 1 : INTRODUÇÃO ..... p. 3**

1.1 – Contexto da cooperação transnacional ..... p. 3
1.2 – Principais ensinamentos retirados do INTERREG II-C ..... p. 3
1.3 – Preparação de parceria do programa operacional ..... p. 6
1.4 – Concordância com outros espaços de cooperação territorial ..... p. 9
1.5 – Relação com as outras políticas e programas da União Europeia. ..... p. 10

**CAPÍTULO 2 : ANÁLISE DA ZONA DO SUDOESTE EUROPEU ..... p. 14**

2.1 - Delimitação e descrição da zona elegível ..... p. 14
2.2 - Demografia ..... p. 16
2.3 - Economia e emprego ..... p. 22
2.4 - Sistema urbano e zonas rurais ..... p. 35
2.5 - Transportes e sociedade de informação ..... p. 36
2.6 - Ambiente ..... p. 38
2.7 - Património natural e herança cultural ..... p. 44
2.8 - Análise FFOA (Pontos fortes, pontos fracos, oportunidades, ameaças) ..... p. 46

**CAPÍTULO 3 : ESTRATÉGIA CONJUNTA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ..... p. 48**

3.1 - Princípios para a elaboração duma estratégia conjunta ..... p. 48
3.2 - Objectivos estratégicos ..... p. 51

**CAPÍTULO 4 : PRIORIDADES E MEDIDAS ..... p. 55**

***PRIORIDADE 1 : .Estruturação policêntrica do espaço e reforço de pólos de competência*** **p. 57**

Medida 1-1 : Reforçar e consolidar o sistema urbano do SUDOE ..... p. 58
Medida 1-2 : Dinamizar as zonas rurais e desenvolver as complementaridades territoriais para o ordenamento sustentável do SUDOE ..... p. 60
Medida 1-3 : Valorizar o potencial de desenvolvimento e de inovação do SUDOE ..... p. 62

***PRIORIDADE 2 : .....Gestão do património cultural e natural e promoção do ambiente*** **p. 65**

Medida 2-1 : Preservar e melhorar o valor patrimonial dos espaços e dos recursos naturais, entre os quais os recursos de água ..... p. 68
Medida 2-2 : Dinamizar a valorização criativa do património cultural ..... p. 71
Medida 2-3 : Favorecer uma nova abordagem da gestão patrimonial e ambiental pelos actores ..... p. 73

***PRIORIDADE 3 : Desenvolvimento de sistemas de comunicação eficazes e sustentáveis e melhoria do acesso à sociedade de informação ..... p. 77***

Medida 3-1 : Optimizar as redes e os sistemas de transporte do SUDOE e desenvolver a intermodalidade ..... p. 81
Medida 3-2 : Melhorar o acesso à sociedade de informação ..... p. 84

***PRIORIDADE 4 : .....Desenvolvimento dum quadro de cooperação permanente pelos actores do SUDOE através da implementação de acções territoriais comuns ..... p. 87***

Medida 4-1 : Promover os métodos, as estruturas e as ferramentas territoriais comuns e reforçar a identidade do SUDOE ..... p. 89

***PRIORIDADE 5* :Assistência técnica ..... p. 91**

**CAPÍTULO 5 : DISPOSIÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO ..... p. 93**

5.1 - Gestão estratégica : comité de acompanhamento ..... p. 93

5.2 - Gestão operacional : comité de programação, autoridade de gestão, autoridade de pagamento e secretariado comum ..... p. 95

5.3 - Sistema comum de gestão financeira ..... p. 99

5.4 - Procedimentos de instrução e de selecção dos projectos ..... p. 104

5.5 - Procedimentos de acompanhamento ..... p. 105

**CAPÍTULO 6 : PLANO FINANCEIRO CONJUNTO ..... p. 109**

**CAPÍTULO 7 : AVALIAÇÃO EX ANTE ..... p. 115**

**ANEXOS ..... p. 126**

Lista das abreviaturas ..... p. 126

# CAPÍTULO 1 : INTRODUÇÃO

## 1.1 – CONTEXTO DA COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL

A Comissão Europeia adoptou as orientações da iniciativa comunitária INTERREG III no dia 28 de Abril de 2000 (Comunicação do JOCE C 143 de 23 Maio de 2000).
Das três partes estabelecidas, a parte B do INTERREG III tem por objectivo desenvolver a cooperação transnacional entre autoridades nacionais, regionais e locais para promover um nível mais elevado de integração territorial no seio de vastos agrupamentos de regiões na Europa, a fim de conseguir alcançar um desenvolvimento duradouro, harmonioso e equilibrado na comunidade e uma melhor integração territorial com os países candidatos e os países vizinhos, entre os quais os da bacia mediterrânica.

O programa ambiciona igualmente contribuir para o reforço da coesão económica e social na União Europeia (U.E.). Privilegiando uma abordagem territorial integrada, o programa tem em conta as opções políticas contidas no esquema de desenvolvimento do espaço comunitário (EDEC), de que constitui uma ferramenta de experimentação privilegiada, contribuindo para as estratégias formuladas por esse esquema.
O programa deve tomar em consideração as prioridades das outras políticas comunitárias que têm um impacto territorial marcado : Redes Trans-europeias de Transportes (RTE-T), política do ambiente, política de Investigação e de Desenvolvimento (I&D), em conformidade com o ponto 14 da Comunicação.

O actual programa operacional (P.O.) constitui uma solicitação para as intervenções previstas a título da Parte B do INTERREG III. É apresentado conjuntamente pelo Reino de Espanha, a República Francesa, a República Portuguesa e o Reino Unido da Grã Bretanha (para Gibraltar) sob a designação « Espaço Sudoeste Europeu ». Inclui as propostas de acções destes Estados Membros e dos outros actores públicos competentes pertencendo ao campo geográfico definido para o programa.

Por convenção, utiliza-se o termo SUDOE para designar o Sudoeste europeu.

## 1.2 – PRINCIPAIS ENSINAMENTOS RETIRADOS DO INTERREG II-C

O programa INTERREG II-C SUDOE, aprovado pela Comissão Europeia a 7 de Abril de 1998, deu lugar a uma primeira geração de projectos inovadores e multi-sectoriais em matéria de desenvolvimento territorial, concebidos e implementados por parcerias transnacionais. Se bem que dotado de fracos recursos (5,5 M€ do FEDER) comparativamente aos outros programas INTERREG II de cooperação transnacional (20 M€ do FEDER em média), o programa permitiu iniciar estudos, trocas de experiências e acções piloto, entre as quais algumas sobre temas de grande interesse, como a organização dos sistemas urbanos, a revitalização dos territórios rurais, o reforço da intermodalidade e o desenvolvimento do transporte ferroviário.

A prática do programa INTERREG II-C colocou em evidência a heterogeneidade dos sistemas de ordenamento do território nos Estados do espaço SUDOE, os quais são baseados em definições, bases jurídicas, procedimentos e instrumentos diferentes e que são implementados por instâncias administrativas diferentes.
A organização administrativa varia entra a situação de forte autonomia de que dispõem as comunidades autónomas espanholas e a ausência de autoridades regionais em Portugal, à excepção das regiões insulares. A França situa-se numa situação intermédia : os Conselhos Regionais, que dispõem de competências em matéria de ordenamento do território, intervêm em concertação com o Estado descentralizado (prefeituras de região).

À imagem deste espaço que está em emergência, têm vindo a desenvolver-se de uma forma progressiva, hábitos de trabalho entre os parceiros nacionais e regionais dos três países envolvidos, graças à criação dos Comités de Acompanhamento e de Programação transnacionais onde as decisões são tomadas por consenso. Um secretariado comum associando os representantes das administrações encarregadas da gestão do programa preparou as decisões destes comités e contribuiu para o bom funcionamento do programa. Estas relações constituem um fundamento que convirá consolidar e alargar no decurso do actual programa.

Com base nesta experiência adquirida e sem subestimar as diferenças na organização administrativa entre os diversos países, o programa INTERREG III-B deve favorecer uma maior harmonização em matéria de práticas administrativas, jurídicas e financeiras. Deverão ser feitos esforços para oferecer um tratamento igualitário aos portadores de projectos em toda a zona transnacional, que se trate de informação difundida, de ajuda trazida em matéria de montagem de projectos, do tratamento dos dossiers na altura dos processos de instrução e de selecção das operações e do pagamento dos subsídios atribuídos. O dispositivo de gestão conjunta apresentado no capítulo 5 deverá contribuir de forma importante para alcançar este objectivo.

<u>Outros ensinamentos</u> :

- apesar de um período de programação relativamente curto (um ano) para o INTERREG II-C, o volume de projectos transnacionais apresentados foi largamente superior às possibilidades de financiamento. Dos 38 projectos apresentados, foram considerados 15 projectos, dos quais dois cobrindo todo o campo geográfico, compostos por três acções para o estudo prospectivo dos sistemas urbanos e quatro acções para a análise dos transportes ferroviários.

- Perto de 60 % dos projectos colocaram em presença organismos dos três países, dependentes na sua maioria, das regiões interiores do espaço SUDOE. Esta situação explica-se por um lado, devido ao campo geográfico do programa que não associava as regiões francesas com costa marítima e, por outro lado, pela escolha feita pela maioria das comunidades autónomas espanholas de costa marítima de participarem em projectos associados aos espaços Atlântico e Mediterrâneo. Deste ponto de vista, é importante que este programa seja capaz de envolver de forma activa todas as regiões, apoiando-se nomeadamente em lógicas transversais de articulação das regiões com costa marítima com as regiões interiores.

- A maior parte dos projectos tiveram um campo geográfico de acção limitado, com uma grande proporção de projectos ligados às problemáticas do desenvolvimento rural e da valorização dos recursos locais. Globalmente, constata-se um bom equilíbrio entre os projectos de estudos prospectivos ligados a temas estruturantes (sistemas urbanos, transporte ferroviário) e os projectos virados para o desenvolvimento territorial local, (papel estruturante das pequenas e médias empresas (PME), valorização das amenidades, etc.). Várias acções deveriam poder ser objecto de seguimento operacional no quadro do INTERREG III.

- Devido à natureza das acções e dos beneficiários elegíveis, (os organismos com fim lucrativo estavam excluídos), constata-se uma forte presença das administrações estatais sobretudo em Espanha e em Portugal, uma forte presença das assembleias eleitas em Espanha e uma mobilização dos actores consulares e dos organismos públicos de estudos, em França. O objectivo para o INTERREG III-B será de alargar o campo dos potenciais beneficiários e de favorecer os laços entre actores públicos e privados do SUDOE.

- Globalmente, os principais campos de cooperação estabelecidos no programa INTERREG II-C são considerados pertinentes. Poderão ser reconduzidos para o INTERREG III-B e alargados a outros campos de intervenção possíveis (pesquisa e inovação, empresariado, cooperação entre costas marítimas, etc.).

- Surgiram dificuldades na difusão e informação entre os Estados e regiões beneficiárias do programa, bem como entre as autoridades regionais gestoras do programa e os potenciais beneficiários. Esta situação necessita de melhoramentos consideráveis e deve constituir um ponto chave de aprofundamento da cooperação entre todos os interlocutores implicados na gestão do programa. Para reforçar o desenvolvimento duma cultura de cooperação entre os gestores públicos e privados, os dispositivos de implementação do programa INTERREG III B deverão integrar mecanismos que permitam promover acções de sensibilização e de informação sobre o P.O., de o gerir eficazmente e de incluir uma assistência técnica adaptada aos potenciais beneficiários desde as primeiras fases de aplicação do programa.

- As novas dinâmicas de cooperação que começaram a funcionar no quadro do programa INTERREG II C SUDOE permitiram criar e reforçar laços institucionais que deverão continuar no quadro do INTERREG III B, e isto continuando o desenvolvimento das redes de cooperação institucional, aprofundando as relações estabelecidas, assegurando às estruturas de cooperação uma estabilidade permanente, e desenvolvendo procedimentos de gestão, de acompanhamento e de avaliação do programa de qualidade.

## 1.3 – PREPARAÇÃO DE PARCERIA E DO PROGRAMA OPERACIONAL

A 24 de Maio de 2000, teve lugar em Toulouse uma reunião de lançamento do programa INTERREG III-B SUDOE, durante a qual foram estabelecidos o calendário, o procedimento de elaboração do P.O. e o modo de consulta da parceria.

Foi lançado um procedimento de levantamento de contribuições em Junho de 2000 junto da parceria que pareceu mais adaptada a cada Estado Membro. As contribuições sobre os interesses e as propostas de acções a promover no seio do SUDOE diziam respeito aos três temas seguintes :

- **grupo 1** : desenvolvimento espacial policêntrico e nova relação cidade-campo ;
- **grupo 2** : gestão do património natural e cultural e promoção do ambiente ;
- **grupo 3** : desenvolvimento de sistemas de transportes eficazes e duradouros e melhoria do acesso à sociedade de informação.

Numa primeira fase, as contribuições foram objecto duma síntese nacional redigida por um relator designado por cada um dos Estados, e, numa segunda fase, duma síntese transnacional preparada em comité de redacção transnacional de 17 e 18 de Julho 2000 em Lisboa, na presença dos nove relatores e finalizada no fim do mês de Julho de 2000 sob a alçada dum relator principal por grupo. Na altura da reunião de Lisboa, o dispositivo de gestão conjunta foi objecto duma primeira discussão entre as autoridades encarregadas da gestão do programa.

Um primeiro documento temático global prefigurando o conteúdo das medidas do P.O. foi estabelecido em Agosto de 2000 e discutido durante a reunião do Comité de Redacção Transnacional em 25 e 26 de Setembro de 2000 em Madrid. Um anteprojecto de P.O. foi submetido ao Comité de Redacção Transnacional em 18 de Outubro de 2000 e submetido para parecer à parceria mais adequada em cada um dos países.

Um projecto de P.O. foi apresentado perante uma larga parceria (mais de 150 pessoas) durante o seminário transnacional que teve lugar em Santander a 13 de Novembro de 2000. Os ensinamentos deste seminário foram integrados pelo Comité de Redacção Transnacional durante a sua reunião de finalização do projecto em 14 de Novembro de 2000. Compreendiam as problemáticas seguintes :

- permitir aos parceiros do sector privado aceder ao financiamento europeu ;
- tomar mais em consideração as colectividades locais na fase de elaboração do programa e do complemento de programação.

As últimas modificações foram introduzidas a 20 de Novembro de 2000.

**Quadro 1 : Reuniões transnacionais para a elaboração do programa INTERREG III-B**

| | Datas | Locais | Tipos de reuniões |
|---|---|---|---|
| **1** | 24 Maio 2000 | Toulouse | Lançamento do programa |
| **2** | 30 Junho 2000 | Lisboa | Lançamento da avaliação ex ante e exame dos primeiros trabalhos dos grupos temáticos transnacionais |
| **3** | 17-18 Julho 2000 | Lisboa | Comité de redacção – Elaboração das sínteses transnacionais dos três grupos temáticos |
| **4** | 25-26 Setembro 2000 | Madrid | Comité de redacção – Reflexões sobre o conteúdo do programa e dispositivo de gestão |
| **5** | 7 Novembro 2000 | Toulouse | Comité de redacção –<br>Exame do anteprojecto de P.O. |
| **6** | 13-14 Novembro 2000 | Santander | Seminário transnacional<br>Comité de redacção para finalizar o programa |

Neste quadro transnacional, cada Estado estabeleceu as suas próprias modalidades de consulta :

- **em Espanha :**

Tendo em vista a preparação do programa e tendo em conta a elegibilidade da totalidade da Espanha (17 comunidades autónomas e 2 cidades autónomas), o Governo espanhol, através do Ministério das Finanças, decidiu que a participação espanhola seria exclusivamente de nível regional e propôs aos seus parceiros que a gestão do programa fosse efectuada por uma região espanhola, situação sem precedentes no decurso do período de programação anterior. Estes dois aspectos marcaram a maneira de organizar a elaboração do programa do lado espanhol.
A consulta da parceria para a elaboração do programa teve lugar durante uma reunião de trabalho tida em 29 e 30 de Junho de 2000 na qual participavam todas as regiões espanholas ao lado da administração central. A última reunião com as regiões teve lugar a 19 e 20 de Outubro de 2000, tendo em vista reunir as acções implementadas antes da apresentação do programa à Comissão Europeia.
A constituição de grupos temáticos transnacionais permitiu que o nível regional estivesse representado em cada um dos grupos. Cada uma das três regiões coordenadoras estava encarregada de recepcionar as contribuições das outras regiões. Desta forma, foi possível estabelecer sinergias : por um lado, cada região estava encarregue de receber as contribuições dos seus parceiros (institutos públicos, colectividades locais, associações, direcções regionais da Comunidade, Conselho Económico e Social) e por outro lado, cada reunião transmitiu as suas contribuições à região coordenadora de cada um dos três grupos temáticos que os discutia com os seus parceiros transnacionais.
O papel do Ministério das Finanças era o de coordenar a difusão da informação junto dos Governos Regionais depois de cada uma das reuniões do Comité de Redacção Transnacional, o que permitiu a produção de sugestões complementares cada vez que circulava uma nova versão. No total, o Ministério recebeu, através das suas regiões, sugestões de cerca de 300 organismos, entre os quais entidades ambientais.

- **em França :**

A decisão governamental francesa de delegar a gestão do PIC INTERREG às colectividades territoriais traduziu-se na elaboração do programa por uma participação, ao lado do Estado (Prefeitura da região Midi-Pyrénées), do Conselho Regional Midi-Pyrénées, colectividade regional tida como sendo o chefe de projecto francês do programa INTERREG III-B SUDOE.
A fim de alimentar a reflexão dos três grupos temáticos transnacionais, foi lançado um apelo a contribuições em 16 de Junho de 2000. Os organismos consultados nas seis regiões francesas foram as administrações de Estado descentralizadas, as colectividades territoriais de nível regional, departamental e local (cidades principais), os organismos socio-profissionais e consulares, determinados estabelecimentos públicos competentes em matéria de ordenamento do território e operadores de redes. No total, foram solicitados cerca de 220 organismos com uma taxa de retorno significativa. As categorias de organismos que mais responderam foram as Câmaras Regionais de

Comércio e Indústria, o operador SNCF através das suas direcções regionais e colectividades locais de grande dimensão (vários Conselhos Gerais – Departamentos - e cidades com mais de 50 000 hab.). As autoridades ambientais foram consultadas ao mesmo título que os organismos de outros campos de actividade. Foram recenseadas várias contribuições de colectividades locais, no âmbito da consulta inter-serviços que elas tinham iniciado. A redacção da síntese nacional do grupo 2 beneficiou do serviço de peritos sobre a temática ambiente-água.
Uma informação específica da parceria regional francesa (em particular junto dos Conselhos Regionais e dos Conselhos Económicos e Sócio-regionais) foi implementada nas etapas importantes dos trabalhos do Comité de Redacção Transnacional. Esta parceria foi assim associada, por iniciativa do Conselho Regional Midi-Pyrénées, ao enriquecimento do projecto PO, aquando das reuniões de 18 de Outubro e de 8 de Novembro 2000.

- **em Portugal :**

A parceria para a elaboração do programa foi lançada a nível regional durante uma reunião que teve lugar em Lisboa a 29 de Maio, e a nível central através das reuniões tidas entre 25 de Junho e os primeiros dias do mês de Julho. Os organismos solicitados a apresentar contributos tendo em vista a definição da estratégia e das medidas do programa foram departamentos da administração central e descentralizada, institutos públicos, associações de municípios, universidades, institutos politécnicos, associações nacionais e regionais de empresários, associações de desenvolvimento regional e local. No total, cerca de 200 organismos foram consultados, com um retorno significativo. Todas as contribuições foram integradas no texto do programa, nomeadamente as das autoridades ambientais a nível regional e nacional. Todos estes organismos acompanharam a posterior evolução da preparação do programa e foram formalmente associados à apreciação e ao enriquecimento duma versão preliminar das sínteses temáticas disponíveis durante o mês de Setembro.

- **Em Gibraltar :**

Os principais organismos consultados pelas autoridades de Gibraltar no decurso da fase de preparação do programa incluem a Câmara de Comércio, a Federação das Pequenas Empresas, a União dos Transportes e dos Trabalhadores, o 'Gibraltar Ornithological and Natural History Society', o porto autónomo, a agência ambiental, o Ministério dos Transportes e do Turismo e o 'Gibraltar Heritage and Planning Department'.
Cada um destes organismos recebeu um projecto de programa e foi convidado a fazer comentários que foram tomados em consideração. As autoridades de Gibraltar participaram em todas as reuniões desde 17 de Julho. Estes organismos serão igualmente consultados no que respeita às acções de publicidade e de promoção do programa.

## 1.4 – SOBREPOSIÇÃO COM OUTROS ESPAÇOS DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL

A implementação deste programa deverá ser objecto de concertação com os outros espaços INTERREG III para os quais existem sobreposições de territórios.

**Quadro 1. Comparações do espaço SUDOE com outros programas INTERREG III**

| Programas operacionais | Tipo de concordância | Territórios envolvidos | | | Montante da participação do FEDER | Custo total do programa |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Estados membros | NUTS II | NUTS III | | |
| **INTERREG III-B Atlântico** | Parcial | Espanha | Galicia, Asturias, Cantabria, Navarra, Pais Vasco, La Rioja, Castilla-y-Leon, Canárias | Huelva, Sevilla e Cadiz | **121,95 M€** | **207,81 M€** |
| | | França | Aquitaine, Limousin Midi-Pyrénées, Poitou-Charentes | | | |
| | | Portugal | Açores, Algarve, Alentejo, Centro, Lisboa/Tejo, Norte, Madeira | | | |
| **INTERREG III-B Mediterrâneo ocidental** | Parcial | Espanha | Andaluzia, Murcia, Catalunya, C. Valenciana, Baleares, Aragon, Ceuta, Melilla. | | **97,37 M€** | **179,43 M€** |
| | | França | Languedoc-Roussillon | | | |
| | | Portugal | Algarve, Alentejo | | | |
| | | Reino Unido | | Gibraltar | | |
| **INTERREG III-B Açores-Madeira-Canárias** | Total | Espanha | Canárias | | **145,12 M€** | **170,73 M€** |
| | | Portugal | Madeira, Açores | | | |
| **INTERREG III-A França-Espanha** | Total | Espanha | | Girona, Guipuzcoa, Huesca, Lleida, Navarra | **82,30 M€** | **168,58 M€** |
| | | França | | Pyrénées orientales, Pyrénées atlantiques, Hautes-Pyrénées, Ariège, Haute-Garonne | | |
| **INTERREG III-A Espanha-Portugal** | Total | Espanha | | Badajoz, Caceres, Huelva, Ourense, Pontevedra, Zamora | **806,91 M€** | **1 111,71 M€** |
| | | Portugal | | Alentejo central, Algarve, Alto Alentejo, alto Trás-os-Montes, Baixo Alentejo, Beira interior norte, Beira interior sul, Cavado, Douro, Minho-Lima | | |
| **INTERREG III-A Espanha-Marrocos** | Parcial | Espanha | | Cadiz, Málaga, Huelva, Granada, Sevilla, Córdoba, Ceuta y Melilla | **169,4 M€** | **225,87 M€** |
| | | Marrocos *(País terceiro)* | | Gharb-Chrada-Beni Hssen, Tánger-Tetouan,Taza-Al Hoceima-Taounate | | |
| **INTERREG III-A Reino Unido – Marrocos** | Parcial | Reino Unido | | Gibraltar | **0,425 M€** | **0,850 M€** |
| | | Marrocos *(País terceiro)* | | Todo o território | | |

## 1.5 – RELAÇÃO COM AS OUTRAS POLÍTICAS E PROGRAMAS DA UNIÃO EUROPEIA

### 1.5.1. Conformidade com as outras políticas comunitárias

O programa INTERREG III-B foi elaborado em conformidade com o Regulamento (CE) n°1260/1999 do Conselho contendo disposições gerais sobre os fundos estruturais, o Regulamento (CE) N°1783/1999 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e as orientações do INTERREG III (JOCE C143 de 23 de Maio de 2000).
Em conformidade com as orientações do INTERREG III, foram tomadas em consideração as prioridades das políticas comunitárias que têm uma incidência particular sobre o ordenamento e o desenvolvimento do território à escala transnacional, tais que o EDEC e as redes trans-europeias de transporte. São fornecidos mais pormenores no capítulo 3.
Lembra-se que o artigo 12º do Regulamento Geral estipula que as operações que sejam objecto dum financiamento pelos Fundos ou dum financiamento pelo BEI ou outro instrumento financeiro devem estar em conformidade com as disposições do Tratado da CE e os actos aprovados em virtude deste, bem como com as políticas e acções comunitárias incluindo as que digam respeito a: correspondente cobertura sectorial e territorial; intensidade da ajuda e condições de acesso, dado que as características destes instrumentos são definidas tendo em conta as prioridades; e, políticas de desenvolvimento regional de cada estado membro.

No âmbito deste programa, a tomada em consideração destas políticas e acções comunitárias traduz-se da seguinte forma :

- **Ajudas de Estado**

Relativamente ao respeito pelas regras de concorrência, não é considerado recorrer-se a regimes de ajuda no âmbito das prioridades e medidas deste programa.
Todavia, os eventuais apoios às empresas deverão estar em conformidade com a regra «de minimis» fixada no regulamento n.º 69/2001 da Comissão de 12 Janeiro de 2001.
Os Estados Membros zelarão, para além do respeito pelos critérios de elegibilidade, a que os pedidos de ajuda pública para os projectos envolvendo uma ou mais empresas se inscrevam dentro dos objectivos estratégicos do programa, nomeadamente a contribuição para o reforço da integração territorial no SUDOE.

- **Mercados públicos**

A implementação de operações co-financiadas pelos Fundos Estruturais deve estar em conformidade com as exigências da Comunidade, tal como disposto no Tratado da CE.

- **Desenvolvimento duradouro e ambiente**

A protecção dos recursos ambientais constitui um aspecto de maior importância para se conseguir alcançar um desenvolvimento duradouro e harmonioso da EU.
Para este efeito, será dada atenção particular às directivas seguintes :

- 79/409/CEE : **Aves selvagens,** relativa à conservação de todas as espécies de aves vivendo naturalmente no estado selvagem dentro do território europeu dos Estados membros a que se aplica o tratado. Tem por objecto a protecção, a gestão e a regulação destas espécies e regulamenta a sua exploração.

- 92/43/CEE : **Habitats,** relativa à conservação dos habitats naturais bem como da fauna e flora selvagens. Para isto, foi constituída uma rede ecológica europeia coerente, de zonas especiais de conservação, denominada « Natura 2000 ». Esta rede deverá assegurar a manutenção ou, se for o caso, o restabelecimento, num estado de conservação favorável, dos tipos de habitat naturais e dos habitat de espécies na sua área de repartição natural.
- 97/11/CE : **Avaliação de impacto** que estipula que os Estados membros devem tomar as medidas necessárias para que, antes de concederem a respectiva autorização, os projectos susceptíveis de ter um impacto considerável no ambiente, nomeadamente em virtude da sua natureza, da sua dimensão ou da sua localização, sejam submetidos a um procedimento de pedido de autorização e a uma avaliação sobre o seu impacto.

Os quatro Estados membros comprometem-se a não deixar deteriorar os locais a proteger no âmbito da Natura 2000, quando da realização das intervenções co-financiadas pelos Fundos Estruturais em conformidade com as directivas « Aves » e «Habitats ». Devem assegurar que o valor destas zonas não será afectado negativamente por projectos que recebam um apoio dos fundos estruturais.
A autoridade de gestão exigirá que seja realizada uma avaliação de impacto ambiental, de acordo com a directiva 92/43/CEE acima referida, para todos os projectos que sejam implementados, no todo ou em parte, nas zonas classificadas.
Para ser elegível relativamente a um subsídio, os projectos devem contribuir para o desenvolvimento duradouro do SUDOE. Cabe ao Comité de Acompanhamento assegurar-se que esta exigência é cumprida.

- **<u>Igualdade de oportunidades</u>**

As operações co-financiadas pelos Fundos Estruturais devem estar em conformidade com a regulamentação comunitária relativa à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.
O objectivo visado ao integrar esta dimensão da igualdade de oportunidades nos Fundos Estruturais é de fazer um esforço, de forma duradoura e coordenada, no sentido de ultrapassar as desigualdades existentes entre homens e mulheres no espaço do SUDOE.
As operações que requeiram um co-financiamento dos Fundos Estruturais e que não sejam especificamente orientadas para a melhoria da igualdade de oportunidades deverão incluir no formulário de pedido de subsídio uma apreciação no que respeita o seu impacto sobre a igualdade de oportunidades (em conformidade com o Documento Técnico 3 da Comissão Europeia de Março de 2000 : « Integração da política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres nos programas e projectos dos fundos estruturais »).

As estratégias nacionais em termos de recursos humanos desenvolvidos no Objectivo 3 em França, do Objectivo 1 em Espanha e Portugal serão tomadas em consideração quando os projectos tenham um impacto sobre o mercado de trabalho.

Será prestada igualmente uma atenção especial aos níveis do programa e dos projectos e à verificação das complementaridades com as outras políticas e instrumentos comunitários seguintes :
- As redes trans-europeias de transportes (RTE-T) ;
- A política agrícola comum ;

- a política de pesquisa, tecnologia e desenvolvimento.

A conformidade das operações co-financiadas com as políticas comunitárias será verificada no âmbito da instrução dos dossiers e da avaliação intermédia.

**1.5.2. Complementaridade com os outros programas financiados pelos Fundos Estruturais**

Em conformidade com as orientações do INTERREG III, a programação deve ser complementar às medidas estabelecidas no âmbito dos Objectivos 1, 2 e 3 dos Fundos Estruturais e às outras iniciativas comunitárias.
Tal constitui um verdadeiro desafio dado que esta zona beneficia de numerosos programas todos com o objectivo de apoiar o desenvolvimento económico e social do SUDOE.

Excluindo toda a forma de duplo financiamento para uma mesma operação, o Comité de Acompanhamento do SUDOE estabelecerá mecanismos de coordenação específicos com os outros programas financiados pela U.E. e que são os seguintes:
- os outros programas INTERREG III-A, INTERREG III-B e INTERREG III-C para os quais existem comparações territoriais ;
- os programas Objectivo 1, Objectivo 2 e Objectivo 3 financiados pelos Fundos Estruturais ;
- os outros programas de iniciativas comunitárias : URBAN, LEADER e EQUAL
- os programas de desenvolvimento rural financiados pelo FEOGA-Garantia.

Para alcançar este objectivo, os Estados Membros apoiar-se-ão sobre os primeiros elementos de análise das complementaridades entre programas e as propostas de modo de coordenação a seguir descritas.

Uma grande parte do espaço do Sudoeste Europeu está coberta por zonas elegíveis para o Objectivo 1 e o Objectivo 2. Os meios financeiros e a extensão dos programas com objectivos prioritários são muito mais importantes que os do programa INTERREG III-B, que constitui mais um programa de acompanhamento do que um programa de grandes intervenções.
No entanto, este pode constituir um complemento aos programas nacionais acrescentando uma dimensão transnacional aos projectos empreendidos. O programa INTERREG III-B poderá assim servir de quadro transnacional ao desenvolvimento de acções de desenvolvimento de carácter regional.
O programa INTERREG III-B não poderá financiar grandes infra-estruturas mas poderá apoiar o financiamento de estudos pré-operacionais e de infra-estruturas de pequena envergadura, na óptica da complementaridade de investimentos mais pesados que serão financiados no âmbito doutros programas ou pelos fundos públicos nacionais. Outros programas dos Fundos Estruturais poderão, por conseguinte, apoiar e servir de prolongamento à implementação dos resultados do INTERREG III-B.

A questão da articulação com os programas INTERREG III-A para os quais existem sobreposições geográficas inscreve-se numa lógica de procura de interacções positivas entre os dois níveis de

cooperação territorial. O espaço SUDOE pode oferecer oportunidades para o desenvolvimento e extensão de projectos iniciados nos programas INTERREG III-A dando-lhes uma dimensão mais orientada para o ordenamento do território e aumentando a diversidade geográfica dos parceiros. Ao contrário, os espaços transfronteiras podem fornecer quadros de referência para o aprofundamento de experiências financiadas pelos programas INTERREG III-B cujo campo de aplicação é nomeadamente de natureza transfronteira.

**Modos de coordenação para assegurar a complementaridade das acções**

A complementaridade com os outros programas comunitários, em particular os programas INTERREG III-A e os outros programas INTERREG III-B para os quais existem sobreposições, será assegurada uma vez que as autoridades responsáveis pela gestão dos Fundos Estruturais participarão nos diferentes Comités de Programação e de Acompanhamento.

A complementaridade deverá igualmente ser assegurada na altura do estabelecimento dos critérios de selecção dos projectos para este programa, em ligação estreita com os critérios estabelecidos nos outros programas.

Os Estados Membros estão a considerar, em ligação estreita com os outros Estados Membros e os países terceiros que não participam nesta intervenção, estabelecer uma rede das autoridades de gestão no seio da macro-zona Europa do Sul, tal como proposta no âmbito da iniciativa INTERREG III-C. As modalidades práticas para trocar informações sobre as intenções e os projectos em curso de desenvolvimento, e discutir mais largamente sobre os meios para melhorar a difusão coordenada e a valorização dos resultados serão definidas de forma articulada pelos Comités de Acompanhamento a que digam respeito.

Neste sentido, será prestada atenção especial à utilização de ferramentas de acompanhamento informatizadas instaladas para cada Estado, as quais permitirão um melhor acompanhamento de todas as operações financiadas pelos Fundos Estruturais. A articulação entre os sistemas dos diversos Estados Membros para estes programas transnacionais será objecto duma análise específica.

# CAPÍTULO 2 : ANÁLISE DA ZONA DO SUDOESTE EUROPEU

## 2.1 – DELIMITAÇÃO E DESCRIÇÃO DA ZONA ELEGÍVEL

O espaço transnacional SUDOE é constituído por regiões pertencendo a quatro Estados : Espanha, Portugal, França e Reino Unido, os dois primeiros cobrindo a sua totalidade.

Em conformidade com o anexo III da Comunicação da CE de 28 Abril 2000, (JOCE C 143 de 23 de Maio 2000), o campo geográfico do P.O. é delimitado pelas regiões NUTS II seguintes (mapa p. 13) :

- **em Espanha** : Galiza, Astúrias, Cantábria, País Baixo, Navarra, Aragão, Catalunha, Castilha e Leão, Rioja, Madrid, Extremadura, Castilha-La Mancha, Valencia, Murcia, Andaluzia, Canárias, Baleares, Ceuta e Melilla.
- **em Portugal** : Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira.
- **em França** : Aquitaine, Auvergne, Languedoc-Roussillon, Limousin, Midi-Pyrénées e Poitou-Charentes.
- **No Reino Unido** : Gibraltar.

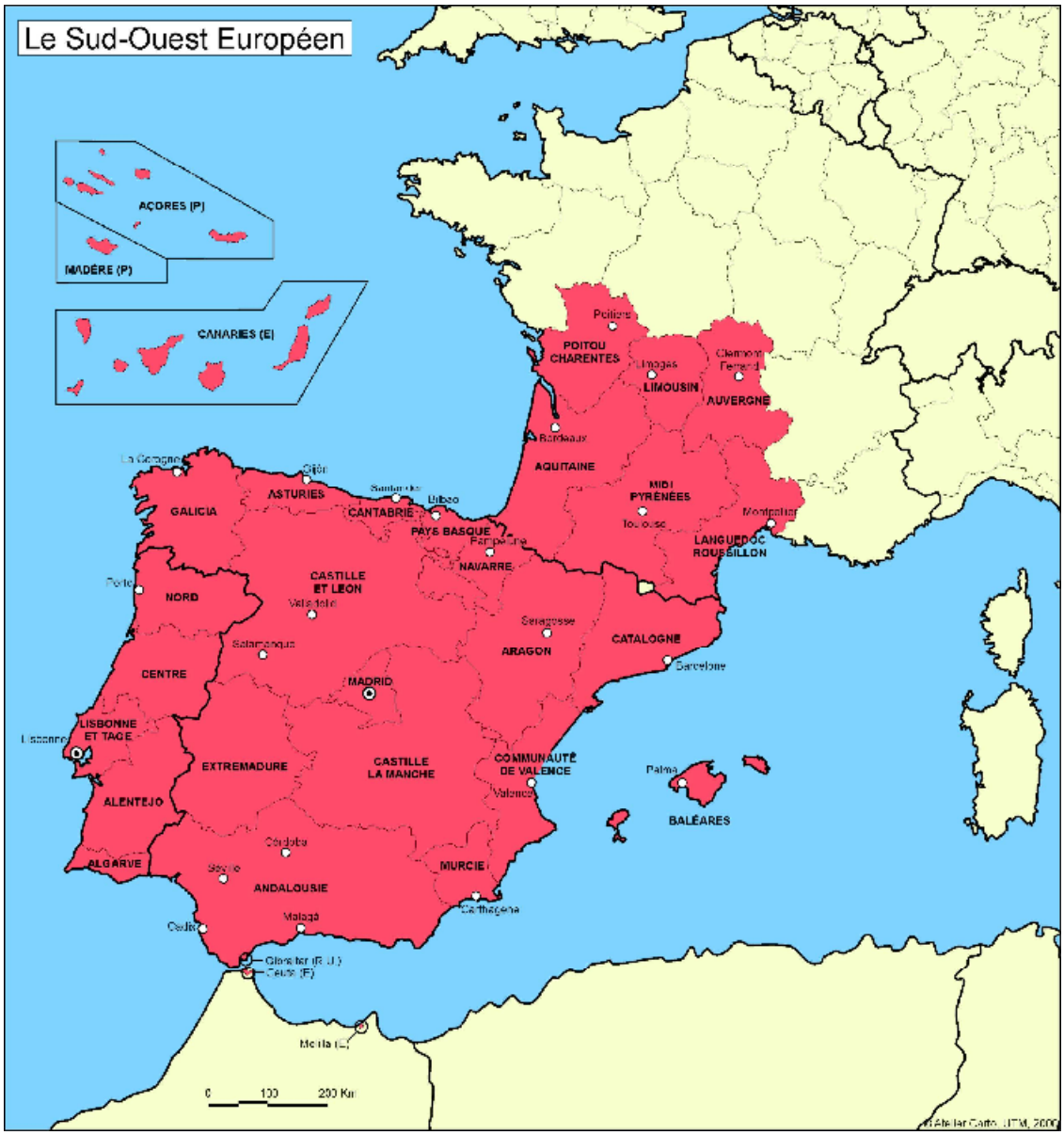
Relativamente ao INTERREG II-C SUDOE, o espaço de cooperação foi alargado a três regiões francesas (Aquitaine, Languedoc-Roussillon e Poitou-Charentes) e a Gibraltar. Para designar as seis regiões francesas elegíveis será utilizado o termo Sudoeste francês.

Nesta área geográfica, às características territoriais não inteiramente homogéneas, juntam-se no entanto elementos comuns que fazem dela um espaço dotado duma identidade própria no seio da U.E. :

- Situação periférica relativamente aos centros geográfico e económico da Europa, mas zona de contacto entre os continentes europeu e africano, de relações muito abertas com o continente americano. Estão incluídos neste espaço os territórios insulares e ultra-periféricos de Portugal e Espanha ;
- Nível de desenvolvimento e de integração económica comparativamente fraco e consolidação da estrutura dos seus sistemas urbanos insuficiente (devido a uma fraca densidade de população e da existência de factores naturais que tornam as relações difíceis) ;
- Existência duma riqueza patrimonial e cultural elevada, que constitui um potencial importante para o desenvolvimento, nomeadamente nas vastas zonas rurais do espaço em questão.

A descrição mais aprofundada da situação actual da zona transnacional baseia-se no diagnóstico socio-económico realizado por três gabinetes de estudos (Consultores de administraciones públicas -CAP- no caso da Espanha, Centre européen d'expertise en évaluation -C3E- no caso da França e Ceso CI no caso de Portugal) no âmbito da avaliação ex ante deste programa. Elementos ligados à análise territorial são, em parte, tirados do diagnóstico contido no programa INTERREG II-C SUDOE na medida em que conservam a sua pertinência.

## Mapa do espaço SUDOE



## 2.2 - DEMOGRAFIA

O espaço transnacional SUDOE representa uma **superfície total de cerca de 780 000 km²** (ou seja cerca de 25 % do total da U.E.) e uma **população total de 61,3 milhões de habitantes** (ou seja aproximadamente 16 % do total da U.E.). Todos os dados são retirados dos recenseamentos mais recentes da zona transnacional

**Quadro 2. Superfície, população e densidade no SUDOE**

| | Superfície (em km²) | População (n.º de habitantes) | Densidade (habitantes por km²) |
|---|---|---|---|
| ***Espanha*** | 504 780 | 39 852 700 | 78,9 |
| ***Portugal*** | 91 906 | 9 979 400 | 108,6 |
| ***Sudoeste francês*** | 182 867 | 11 415 500 | 62,4 |
| ***Gibraltar*** | 6 | 28 000 | 4 666 |
| ***Total SUDOE*** | **779 559** | **61 275 600** | **78,6** |
| ***U.E.*** | 3 190 112 | 375 000 000 | 117,6 |

*Fontes : Recenseamentos oficiais (INE, INSEE et INE ) – Dados de 1998 e 1999*

A distribuição da população é estabelecida da maneira seguinte : perto de 65% dos habitantes em Espanha, 18,6% dos habitantes em França, 16,4 % dos habitantes em Portugal e menos de 0,1% dos habitantes em Gibraltar .

Se bem que as principais características demográficas (estrutura de população, índices de natalidade e de mortalidade, tendência de envelhecimento da população) sejam muito parecidas no espaço do SUDOE, a evolução do crescimento demográfico, os seus factores explicativos bem como a distribuição da população no território, variam consideravelmente no seio das diferentes regiões que compõem esse território.

Como demonstrado no quadro 3, a distribuição espacial da população varia duma região para outra. A densidade média oscila entre 42 hab. / km² para a região francesa do Limousin e mais de 108 hab./ km² em Portugal. Um fenómeno idêntico acontece para o crescimento demográfico, que é negativo em determinadas regiões, enquanto que a variação média entre 1991 e 1998 era de 1,18% no Languedoc-Roussillon. Convém analisar mais precisamente cada um destes territórios.

**Quadro 3. Evoluções de população e de densidade no SUDOE**

| | População | | | Variação média | Densidade média (Hab. / km²) | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Em milhares | Em milhares | Em milhares | | | |
| | 1991 | 1996 | 1998 | 1991-1998 | 1991 | 1998 |
| **Espanha** | 38.872,3 | 39.669,4 | 39.852,7 | 0,36 | 76,9 | 78,8 |
| **Portugal** | 9.866,1 | 9.934,1 | 9.979,4 | 0,16 | 107,4 | 108,6 |
| **Sudoeste francês** | 10 978,0 | 11 320,0 | 11 415,5 | 0,57 | 60,0 | 62,4 |
| **Gibraltar** | N.D. | N.D. | 28,0 | N.D. | N.D. | 4 666 |
| **Total SUDOE** | **59.716,4** | **60.923,5** | **61.275,6** | **0,37** | **N.D.** | **78,6** |

*Fontes : Recenseamentos oficiais (INE, INSEE e INE ).*

A distribuição da **população espanhola** é muito desequilibrada. Os seus traços característicos são os da maioria dos outros países europeus, onde o envelhecimento da população e a fraca taxa de natalidade são realidades sociais e económicas preocupantes para o futuro do país, nomeadamente

face às exigências em termos de mão de obra. A densidade média de 78,8 habitantes por km$^2$ não deve ocultar as disparidades no seio do território, entre as grandes zonas de fraca densidade (as zonas de montanha e as regiões interiores como Castilla-la-Mancha, Castilla y Leon e Extremadura) e as zonas densamente povoadas, onde a população se concentra num pequeno número de aglomerações à volta das áreas metropolitanas. Mais de 40% da população espanhola concentra-se nas grandes cidades com mais de 100 000 habitantes.
Entre 1991 e 1998, a população espanhola aumentou 2,5%. Estes anos foram caracterizados por uma quebra progressiva do balanço natural, que foi quase nulo em 1998, mas compensado por um balanço migratório positivo. Em Espanha, o número médio de crianças por mulher é de 1,1, o mais baixo da Europa, longe dos 2,1 necessários para garantir a renovação das gerações.

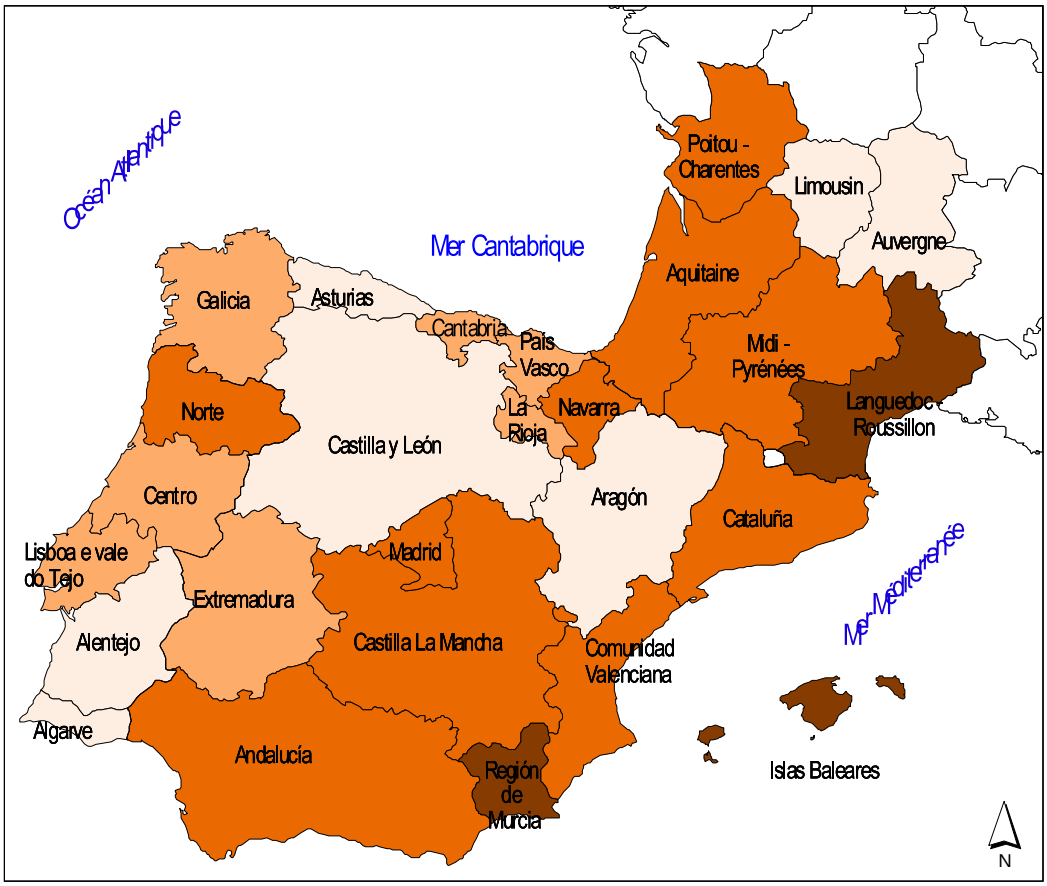
Relativamente à densidade média de população no SUDOE e sobretudo à densidade média de população na Europa, o **Sudoeste francês** caracteriza-se por uma densidade bastante fraca, nomeadamente no que respeita as regiões de Auvergne e do Limousin, regiões ainda rurais e onde a densidade diminuiu mais ainda no período analisado. Estas densidades são igualmente fracas relativamente à densidade média da população europeia. Se bem que a densidade da população tenha registado um crescimento significativo entre 1991 e 1998, a evolução é fraca para as seis regiões estudadas, excepto para o Languedoc-Roussillon, que constitui uma região particularmente atractiva desse ponto de vista.
A população francesa registou um ligeiro crescimento durante a última década (0,4% em média anual) para chegar a um total de 60 186 184 habitantes em 1999. De maneira geral, não houve alterações tendenciais significativas. Neste contexto, o peso das regiões do Sudoeste francês evoluiu pouco relativamente à população total do território francês : em 1990, estas regiões representavam 18,8% do total da população francesa; em 1999, representam 18,9%.

A distribuição espacial da população em **Portugal** caracteriza-se por uma importante assimetria regional no que respeita à densidade. A média nacional esconde densidades de população muito superiores à média e outras abaixo desse limiar. Existem regiões com uma densidade elevada, como a região da Madeira, as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e o Norte, com densidades acima da média nacional (respectivamente 335,2 ; 278,8 et 168,3 hab/km²), e outras, como as regiões do Alentejo e Algarve, que têm densidades muito baixas (respectivamente 18,9 et 69,9 hab. / km²). Assim, relativamente à U.E., Portugal apresenta uma densidade inferior à média, se excluirmos as três primeiras regiões mencionadas que se situam muito acima da média comunitária. Quanto à distribuição da população no território, em 1997 contava-se com cerca de 43,5% da população em cidades com mais de 100 000 habitantes, situadas numa extensão de 8 % do litoral português.
Em 1997, Portugal registava uma taxa de natalidade superior à da U.E. de 0,6%, bem como uma diminuição desta taxa, inferior à média comunitária, entre 1993 e 1997. Nas regiões autónomas e no Norte, os valores desta taxa são superiores à média nacional, a taxa mais baixa sendo a da região do Alentejo (inferior em 2,4% à média nacional). Quanto à fecundidade, Portugal não se afasta significativamente da média comunitária (com 1,5 crianças por mulher entre 15 e 49 anos, em 1997). De notar que a região autónoma dos Açores e a região do Algarve apresentam taxas ligeiramente superiores à média nacional.

Mapa
Evolução da População no SUDOE
1991-1998
Legenda:
Taxa de variação média inter-anual

Fonte: CAP, a partir de dados da Eurostat

# Evolution de la population dans le SUDOE 1991-1998




Taux de variation moyen interannuel

Carte 1

- -0.8 - -0.07
- -0.07 - 0.1
- 0.1 - 0.7
- 0.7 - 1.7

200 0 200 Km

Source: CAP, à partir des données de Eurostat.

Mapa

Densidade da população por região no SUDOE

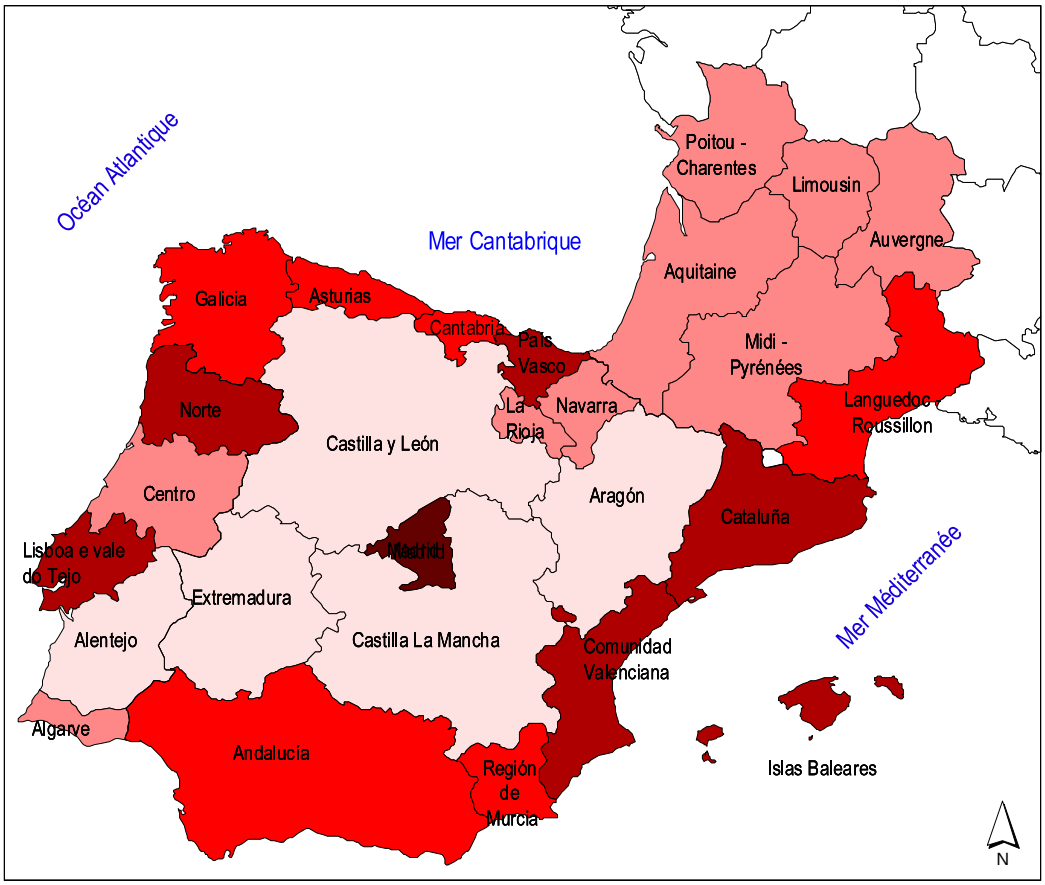
Legenda:

Número de habitantes por km2

Média EUR 15 = 117,4

Fonte: CAP, a partir de dados da Eurostat

# Densité de la population par région dans le SUDOE 1998




Nombre d'habitants par Km2

Carte 8

- 0 - 27
- 27 - 73
- 73 - 105
- 105 - 283
- 283 - 4390

Moyenne EUR 15 = 117,4

Source: CAP,
à partir des données de Eurostat.

200 0 200 Km

O território de **Gibraltar** tem uma população de 28 000 pessoas e recebe um fluxo anual de cerca de 6 milhões de visitantes. A pequena superfície do território de Gibraltar (uma península rochosa com 5 km de comprido e 1,2 de largura) condiciona largamente a sua estrutura demográfica e económica.

Globalmente, no que respeita a distribuição demográfica, a tendência é no sentido dum aumento da população nas zonas periféricas, em particular nas zonas costeiras e insulares, e para um despovoamento das zonas interiores. De forma mais aprofundada, constata-se :

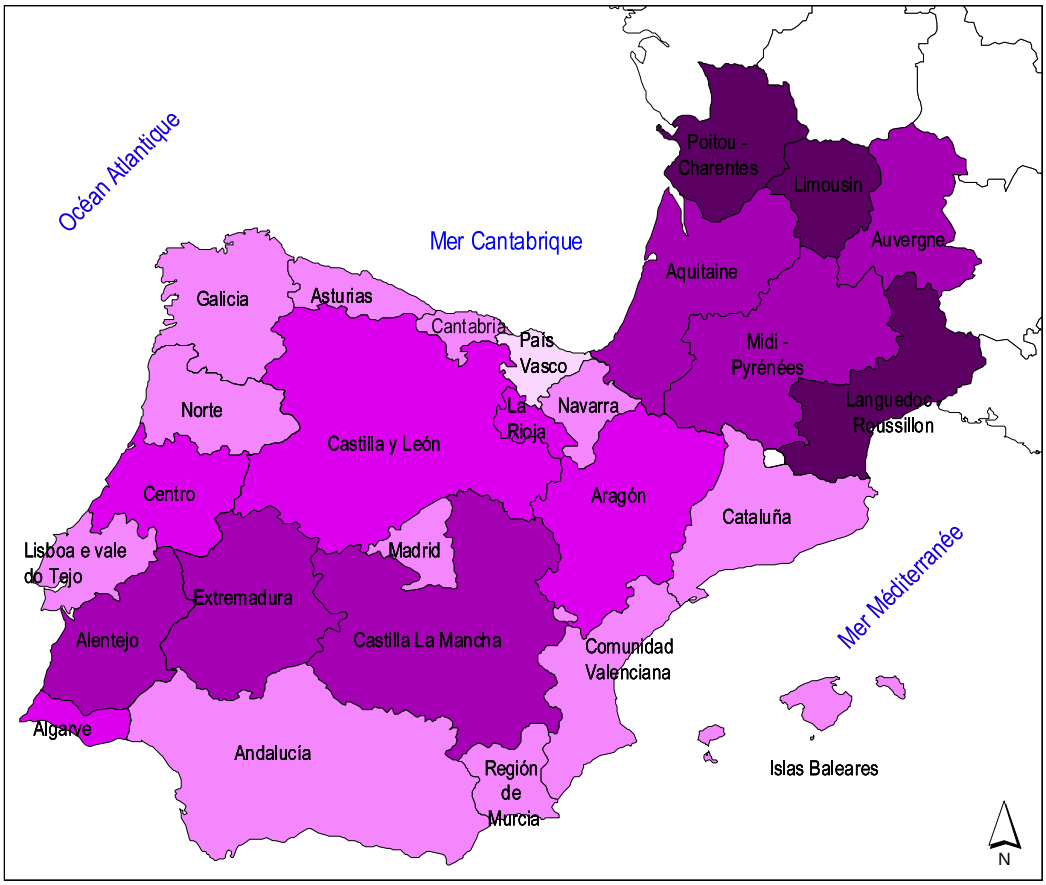
- uma heterogeneidade importante entre as regiões que reforça a acentuação dos desequilíbrios demográficos ;
- em geral, as regiões interiores incluindo as cidades e as zonas rurais vêm a sua taxa de crescimento demográfico enfraquecer relativamente às zonas costeiras, se bem que a população das zonas urbanas tenha tendência a aumentar (cidades pequenas e médias) em detrimento duma forte diminuição nas zonas rurais circundantes ;
- uma dualidade crescente entre cidades dinâmicas e zonas rurais, mesmo que comece a observar-se tendências contrárias em matérias demográficas ;
- um envelhecimento da população mais pronunciado nas zonas rurais.

A tendência dos diferentes índices da estrutura demográfica por idade e as pirâmides de população demonstram o envelhecimento geral da população que, tal como no resto da Europa, se explica pelo aumento da esperança de vida e a diminuição da fecundidade.
O envelhecimento da população é uma das principais características do território do SUDOE. Esta evolução é preocupante, na medida em que isso compromete a renovação da população, o sistema de financiamento das reformas, sendo sem dúvida necessário o desenvolvimento da vinda de mão de obra estrangeira. A este fenómeno de envelhecimento da população acresce um declínio do crescimento, dissimulado pelo fenómeno crescente da imigração de países terceiros, principalmente do norte de África e da América do Sul.

A fraca densidade média da população do espaço SUDOE explica-se em grande parte por condições particularmente difíceis do meio natural que condicionaram simultaneamente esta distribuição geográfica e a evolução do seu modelo de produção.

Mapa
Taxa de Dependência dos Jovens e das Pessoas Idosas no SUDOE
Efectivo dos menos de 15 anos e mais de 64 anos
Em percentagem dos 15-64 anos
Média EUR 15 = 0,49
Fonte: CAP, a partir de dados da Eurostat

## Taux de dépendance des jeunes et des personnes âgées dans le SUDOE 1998




Effectif des moins de 15 ans et des plus de 64 ans
en pourcentage des 15-64 ans

Carte 2

- < 0,42
- 0,42 - 0,48
- 0,48 - 0,53
- 0,53 - 0,56
- 0,56 - 0,60

Moyenne EUR 15: 0,49

Source: CAP,
à partir des données de Eurostat.

200 0 200 Km

## 2.3 – ECONOMIA E EMPREGO

### 2.3.1. Crescimento económico, rendimento e sistema produtivo

Ao longo dos últimos anos de retoma e de expansão das economias europeias, a **Espanha** conheceu um crescimento elevado, superior ao crescimento médio na Europa. Entre 1995 e 1998, enquanto que para o conjunto da U.E. a taxa de crescimento médio anual era de 2,2%, em Espanha era de 3,5%. Ao mesmo tempo que permitindo a convergência das regiões espanholas para a média comunitária, este processo desenvolveu-se de forma desigual e arrastou um aumento das disparidades a nível nacional. De 1989 a 1996, o PIB em termos de volume aumentou 1,4% em **França**. Desde então, o PIB aumentou, em volume, 2,9 % em 1999, depois de ter aumentado 3,1% em 1998. Entre 1994 e 1998, **Portugal** registou um crescimento mais sustentado que a média da U.E. ao nível das variáveis macro-económicas. Entre 1994 e 1998, teve arranque um novo ciclo de crescimento, impulsionado pela retoma das exportações em 1995, e o crescimento do PIB acelerou para atingir uma taxa de 3,3%.

As economias da U.E. conhecem, há já cerca de três anos, um ciclo de expansão económica que contribui sem dúvida para o crescimento do rendimento na maioria das regiões e à sua convergência para o rendimento médio europeu.
No entanto, os últimos dados disponíveis comparáveis a nível europeu indicam (quadro 4) como em 1998 existia uma diferença considerável em termos de rendimento por habitante entre as diferentes regiões do SUDOE. Em 1998, as duas regiões mais ricas da zona, a região de Madrid e a de Navarra, estavam acima da média comunitária com um rendimento por habitante duas vezes superior ao dos Açores e da Extremadura, as regiões mais pobres do espaço de cooperação.

Os dados demonstram igualmente que a evolução entre 1996 e 1998 foi positiva para a maioria das regiões portuguesas e espanholas, e sensivelmente negativa para todas as regiões do Sudoeste francês, que viram, ao longo do mesmo período, a sua posição diminuir em termos de rendimento por habitante relativamente à média comunitária.
Desde a sua entrada na U.E., a Espanha e cada uma das comunidades autónomas melhoraram a sua posição relativa na Europa, registando um crescimento de 10% relativamente ao PIB médio europeu. Este fenómeno de convergência em direcção à média dos países europeus, não alterou no entanto a posição de cada comunidade autónoma em relação às outras.
A evolução económica positiva verificada entre 1986 e 1996 beneficiou igualmente as regiões portuguesas, o que se reflecte através de uma diminuição das disparidades regionais em termos de PIB/hab.

A situação económica de **Gibraltar** demonstra as características específicas associadas à sua pequena dimensão em termos geográfico e demográfico. Os recursos endógenos são muito limitados e a economia depende em grande medida das importações, não só de produtos alimentares e de consumo mas também de materiais de construção, equipamentos e combustíveis.

.

**Quadro 4. Rendimentos por habitante nas regiões do SUDOE**

| Regiões elegíveis | Média 96-97-98 | 1998 | Regiões elegíveis | Média 96-97-98 | 1998 |
|---|---|---|---|---|---|
| Extremadura | 50,4 | 50,2 | Canárias | 75,4 | 77,1 |
| Açores | 51,2 | 52 | Com. Valenciana | 76,2 | 77,2 |
| Madeira | 56,4 | 57,5 | Poitou-Charentes | 80,8 | 80 |
| Andalucía | 57,8 | 57,9 | Limousin | 81,2 | 80,5 |
| Galicia | 64,1 | 64,2 | Auvergne | 82,5 | 81,9 |
| Centro | 63,4 | 65 | Midi-Pyrénées | 87,9 | 87,8 |
| Norte | 64,7 | 66 | Aragón | 88,1 | 88,1 |
| Alentejo | 64,6 | 66,8 | Aquitaine | 89,5 | 89,4 |
| Castilla-La Mancha | 66,6 | 67 | La Rioja | 91,6 | 93,2 |
| Ceuta y Melilla | 66 | 67 | Lisboa | 92,7 | 94,9 |
| Murcia | 66,8 | 67,2 | País Vasco | 96,1 | 99,1 |
| Asturias | 71,8 | 72,4 | Baleares | 97,8 | 99,5 |
| Castilla y León | 74,4 | 74,2 | Cataluña | 99,6 | 100,4 |
| Languedoc-Roussillon | 76,6 | 75,7 | Navarra | 105,4 | 106,2 |
| Algarve | 74,3 | 76,1 | Madrid | 107,5 | 110,2 |
| Cantabria | 74,8 | 76,3 | Gibraltar | n.d. | n.d. |

*Fonte: 2º Relatório sobre a Coesão, Comissão Europeia (2001).*

Mapa

PIB por habitante por região (SPA) no SUDOE

1998

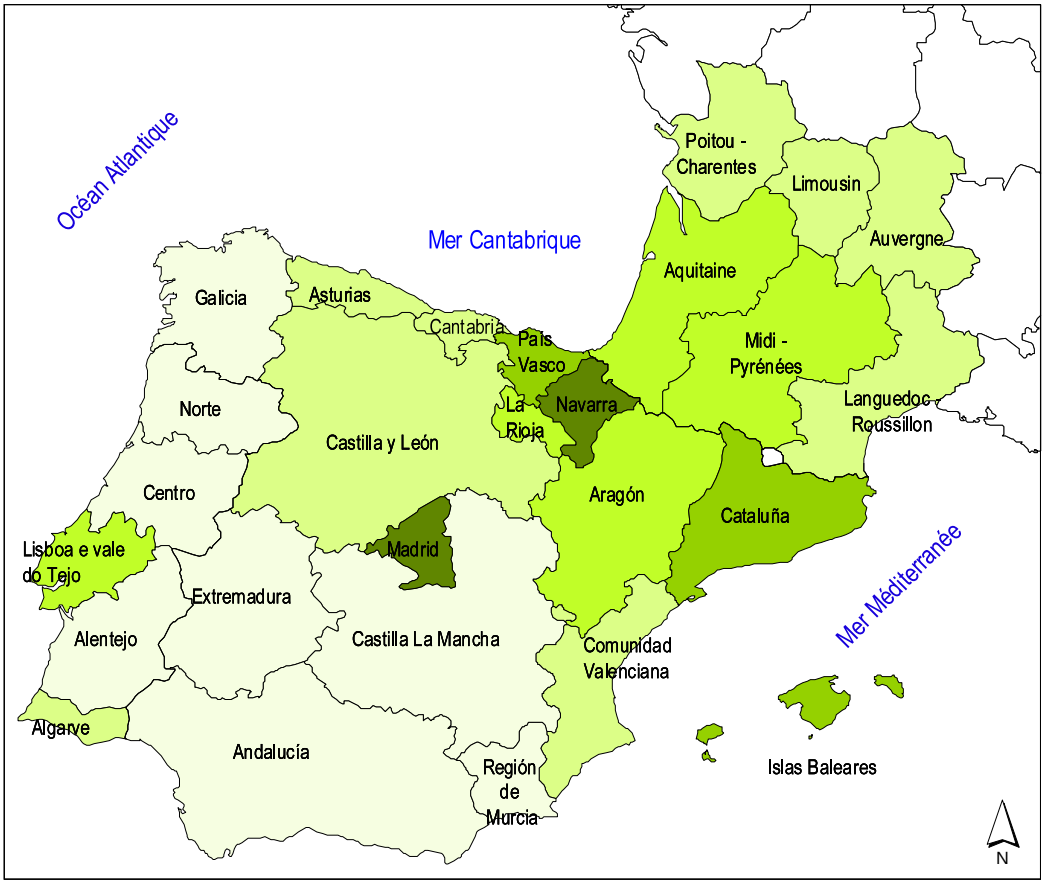
Legenda:

PIB por habitante

Indice EUR 15 = 100

Fonte: CAP, a partir de dados da Eurostat

# PIB par habitant par région (en SPA) dans le SUDOE 1998




PIB par habitant

Carte 4

0 - 68
68 - 82
82 - 95
95 - 101
101 - 111

Indice EUR 15 = 100

Source: CAP,
à partir des données de Eurostat.

200 0 200 Km

Os sistemas produtivos de grande tradição industrial (química, farmácia, borracha e plásticos, metalurgia, material eléctrico e electrónico, máquinas e ferramentas, automóveis e material de transporte, aeronáutica, armamento, construções mecânicas), adaptaram-se às mudanças tecnológicas e organizacionais por vezes à custa de grandes conversões. Em numerosas zonas, o sector industrial caracterizou-se pelo facto de apoiar-se em « vantagens do passado », transformadas, em virtude da mudança do contexto económico mundial, em « desvantagens para o presente ». Numerosas são as actividades em crise, tributárias da intervenção do Estado, com um nível fraco de inovação tecnológica e uma fraca capacidade competitiva.

Por outro lado, tem-se visto aparecer a nível local, sistemas produtivos relativamente diversificados, próximos de certos pólos de competência especializados e com uma capacidade de adaptação tanto nos sectores em declínio quanto nos sectores fortemente concorrenciais.
Quanto ao sector dos serviços, à excepção das zonas de influência dos grandes centros metropolitanos e das regiões que têm modelos de desenvolvimento ligados ao sector do turismo (nomeadamente os arquipélagos das Baleares e das Canárias, e o Algarve), a parte do mercado de emprego e de actividade é inferior à média da U.E.. A participação no sector dos serviços de actividades de muito fraca produtividade é além disso muito elevada em certas zonas.

A economia de Gibraltar dependia tradicionalmente dos serviços de defesa. Este sector representava quase 2/3 do PIB, mas esta percentagem baixou até aos 10%, um processo de declínio que arrastou perdas maciças de empregos. Esta situação de redução dos serviços de defesa e do trabalho nos estaleiros navais constituiu um grande desafio para Gibraltar, que se esforçou por diversificar a economia local :

- desenvolvendo os serviços marítimos de vocação comercial (papel preponderante do porto de Gibraltar enquanto centro de transporte de mercadorias por via marítima para a região mediterrânica) ;
- apoiando o turismo que continua a representar o sector de actividade económica mais importante para Gibraltar, se bem que tenha registado uma queda considerável desde 1997, e mesmo que tenham que ser feitos esforços para melhor implementar estratégias de desenvolvimento comum com Espanha e Marrocos, a fim de se "integrar" melhor a estes países ;
- reforçando os serviços financeiros que constituem igualmente um sector importante da economia de Gibraltar, com forte potencial de expansão futura ;
- dinamizando o sector da construção que traz uma contribuição significativa para a economia da zona, em termos de criação de empregos.

Este processo de restruturação económica implica uma mudança radical duma economia baseada no sector público para uma economia mais virada para o sector privado.

O SUDOE caracteriza-se por uma taxa de crescimento económico relativamente elevada desde há alguns anos, impulsionada pelo dinamismo das actividades concentradas nas cidades capitais e nas metrópoles de dimensão europeia. As zonas rurais parecem ter beneficiado menos destas consequências positivas. Assim, as tendências de evolução do sistema económico no espaço SUDOE são no sentido de :

- procura do modelo polarizado actual ;
- aumento da actividade nas franjas costeiras, particularmente na costa mediterrânica espanhola e atlântica portuguesa ;
- incerteza quanto à capacidade de melhorar o nível de desenvolvimento nas zonas interiores e espaços rurais.

No entanto, esta situação pode ser matizada se tomarmos em conta os processos de desenvolvimento ainda insuficientes mas incontestáveis em alguns corredores interiores ligados aos grandes eixos de infra-estruturas (Vale de Ebro, País Basco-Castilha-Portugal, interior da Andaluzia, etc.).

Globalmente, constata-se a necessidade duma melhor articulação entre o rural e o urbano para que as zonas rurais suficientemente povoadas beneficiem dos efeitos de arrastamento das zonas mais dinâmicas.

### 2.3.2. Mercado de trabalho

No que respeita ao trabalho, a situação no território espanhol é sem dúvida a mais crítica da zona do SUDOE, apesar da tendência favorável registada nos últimos anos. Portugal encontra-se numa situação favorável, com a taxa de desemprego mais baixa da zona, e o Sudoeste francês situa-se numa posição intermédia relativamente aos seus parceiros. Os dados disponíveis sobre o emprego no SUDOE parecem confirmar que o mercado de trabalho continua sem flexibilidade, quer seja nos processos de contratação e de licenciamento quer na negociação dos acordos colectivos. A fraca mobilidade geográfica e funcional, tal como a adequação insuficiente entre a oferta e a procura de trabalho, constituem outras características do mercado de emprego.

Os resultados mais recentes em termos de actividade e de desemprego sugerem perspectivas encorajadoras para o futuro, desde que a economia consiga manter um nível de crescimento sustentado. No entanto, o mercado de trabalho no SUDOE continua a sofrer problemas estruturais, em particular, grandes disparidades entre as regiões e desigualdades entre as diferentes classes sociais em termos de acesso ao mercado de trabalho, de taxa de actividade e de desemprego. De notar igualmente a importância do trabalho temporário e a persistência duma taxa de desemprego de longa duração (DLD) elevada.

A taxa de actividade em Espanha é inferior em 10 pontos à média comunitária, o que demonstra uma fraca incorporação dos activos no mercado de trabalho. Relativamente à França inteira que apresenta importantes disparidades regionais, encontramos na zona do sudoeste francês a taxa de desemprego média mais elevada de França (Languedoc-Roussillon com uma taxa de 17,8% em 1999), e a segunda taxa mais baixa do país (Limousin com uma taxa de 8,9% em 1999). O crescimento económico que a economia portuguesa conheceu ao longo destes últimos anos impulsionou, desde 1996, uma dinâmica de crescimento do nível de emprego que se acentuou a partir de 1998. Gibraltar dispõe de uma população activa de 13 000 pessoas. O seu problema principal é a falta de adequação da formação dos trabalhadores à evolução da procura, dado que os trabalhadores provenientes de sectores de emprego público tradicionais não dispõem de qualificações necessárias para encontrar um trabalho nos sectores emergentes, como por exemplo, os serviços financeiros, o turismo e outros serviços.

A evolução do desemprego ao longo dos últimos anos seguiu tendências semelhantes no SUDOE, se bem que a amplitude das variações tenha variado entre as diferentes regiões, que registavam em 1999 taxas de desemprego muito heterogéneas, indo dos 4,7% em Portugal aos 16,1 % em Espanha. Todas as regiões têm em comum taxas de desemprego de mulheres e jovens muito superiores à taxa de desemprego masculina, o que confirma a desigualdade existente quanto ao acesso ao mercado de trabalho e à atribuição dos postos de trabalho.

### 2.3.3. Igualdade das oportunidades (em matéria de emprego e educação)

Introduzida pela primeira vez nos regulamentos dos Fundos Estruturais, em aplicação dos artigos 2º e 3º do Tratado de Amsterdão que designava a igualdade entre os sexos como uma das missões fundamentais da Comunidade, a redução das desigualdades entre homem e mulher é particularmente importante nos cinco domínios de acção prioritários: integração no mercado de emprego, educação e formação, empresariado, participação na tomada de decisões e, muito particularmente, conciliação entre a vida profissional e familiar.

No que respeita a situação no mercado de trabalho no SUDOE, é preciso mencionar:

- dum lado, a segregação horizontal das mulheres, na medida em que a presença feminina no seio da estrutura de produção está concentrada nos sectores tradicionais e nos serviços ;
- por outro lado, uma segregação vertical que corresponde ao facto das mulheres, se bem que tendo a preparação e qualificação necessárias, terem mais dificuldade em aceder aos lugares de direcção das empresas, estando por isso subrepresentadas nos lugares hierárquicos e sobrerepresentadas nos empregos menos remunerados e precários. Além disso, constata-se que em lugares semelhantes, existem importantes diferenciais de salários e de remunerações a favor dos homens.

Apesar do aumento da presença dos homens no meio profissional, que seja na administração pública ou nas empresas privadas, a percentagem de mulheres que acede a lugares de direcção ou tomada de decisão é baixa.

No seio das zonas rurais, que são largamente predominantes no espaço do SUDOE, constata-se que a mulher possui sempre um forte potencial como agente económico de primeira categoria. Basta lembrar a sua importante contribuição nas explorações familiares agrícolas, na exploração pecuária e pescas, tão numerosas no meio rural e costeiro das regiões do SUDOE. No entanto, o meio rural de hoje já não é um meio maioritariamente agrário, e os complexos processos de modernização que aí se produzem, conduzem à configuração de um novo modelo de sociedade rural no qual as mulheres devem elas próprias definir as suas novas funções. Por outro lado, e apesar das importantes alterações registadas ao longo das últimas décadas, as diferenças que persistem no meio rural são mais pronunciadas do que nas cidades, e verificam-se sobretudo na população mais idosa e nos territórios do interior. As principais desigualdades residem na distribuição de tarefas, nas responsabilidades familiares e na ocupação do tempo.

- Desigualdade das taxas de actividade e de emprego

Em 1999, só um terço das regiões do SUDOE, todas de França e de Portugal, registavam uma percentagem de emprego feminino relativamente ao masculino superior à média europeia (73,1% em 1999). No extremo contrário, constata-se que em mais de metade das regiões (quinze comunidades autónomas espanholas além dos Açores e de Gibraltar), só seis mulheres em cada dez homens trabalham.
Em **Espanha**, durante os últimos cinco anos, sobressai como elemento positivo a subida de dois pontos desta taxa de actividade total que, analisada por sexo, demonstra que a subida é devida sobretudo ao aumento da taxa de actividade feminina, que cresceu mais de três pontos ao longo deste período. Globalmente, as regiões que conheceram uma subida mais alta da taxa de actividade são, por ordem decrescente : Madrid, Ceuta e Melilla, Extremadura e Castilla la Mancha. Estas regiões partiam todas duma taxa de actividade inferior à média nacional de 1994.
Todavia, estes números favoráveis escondem outros factos preocupantes, tais que a diferença entre as taxas de actividade masculina e feminina, que só baixou ligeiramente. Estas taxas são ainda das mais baixas ao nível europeu.

No seio das **seis regiões francesas**, a tendência geral em todas as regiões francesas é a de uma limitação do emprego feminino a um pequeno número de sectores, o que torna problemática a sua mobilidade e explica que as taxas de emprego obtidas em cada região sejam inferiores às dos homens. É preciso sublinhar que a taxa de emprego feminina continua largamente inferior à média nacional na região do Languedoc-Roussillon.

Paralelamente ao crescimento do emprego, assistimos em **Portugal** ao crescimento da taxa de emprego que, ao contrário do que se passa nos outros países europeus, não se traduziu por um aumento desmesurado do trabalho a tempo parcial. Em 1997, a taxa de emprego em Portugal era superior às taxas registadas a nível comunitário, respectivamente de 67,9% para Portugal e 60,5% para a U.E.. Esta diferença positiva a favor de Portugal deve-se à taxa de emprego feminino elevada que tem continuado a aumentar nos últimos anos.
A afluência das mulheres ao mercado de trabalho - um dos fenómenos mais importantes das últimas décadas, implica uma participação na actividade económica muito significativa e crescente, se bem que sempre substancialmente inferior à dos homens. Em 1997, a taxa de actividade feminina em Portugal (49,4%) era superior à média dos Quinze (45,6%), só ultrapassada pelos países nórdicos. Convém precisar no entanto, que o crescimento da taxa de actividade das mulheres em Portugal é inferior à dos países em que essa mesma taxa é mais fraca.

Em **Gibraltar,** a taxa de emprego masculino total era em Dezembro de 1998 de 63% enquanto que a taxa feminina era de 31%, ou seja pouco menos de metade da taxa de emprego masculina. Convém precisar que no total dos empregados, 31% eram empregados pelo Ministério da Defesa e pelo Governo de Gibraltar. Relativamente à totalidade do emprego parcial, as mulheres representam 78,2% e os homens 21,8%.
O Governo de Gibraltar presta uma grande atenção à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres para o acesso ao emprego, situação condicionada em Gibraltar pela tradicional

dependência da força de trabalho ao Ministério da Defesa e estaleiros navais. A situação está a mudar progressivamente, de forma que o objecto das políticas de emprego é o de apoiar as mulheres e outros grupos menos favorecidos para que tenham acesso à formação e às oportunidades de trabalho.

- Desigualdade perante o desemprego

No que respeita a desigualdade entre homens e mulheres perante o desemprego (Quadro 5), a situação no SUDOE é semelhante às tendências gerais na Europa, no sentido em que as taxas de desemprego das mulheres e jovens são sistematicamente superiores às taxas de desemprego total e masculina. Geralmente, as regiões com mais desemprego são também aquelas que registam as taxas de desemprego feminino mais elevadas.

Em **Espanha**, onde se observam as taxas de desemprego mais elevadas do SUDOE e onde as disparidades regionais são muito pronunciadas, em 1999, os diferenciais entre a taxa de desemprego total e a das mulheres ultrapassava muitas vezes dez pontos percentuais. Entre 1994 e 1999, são as mulheres entre os 20-54 anos que mais melhoraram a sua posição face ao desemprego, ao contrário das mulheres com mais de 55 anos, que registavam a taxa de desemprego mais elevada em 1999.
Verifica-se igualmente que as mulheres e jovens continuam a sofrer mais de desemprego, mesmo se por outro lado sejam igualmente os que mais beneficiaram de empregos maciços estes últimos anos.

Em **França,** nos menos de 25 anos, a redução do desemprego entre 1994 e 1999 é sensível para os homens e as mulheres, qualquer que seja a região. As quebras mais sensíveis verificam-se sobretudo em Poitou-Charentes (-44,8% para os homens, -24% para as mulheres) e no Limousin (-34% para os homens, -33,4% para as mulheres). Na faixa etária dos 25-49 anos, constata-se uma ligeira subida do número de pessoas à procura de emprego. Trata-se da faixa etária que não beneficia de medidas excepcionais, ao contrário dos jovens e dos candidatos a emprego mais velhos. Quanto aos mais de 50 anos, a situação melhora ligeiramente em Auvergne e no Limousin, mas só para os homens.

Em **Portugal**, a análise do desemprego por sexo mostra que em 1999 foi a redução da percentagem do desemprego masculino que mais contribuiu para a diminuição do desemprego total (ao contrário do que aconteceu em 1997 e 1998) enquanto que, em contrapartida, a percentagem do desemprego feminino aumentou. Esta evolução está ligada ao facto que a taxa de crescimento da população activa feminina duplica a taxa masculina e paralelamente, dá-se um crescimento da população activa masculina.
A diminuição do desemprego nos jovens de 15-24 anos (superior ao das outras faixas etárias da população) foi mais marcada nos homens. Convém assinalar que esta variável apresenta uma forte capacidade de ajustamento ao ciclo económico. O grupo correspondente às mulheres com mais de 54 anos no desemprego é o único que não diminui desde 1996.

**Quadro 5. Taxa de desemprego em 1999 no SUDOE**

| | Mulheres | Jovens | Total |
|---|---|---|---|
| Espanha | 23,4 | 30,4 | 16,1 |
| Portugal | 5,5 | 9,5 | 4,7 |
| Aquitaine | 14,5 | 24,8 | 11,7 |
| Auvergne | 12,8 | 23,6 | 10 |
| Languedoc-Roussillon | 20,9 | 28 | 17,8 |
| Limousin | 10,8 | 21,7 | 8,9 |
| Midi-Pyrénées | 14,5 | 23,4 | 11,8 |
| Poitou-Charentes | 13,6 | 23,8 | 11,3 |
| Gibraltar* | n.d. | n.d. | 6,7 |

* 1998

Fonte: Segundo relatório sobre a Coesão, Comissão Europeia (2001)

Em conclusão, constata-se que no espaço SUDOE :

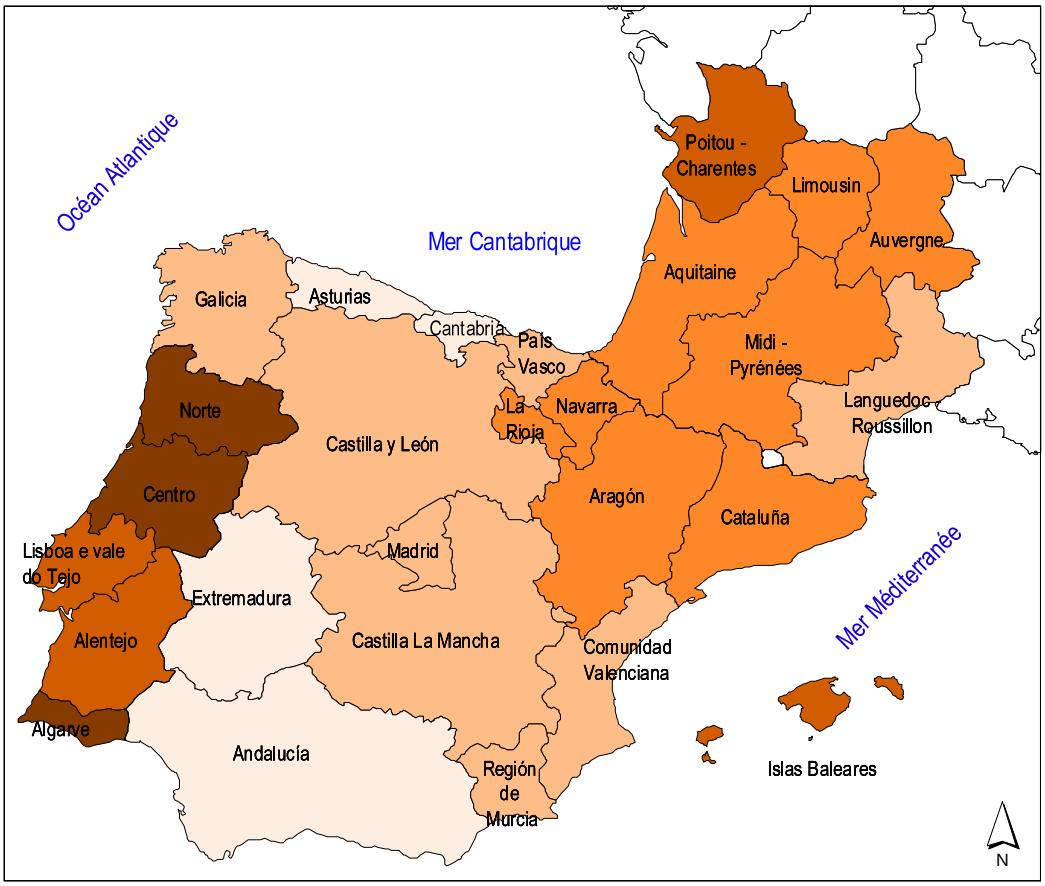
- As transformações socio-económicas das últimas décadas levaram à entrada da mulher no mercado de trabalho, sobretudo as gerações mais jovens, o que supõe uma revalorização da participação da mulher na vida económica e social do SUDOE ;
- A taxa de desemprego das mulheres, em todas as faixas etárias, é superior à dos homens ;
- Constata-se uma segregação horizontal do trabalho, nos sectores da economia onde a mulher está sub-representada ;
- Existe igualmente uma segregação do trabalho vertical, que significa que as mulheres, se bem que possuindo a preparação e qualificações necessárias, não conseguem aceder aos lugares de direcção na empresa.

A realidade social demonstra que existem igualmente desigualdades entre homens e mulheres nos campos da educação e do meio sócio familiar. As características estruturais seguintes aparecem globalmente mais marcadas no SUDOE que no resto da UE :

- Educação
  - Verifica-se uma presença feminina mais forte nas fileiras gerais que na formação profissional ;
  - Tanto na formação profissional como nas fileiras universitárias, existem sempre estudos e saídas mais masculinas (ciências e técnicas) e outras mais femininas (ciências sociais e letras). Dito de outra maneira, existe uma divisão horizontal de interesses e de orientações profissionais.
- Meio sócio familiar
  - Surgiu um fenómeno de *feminização da pobreza* : uma grande percentagem de famílias monoparentais (na maioria mãe e filhos) dispondo de rendimentos inferiores aos das famílias de dois cônjuges ;
  - Verifica-se um aumento dos casos de violência doméstica em certos países, como Espanha, resultado de desigualdades profundamente enraizadas na sociedade.

Mapa
Taxa de emprego total por região no SUDOE
1999
Taxa de Emprego
Média Eur 15 = 62,8
Fonte:  CAP, a partir de dados da Eurostat

# Taux d'emploi total par région dans le SUDOE
# 1999




Taux d'emploi

Carte 5

< 48.5
52,0 - 55,1
55,1 - 61,3
61,3 - 68,0
68,0 - 82,3

Moyenne EUR 15 = 62,8

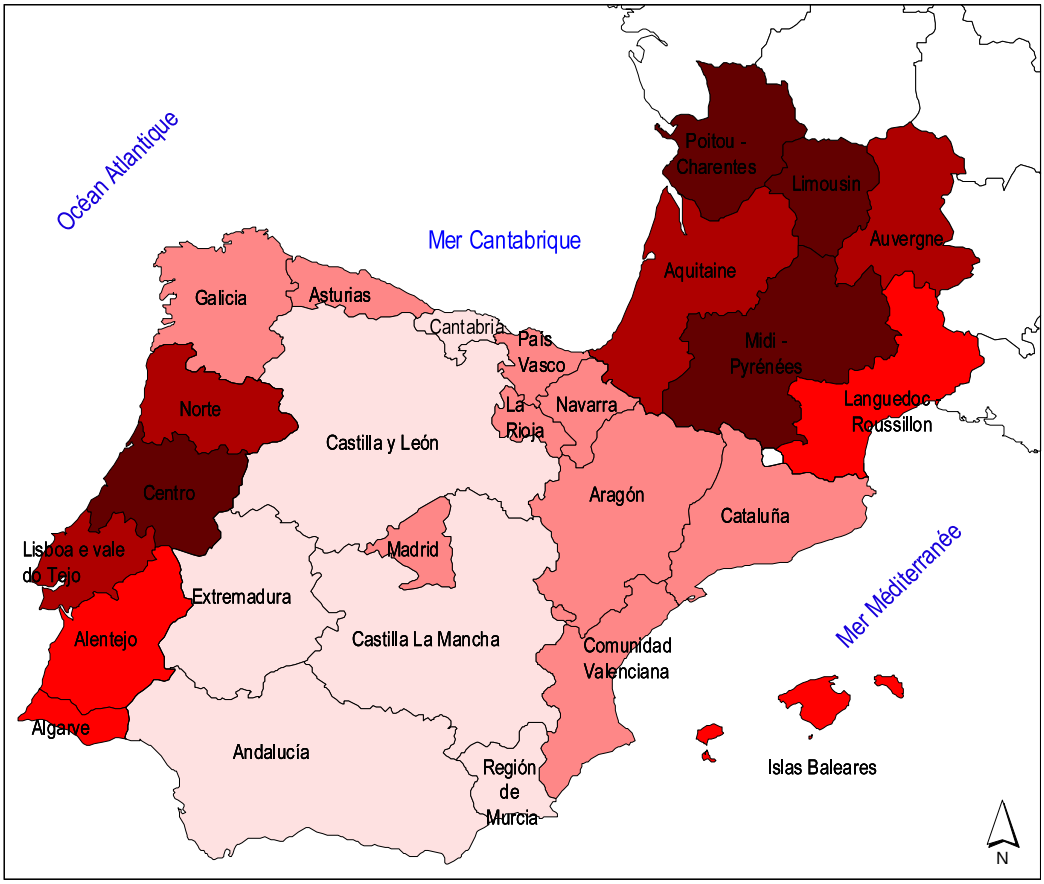
Source: CAP,
à partir des données de Eurostat.

200 0 200 Km

Média Eur 15 = 73,1

Fonte: CAP, a partir de dados da Eurostat

## Emploi féminin par rapport à l'emploi masculin dans le SUDOE 1999




Pourcentage d'emploi féminin
par rapport à l'emploi masculin

Carte 6

- 41,6 - 50,6
- 50,6 - 63,4
- 63,4 - 74,4
- 74,4 - 79,4
- 79,4 - 88,1

Moyenne EUR 15 = 73,1

Source: CAP,
à partir des données de Eurostat.

200 0 200 Km

**Mapa**

**Emprego por sector e região no SUDOE**

**1999**

**Percentagem de emprego total**
**Agricultura**
**Indústria**
**Serviços**

Média Eur 15 = 4,5
Média Eur 15 = 29,2
Média Eur 15 = 66,6

Fonte: CAP, a partir de dados da Eurostat

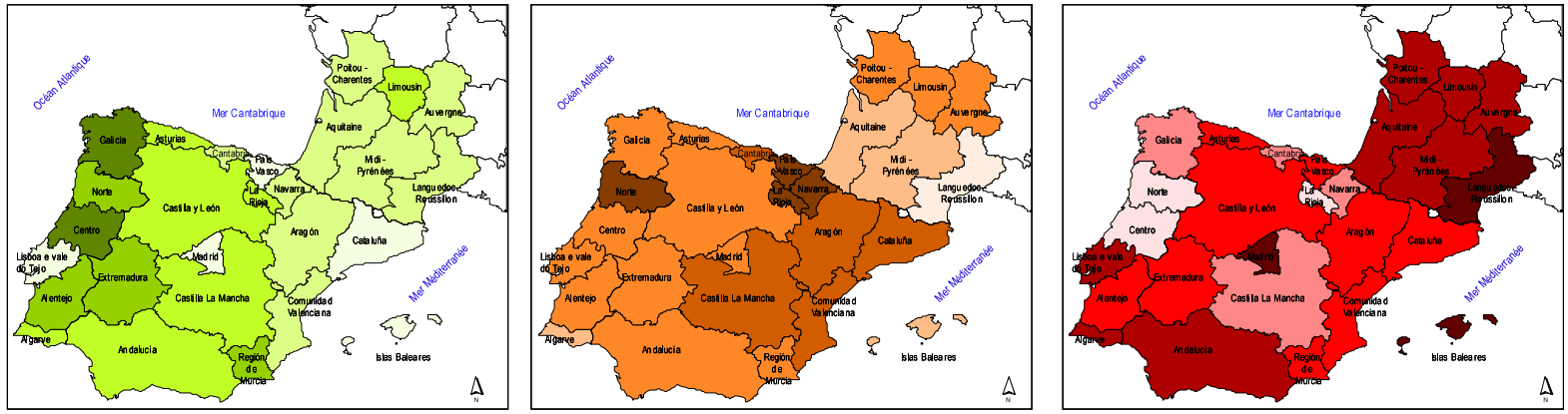
**Mapa**
**Taxa de desemprego total das mulheres e jovens no SUDOE por região**

**Taxa de desemprego total**
**Taxa de desemprego feminino**
**Taxa de desemprego dos jovens**

Média Eur 15 = 9,4
Média Eur 15 = 11,0
Média Eur 15 = 17,8

Fonte: CAP, a partir de dados da Eurostat

# Emploi par secteur et région dans le SUDOE
# 1999




Carte 3

Pourcentage de l'emploi total

Agriculture
- 0,1 - 4,4
- 4,4 - 8,9
- 8,9 - 11,7
- 11,7 - 15,0
- 15,0 - 26,1

Moyenne EUR 15: 4,5

Pourcentage de l'emploi total

Industrie
- < 18,7
- 18,7 - 24,6
- 24,6 - 31,8
- 31,8 - 37,1
- 37,1 - 46,9

Moyenne EUR 15: 29,2

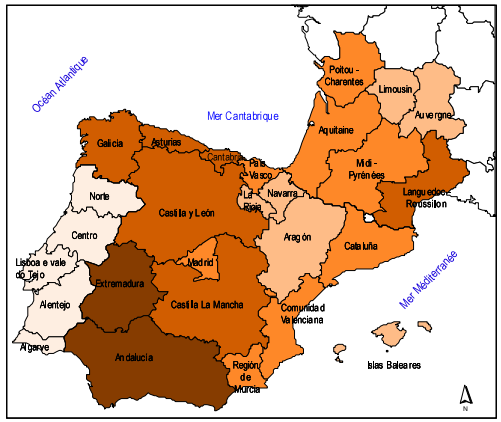
Pourcentage de l'emploi total

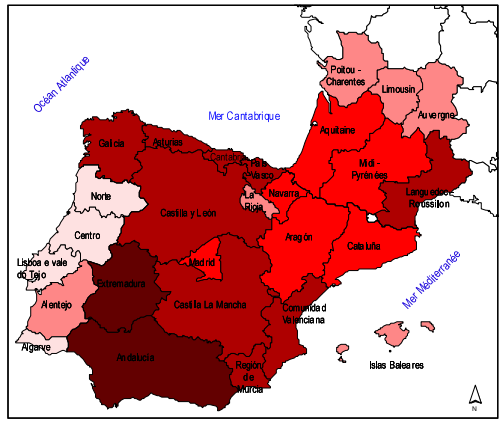
Services
- < 46,5
- 46,5 - 55,7
- 55,7 - 60,0
- 60,0 - 70,3
- 70,3 - 89,1

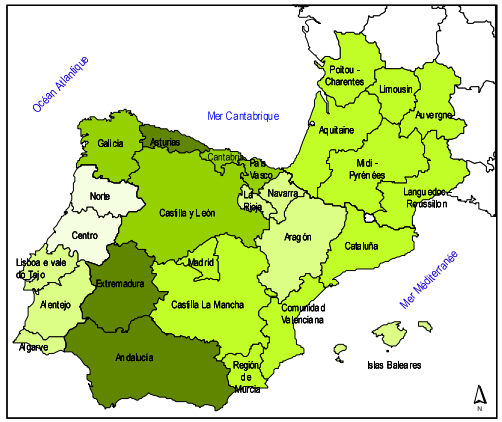
Moyenne EUR 15: 66,0

Source: CAP, à partir des données de Eurostat.

# Taux de chômage total, des femmes et des jeunes dans le SUDOE par région 1999




Carte 7

**Taux de chômage total**

- 2,4 - 6,7
- 6,7 - 10,0
- 10,0 - 14,7
- 14,7 - 18,2
- 18,2 - 26,8

Moyenne EUR 15: 9,4

**Taux de chômage féminin**

- 2,7 - 6,6
- 6,6 - 13,6
- 13,6 - 18,8
- 18,8 - 26,1
- 26,1 - 38,0

Moyenne EUR 15: 11,0

**Taux de chômage des jeunes**

- 7,0 - 7,9
- 7,9 - 17,1
- 17,1 - 29,8
- 29,8 - 36,1
- 36,11 - 52,2

Moyenne EUR 15: 17,8

Source: CAP, à partir des données de Eurostat.

## 2.4 – SISTEMA URBANO E ZONAS RURAIS

O sistema urbano é composto por algumas grandes aglomerações metropolitanas, de algumas grandes cidades e de uma densa rede de cidades médias e pequenas que não funcionam como um verdadeiro sistema urbano dado que as relações funcionais e geográficas são pouco desenvolvidas, não existindo estruturação. Como potencial elemento positivo, é preciso sublinhar a capacidade de arrastamento destes pólos urbanos dinâmicos sobre o seu território limítrofe.
Mais globalmente, verifica-se a presença de zonas muito dinâmicas, localizadas nas metrópoles e nas cidades grandes e médias, que puxam pelo crescimento destes países e das zonas rurais, muitas vezes de fraca densidade, e que conhecem dificuldades reais para gerar um desenvolvimento endógeno.

Podemos distinguir quatro tipos de zonas classificadas de acordo com critérios demográficos e funcionais :

- **As áreas ou centros metropolitanos :** a sua importância e diversidade permitem-lhes organizar o espaço regional e assumir funções de centralização. Lisboa, Madrid e Barcelona têm assim um papel competitivo importante no sistema urbano europeu ;

- **As cidades grandes e médias :** algumas têm um papel principalmente administrativo, de serviços comerciais e de transporte ; favorecem o crescimento de sector terciário de fraca produtividade. Outras são mais especializadas no sector industrial cujos sistemas produtivos estão às vezes em plena restruturação, o que está na origem duma taxa de desemprego elevada. Apesar destas relativas fraquezas, estas cidades apresentam igualmente um verdadeiro potencial e vantagens para o crescimento : relativa especialização industrial (por vezes nos sectores das altas tecnologias), fracos níveis de poluição, uma identidade marcada bem como patrimónios naturais e culturais importantes. Entre estas cidades encontram-se por exemplo, Toulouse, Bordéus, Saragoça, Valencia, Bilbau, Sevilha, Málaga e Porto. Em certos casos (de forma mais precisa, por exemplo, no litoral mediterrânico espanhol e na fachada atlântica de Portugal), verificam-se processos de urbanização difusa, ligadas ao desenvolvimento duma industrialização baseada num tecido denso de centros pouco ligados entre si, com, no entanto, o surgimento dum processo de concentração crescente ;

- **As pequenas cidades :** desempenham o papel de centros industriais e de serviços destinados às zonas rurais, o que contribui para a organização e estruturação do território interior. No entanto, em geral não têm relações suficientes com as cidades médias e os centros metropolitanos. Na maioria dos casos, trata-se de pequenos núcleos industriais, situados em zonas rurais em que a especialização da produção assenta num potencial de desenvolvimento endógeno. Paralelamente, existem vastos territórios interiores dispondo dum dinamismo económico e demográfico muito fraco, por vezes em grande regressão com densidades populacionais muito baixas e uma população em envelhecimento ;

- As **zonas rurais** e de montanha : são muitas vezes pouco ligadas ao sistema urbano regional e aos mercados económicos, e caracterizam-se pela predominância do sector agrícola com níveis de produtividade muito variáveis. No entanto, novos valores de utilização de espaços fracamente povoados estão a ser reforçados : o espaço, mesmo relativamente vazio, torna-se atractivo e constitui um recurso para actividades tais que o turismo, as actividades de lazer e de saúde. Estas zonas são confrontadas com o grande desafio da valorização dos espaços naturais e da gestão dos espaços vazios.

Para além das desvantagens e das especificidades que lhes são próprias, as zonas de montanha oferecem aos Estados e às regiões do SUDOE um quadro privilegiado de cooperação, nomeadamente em matéria de :

- desenvolvimento duradouro, através da valorização dos recursos e dos '*savoir-faire'* ;
- emergência de novas dinâmicas territoriais a partir de acções de desenvolvimento local e das pequenas cidades;
- desenvolvimento dos sistemas de comunicação e de melhoria do acesso à sociedade de informação.

## 2.5 – TRANSPORTES E SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO

A dotação em infra-estruturas desempenha um papel chave no crescimento económico regional, através do seu efeito directo sobre os níveis de investimento e a sua capacidade de gerar economias externas, induzindo a redução dos custos de produção e um aumento da produtividade dos factores de produção. Nesta óptica, a situação periférica do SUDOE no seio do continente europeu, bem como o seu relevo montanhoso marcado, limitam a capacidade de crescimento devido a dificuldades de articulação interna e de acesso aos eixos e pólos de desenvolvimento nacionais e continentais. Assim, o espaço do SUDOE permanece à margem dos principais fluxos rodoviários inter-regionais na Europa.

Ainda não foi encontrada a solução para o problema colocado pela transposição da barreira geográfica dos Pirinéus a fim de ligar a Península Ibérica ao resto do continente europeu. No entanto, estão a ser estudadas várias alternativas possíveis, tais como o eixo Pau-Saragoça. As comunicações terrestres permanecem pois difíceis neste território montanhoso que separa a França da Península Ibérica. A posição estratégica destas regiões depende da sua capacidade de fazer a ligação entre as regiões atlânticas e mediterrânicas e da sua aptidão de descongestionar os fluxos que se concentram actualmente nas zonas litorais.

A falta de ligações rápidas entre as regiões interiores e a centralização excessiva que existe ainda hoje não fazem mais do que agravar a perda de funcionalidade dos sistemas de comunicação actuais. Apesar da melhoria considerável das redes de auto-estradas e das vias rápidas em Espanha e em Portugal ao longo dos últimos anos, é necessário desenvolvê-las ainda mais a fim de permitir uma rede e uma interligação mais estreita entre todas as cidades e regiões e os grandes eixos europeus de comunicação. As últimas realizações de infra-estruturas terrestres e as que estão em

curso tentam conseguir a uma estruturação em rede através da implementação de eixos destinados a promover as trocas transfronteiras entre esses países.

O sistema de transporte aéreo é muito polarizado e são os aeroportos de Lisboa, Madrid, Barcelona, Toulouse e alguns outros, em particular os insulares, que asseguram as ligações inter-regionais e internacionais graças a um tráfego turístico internacional importante muito dependente de flutuações sazonais. Os outros aeroportos têm unicamente um papel intra-regional ou local e os seus serviços destinam-se principalmente às capitais nacionais respectivas.

No domínio marítimo, a situação geográfica da Península e o desenvolvimento tardio das redes de transporte condicionaram a repartição dos portos. A sua funcionalidade é determinada pela dos territórios circundantes, os portos do Mediterrâneo sendo aqueles que apresentam o potencial mais forte, enquanto que no litoral cantábrico prevê-se uma certa estabilidade do tráfego.

Vector doravante essencial na promoção do desenvolvimento regional, as **novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC)** :

- constituem um factor base para a melhoria da competitividade das empresas regionais e o desenvolvimento de jazidas de emprego ;
- oferecem a oportunidade de melhorar a eficácia e a qualidade dos serviços públicos ;
- dão a oportunidade de difundir e promover os valores culturais e são uma ferramenta indispensável para ultrapassar as barreiras geográficas das regiões isoladas e periféricas.

O objectivo, em cada um dos Estados membros, é o compensar o atraso existente na taxa de dotação de equipamento básico e em número de ligações à Internet por habitante os quais são inferiores à média comunitária, e muito inferiores relativamente aos países do norte da Europa. Num segundo aspecto, registam-se numerosas acções que incitam as famílias a ligar-se à Internet e assegurando que todas as escolas estão ligadas às redes científicas, tecnológicas e sociais.
O desenvolvimento da rede de cabo de fibra óptica de alto débito constitui um objectivo essencial nas regiões do SUDOE, mas esbarra com dois inconvenientes importantes, dum lado o nível elevado de investimento exigido e doutro lado, o prazo necessário ao desenvolvimento das infra-estruturas.

Em **Espanha**, um dos grandes desafios do PDI 2000-2007 será a extensão ao conjunto do território da rede de telecomunicações. Neste tipo de infra-estruturas, o investimento é de natureza privada. Devido ao elevado potencial de crescimento do mercado, o investimento no sector situava-se perto dos 762,358 milhões de pesetas em 1998, ou seja uma subida de 11,7% relativamente ao ano anterior.
O governo espanhol estabeleceu, na sua iniciativa INFO XXI aprovada no mês de Dezembro 2000, na linha das orientações eEurope adoptadas pelos Quinze aquando da cimeira europeia de Lisboa em Março de 2000, três linhas de acção :

- sustentar o impulso do sector das telecomunicações e tecnologias de informação, concluindo a liberalização e favorecendo a concorrência;
- a promoção da administração electrónica ;
- o acesso de todos à sociedade de informação.

Em **França**, desde Junho 1999 que a legislação permite às colectividades locais, enquadrando a sua margem de iniciativa, desenvolver infra-estruturas passivas (fibras ópticas não activadas, por exemplo) para facilitar o estabelecimento no seu território de novos operadores de telecomunicações. As regiões do Sudoeste francês inscreveram, a diversos níveis da ferramenta de programação plurianual que o Contrato de plano Estado-Região constitui, acções a favor do desenvolvimento da sociedade de informação, em particular operações visando o desenvolvimento do comércio à exportação através da Internet para as regiões mais rurais e a instalação de ligações de alto débito, concentrando o essencial dos investimentos neste campo.

A situação geográfica de **Portugal** na periferia da Europa, constitui um risco de isolamento para o país. A promoção de ferramentas informáticas deve permitir a Portugal juntar-se às redes internacionais e aproximar os cidadãos do Estado graças a um acesso generalizado às informações de interesse geral sob formato numérico. As telecomunicações do país modernizaram-se rapidamente ao longo dos últimos anos, mas as gerações mais novas não têm acesso suficiente e só dominam parcialmente as ferramentas informáticas e as tecnologias das comunicações. Estão previstos numerosos programas de formação nestes dois campos e o acesso gratuito à Internet em todos os municípios será de forma a familiarizar os cidadãos com essa nova ferramenta.

Convém assinalar que a penetração das TIC nas regiões insulares participantes no programa segue um ritmo mais lento que no resto da Europa, e os respectivos orçamentos são inferiores à média europeia. Entre os factores que explicam esta situação, é preciso sublinhar o sobrecusto da implantação de tais infra-estruturas nos territórios insulares, bem como a ausência duma massa crítica que estimule o investimento.

## 2.6 - AMBIENTE

O território do SUDOE situa-se na sua maior parte numa zona de clima mediterrâneo, no cruzamento duma zona de clima sub-oceânico temperada, caracterizada por precipitações regulares ao longo de todo o ano, e duma zona de clima árido, definida por precipitações fracas e repartidas irregularmente pelo território. Esta diversidade climatérica confere ao SUDOE uma riqueza biológica particular, que apresenta níveis de conservação bem superiores aos dos outros territórios da Europa.

A qualidade ambiental está condicionada pela estrutura produtiva, pela repartição da população e pelo clima. Este último elemento conduz a uma vulnerabilidade particular no território espanhol e em menor medida no território português, e apresenta-se como o principal factor de orientação das políticas ambientais.

Estes três factores determinantes encontram-se nos diferentes temas de estudo do ambiente : água, ar, solos, gestão de detritos (domésticos e industriais) e conservação da biodiversidade.

### 2.6.1. Qualidade do ar

Os territórios do SUDOE beneficiam globalmente duma boa qualidade do ar, como testemunhado pelo nível de emissões de gases comparativamente inferior à média comunitária. No entanto, estão a ser levadas a cabo acções tendo em vista melhorar a qualidade do ar em cada um dos países a fim de conseguir níveis de emissão ainda mais baixos.

Em **Espanha,** o aumento das emissões de gases com efeito de estufa ao longo dos últimos 10 anos foi bem superior às previsões, mesmo sendo a situação neste país bem melhor que a dos outros estados europeus.
Em 1998, a Espanha registou um aumento de 19% dos seus níveis de emissão em relação a 1990, e tinha-se comprometido a limitar esse aumento a 15% até 2010. A Espanha beneficia duma situação ideal para reduzir estas emissões, na medida em que a sua taxa de poluição atmosférica é inferior à dos outros países da Europa dos 15. Aí, as emissões atingiram um aumento de 15% em vez dos 8% que constituía o compromisso europeu para o período de 2008-2012.

O **Sudoeste francês** beneficia de influências climatéricas diversas : marítima, continental e montanhosa. Esta diversidade de climas confere-lhe uma grande riqueza biovegetal. Esta riqueza encontra-se nomeadamente no seio ZNIEFF (zonas naturais de interesse faunístico e florístico). Todas as regiões fazem esforços especiais para a protecção dos parques naturais regionais, nomeadamente as regiões de Auvergne e Aquitaine, onde sector da madeira é um dos primeiros empregadores industriais e onde a floresta cobre 44% do território regional. Só a região Languedoc-Roussillon tem taxas médias de emissões de gases poluentes sistematicamente superiores à média nacional, associados em grande parte à preponderância do sector dos transportes rodoviários.
São implementadas ferramentas de acordo com as regiões : Plano regional de eliminação dos detritos industriais, Plano regional para a qualidade do ar, observatórios (medições dos principais poluentes e da qualidade do ar), etc.
Em **Portugal**, pode-se afirmar que a qualidade do ar é boa, se tomarmos em consideração os gases poluentes, relativamente à média comunitária. O consumo de energia por habitante é relativamente fraco relativamente à média comunitária. Em finais de 1998, a rede nacional da qualidade do ar dispunha de 35 unidades operacionais.
O facto de ter atingido certos limites levou Portugal a tomar medidas de gestão, entre as quais :

- um programa nacional de redução das emissões de grandes instalações de combustão ;
- um sistema integrado de gestão da qualidade do ar (para as zonas metropolitanas de Porto e Lisboa).

Em Gibraltar, a qualidade do ar é satisfatória, dado o clima ameno que torna inútil a utilização de meios de aquecimento e a ausência de indústrias pesadas, daí o nível fraco de emissão de substâncias.

Quadro 6 : Níveis de emissão de gases no SUDOE

| | **Espanha** | **Sudoeste francês** | **Portugal** | **Média comunitária** |
|---|---|---|---|---|
| Emissões de $CO_2$ | 6 t/ano/hab em 1996 (+20% relativamente a 1990) | Subida de 7,3% entre 1990 e 1995 | 4,5 t/hab em 1994 | 9,6 t/ano/hab em 1996 |
| Emissões de $SO_2$ | 53 t/ano/hab em 1993 a 40 t/ano/hab em 1996 redução de 23% entre 1980 e 1993 | | 35 t/ano/hab em 1992 e 26 t/ano/hab em 1994 | (27 t/ano/hab) em 1997 |
| Emissões de NOx (oxido de azoto): | 31 kg/ano/hab em 1993 subida de 29% entre 1980 e 1993 | | 26 kg/hab/ano em 1994 | |
| Emissões de COV (Compostos Orgânicos Voláteis) | Manutenção dos níveis de emissão destes compostos por hab desde 1990 | Quebra de 13,5% entre 1990 e 1995 | | |
| Emissões de CO (óxido de carbono) | | Quebra de 18% entre 1990 e 1995 | | |

## 2.6.2. Gestão dos detritos

A gestão dos detritos surge para cada país do SUDOE como uma problemática fundamental para os próximos anos. Assenta em vários princípios : redução do volume de detritos, optimização da reciclagem, da reutilização e da eliminação protegida.
Em Espanha, a produção anual de detritos registou uma subida gradual, passando de 17 milhões de toneladas em 1996 para 21 milhões de toneladas em 1999, segundo números do INE. A produção média eleva-se a 471 kg/hab/ano, com níveis muito elevados nas ilhas, 767 kg/ano/hab nas Baleares e 691 kg/ano/hab nas Canárias, contra só 346 kg/ano/hab na Galiza.
Constata-se uma deficiência a nível da gestão dos resíduos sólidos urbanos (RSU) em Espanha, devido à importância da proporção de detritos não controlados. Constata-se igualmente que só uma parte dos detritos são tratados selectivamente.
A Espanha ocupa um grau intermédio, a nível europeu, no campo da produção dos detritos tóxicos e perigosos, cuja distribuição geográfica põe em evidência desequilíbrios regionais importantes. A análise numérica permite constatar que existe uma relação directa entre por um lado, a dimensão e o grau de industrialização regional, e por outro lado, e a quantidade de detritos perigosos produzidos. O número de locais potencialmente contaminados, presentes sobretudo no País Basco, na Galiza, Catalunha e Andaluzia, testemunha a importância do processo de industrialização da Espanha.

A média nacional de produção de detritos em França elevava-se em 1995 a 352 kg/hab/ano. Mais de metade da população francesa é servida por uma lixeira ; um terço dos detritos tratados em França pelos parques de instalações de eliminação é incinerado. No que respeita os detritos industriais, está a ser levada a cabo em França uma política cada vez mais ambiciosa, baseada em particular no desenvolvimento da prevenção, da valorização e da reciclagem, tendo por corolário a limitação do armazenamento de detritos reservado, a partir de 1 de Julho de 2002, só aos detritos últimos, ou seja, que já não são susceptíveis de serem tratados nas condições económicas e técnicas da altura.

Portugal apresenta um nível médio de produção de RSU por habitante inferior à média comunitária e entre as mais baixas da Europa. No que respeita o tratamento destes resíduos, o nível de desenvolvimento é baixo, com uma média nacional de 24% no continente em 1997, escondendo grandes disparidades regionais.
Assim, constata-se uma falta significativa de instalações de tratamento e de depósito, com uma incidência diferenciada no território. A dimensão reduzida do território, a insularidade e a importância do turismo são factores que acentuam as dificuldades de gestão dos detritos nas regiões autónomas dos Açores e sobretudo da Madeira, e estão na origem do crescimento dos custos, não compensados por economias de escala.
Para os detritos industriais, existe uma certa tomada de consciência dos agentes económicos, que já desejam fornecer respostas adequadas, graças a mecanismos financeiros, de acordo com a natureza e grau de risco dos detritos produzidos.
A produção de detritos perigosos mais elevada situa-se nos distritos de Setúbal (concentração de indústrias químicas/centrais térmicas), de Castelo Branco (localização de unidades da indústria extractiva) e de Aveiro (indústrias químicas e de papel).

Em Gibraltar, os detritos urbanos são incinerados. A energia obtida é em seguida utilizada para fazer funcionar as fábricas de dessalinização.

**2.6.3. Recursos em água**

No que respeita os recursos em água, constata-se desde há alguns anos :

- um aumento do consumo médio de água pelas famílias, tanto na cidade como em zonas rurais,
- um desenvolvimento do consumo industrial ;
- um consumo crescente por parte da agricultura com grande recurso aos lençóis freáticos ou a implantação de sistemas de drenagem ;
- picos de consumo crescentes nos períodos das estações turísticas ;
- uma falta de recursos em água numa parte deste espaço, nomeadamente nas regiões mediterrânicas, sul peninsular e em algumas ilhas.

O crescimento demográfico nas zonas urbanas, aliado ao desenvolvimento da indústria e da agricultura intensiva tiveram um impacto negativo sobre a qualidade dos lençóis de águas superficiais e subterrâneos em Espanha. No entanto, o problema da poluição só constitui uma pequena parte dos problemas ligados aos lençóis freáticos : é preciso ter igualmente em conta a raridade da água em grandes extensões do território, bem como a utilização intensiva da água disponível, uma das mais altas da OCDE.

A qualidade das águas de superfície pode resumir-se da seguinte forma :

- os indicadores de qualidade das águas de superfície mostram uma perda progressiva da qualidade das águas para todas as utilizações, nomeadamente nas grandes concentrações industriais e urbanas ;
- a qualidade das águas de banho está condicionada pela quantidade de detritos domésticos e industriais, de tal forma que as águas subterrâneas dos rios estão frequentemente contaminadas;
- no que respeita aos fosfatos, uma concentração excessiva destas substâncias está na origem da poluição das águas que só se auto-despoluem muito lentamente ;
- a poluição por nitratos constitui um assunto de grande preocupação em Espanha devido aos problemas de eutrofização que originam nas águas superficiais, e de poluição de origem principalmente agrícola nos lençóis mais profundos ;
- duma forma geral, a qualidade das águas das bacias mediterrânicas é a mais fraca do território, dado que a poluição se dilui pior que noutros lados.

Além disso, as águas subterrâneas conheceram igualmente uma contaminação intensa nas últimas décadas. De acordo com as informações contidas no Plano Hidrológico Nacional, cerca de cinquenta zonas aquíferas apresentam problemas de contaminação. Esta tem origem na produção de substâncias associadas às práticas agrícolas e à sobre-exploração, à salinidade das águas das zonas costeiras por contacto com a água do mar, e às dinâmicas urbanas e industriais.

A poluição da água é cada vez mais preocupante, dado a raridade dos recursos, e estende-se às águas subterrâneas, que em Espanha abastecem 30% da população espanhola e satisfazem um quarto da superfície agrícola.

A qualidade das águas de banho regista uma ligeira melhoria dos índices nas zonas de banho continentais, que pela primeira vez ultrapassaram o limiar dos 70% de aptidão em 1998.

No Sudoeste francês constata-se uma poluição das águas por nitratos a norte da linha Toulouse-Strasbourg : diz respeito portanto a uma parte das regiões de Aquitaine e Auvergne. A não

conformidade das águas é mais frequentemente devida aos pesticidas que aos nitratos. As seis regiões possuem zonas húmidas, sobretudo as regiões litorais. Constata-se um esforço nacional para reduzir o consumo de água.
Em Portugal, nota-se um certo grau de poluição e degradação dos recursos hídricos devido à concentração urbana, associados à ausência e deficiência do tratamento das águas residuais, à irregularidade climatérica e à natureza da utilização dos solos, principalmente agrícola. Os níveis de poluição são ainda moderados, mas os riscos de poluição de origem agrícola e associados à salinidade existem. A disponibilidade de sistemas de saneamento e de distribuição de água depurada continua a ser insuficiente, sobretudo nas zonas rurais. Enfim, o abastecimento doméstico em água evoluiu favoravelmente ao longo dos últimos anos, graças à instalação de grandes equipamentos hidráulicos. Em 1997, 86% da população beneficiava dum abastecimento doméstico de água, se bem que ainda se registem disparidades entre regiões, sobretudo no Norte onde esta percentagem atinge unicamente 71%.

Em Gibraltar, as águas do mar respeitam as normas europeias de qualidade. A água potável provém de várias fábricas de dessalinização da água do mar e é regularmente controlada afim de verificar se a sua qualidade está conforme à regulamentação local e europeia. O tratamento das águas residuais urbanas está completado, se bem que as infra-estruturas exijam ser melhoradas.

### 2.6.4. Biodiversidade

No que respeita a preservação da biodiversidade, a directiva 92/43/CEE relativa à conservação dos habitats naturais, da fauna e da flora silvestres é o principal instrumento de conservação da natureza de que a Europa dispõe. O seu objectivo principal é o de favorecer a manutenção da biodiversidade graças à criação da rede Natura 2000.
Em Espanha, onze Parques Nacionais foram declarados de interesse nacional, o que corresponde a 0,3% do território espanhol. A pressão do turismo sobre os recursos naturais dos parques nacionais aumentou consideravelmente ao longo dos últimos anos, como o indica o número de visitantes que passou de 3,7 milhões em 1990 para mais de 8,5 milhões em 1997.
Além disso, cada Comunidade Autónoma é competente para estabelecer no seu território a delimitação dos espaços protegidos. Podem propor Locais de Interesse Comunitário (LIC) incluídos na rede Natura 2000 da União Europeia. Em certas comunidades, o território protegido representa cerca de 40% do território total (por exemplo, as Baleares, a Andaluzia, as Canárias). Actualmente, contam-se mais de 650 zonas que correspondem a perto de 15% do território total.
A superfície espanhola das zonas preservadas, isto é, os Espaços Naturais Protegidos, cobre cerca de 6% do território espanhol.
O carácter da estruturação e ordenamento da rede Natura 2000 é ainda mais levado em consideração pelas Comunidades Autónomas quando se trata de definir a lista das ZEPAS (Zonas de protecção especial para os pássaros) e pelo Ministério do Ambiente, no quadro da aplicação clara e específica de instrumentos já existentes (tais que os estudos de impacto) ou em discussão.
Em França, o *label* "parques naturais regionais" conhece um sucesso crescente uma vez que tiveram lugar nove criações entre 1995 e 1998 para uma superfície suplementar de 1,4 milhões de km2, no conjunto do território. As seis regiões estudadas reagrupam sete dos trinta e oito Parques Naturais Regionais franceses e dois parques nacionais. As superfícies correspondendo às zonas de

protecção da natureza (zonas de protecção especial "Pássaros" : 1,4% do território, locais protegidos no âmbito da directiva "Habitats" : 1,6% do território) continuam inferiores às propostas de outros países europeus, nomeadamente a Espanha (14,3% da superfície).

Em Portugal, trinta e três zonas protegidas pertencem à rede nacional dividida em parque nacional, parques naturais, reservas naturais, paisagem protegida, locais classificados e monumento natural. Estas zonas encontram-se distribuídas por todas as regiões. As regiões insulares, em particular os Açores, a Madeira e as Canárias, dispõem de um capital ambiental importante, cujas características excepcionais são reconhecidas em todo o lado, nomeadamente pela UNESCO (Madeira, Canárias) e pelo Conselho da Europa (Madeira). As principais ameaças podendo afectar a preservação desta biodiversidade decorrem da pressão urbana e turística, que regista um crescimento sobretudo na Madeira e nas Canárias.
Devido à preservação das espécies ameaçadas, Portugal iniciou a elaboração de programas de preservação de certas espécies, para além da aplicação da directiva comunitária visando o estabelecimento da rede Natura 2000, nomeadamente através da criação duma reserva ecológica nacional e da implementação duma rede nacional das zonas protegidas que estabelece os estatutos destas últimas.

Em Gibraltar, 40% do território está coberto pela Reserva Natural do Peñon e duas zonas (as águas do Peñon) deverão ser brevemente declaradas locais protegidos no quadro do programa Natura 2000.

### 2.6.5. Solos

As previsões climatéricas para o século que se aproxima baseiam-se num aumento das temperaturas e numa redução das precipitações médias anuais, levando a um aumento dos períodos de seca. Apesar da dificuldade em fazer tais previsões, os estudos sobre a bacia mediterrânica indicam uma expansão das zonas de pastagem e de zonas de mata degradadas. O aumento da seca tornará mais difícil a regeneração do maquis mediterrânico, de forma que é preciso tomar em consideração o aumento da desertificação. A hipotética redução da água disponível e o aumento dos fenómenos de erosão do solo podem originar efeitos negativos na vegetação mediterrânica.
Além disso, as actividades humanas representam factores importantes de degradação dos solos, em particular os detritos sólidos urbanos, as actividades industriais e as actividades agrícolas que originam diversos tipos de poluição.
Os seus efeitos fazem-se geralmente sentir a longo prazo (por vezes, prazos de vinte anos) e implicam numerosas situações de risco (toxicidade humana e animal, fitoxicidade, incêndios e explosões, risco de deterioração dos materiais de construção), agravadas pela grande variedade dos solos existentes no SUDOE.

O clima e o regime irregular das chuvas (no tempo e no espaço) **em Espanha**, que provoca numerosos incêndios, bem como a poluição do solo (problema partilhado com o resto da Europa) levam a uma perda grande do solo fértil e a uma rápida desertificação no Sudoeste da península, que se agrava progressivamente e se estende ao conjunto do país.

A política ambiental da Espanha tenta atenuar estas dificuldades e parar este processo de degradação, e visa preservar a biodiversidade que o território espanhol ainda beneficia.
Entre as **seis regiões francesas** abrangidas pelo estudo, as regiões de Aquitaine e Languedoc-Roussillon registam uma taxa particularmente fraca de matéria orgânica no seu solo, em resultado da agricultura intensiva. A Aquitaine regista ainda um número de locais poluídos bem superior às outras regiões. Toda a zona do Sudoeste francês está, além disso, sujeita a um fenómeno de erosão dos solos. Os Pirinéus constituem um local natural a proteger e a ordenar. Os poderes públicos destas regiões prevêem nomeadamente acções a favor da agricultura de montanha e do turismo rural.
Em **Portugal**, ao longo da década de 1986-1996, a superfície agrícola utilizada registou uma quebra significativa, da ordem dos 11,5%, enquanto que a superfície florestal aumentou ligeiramente. É de assinalar que 60% do território nacional corre um risco moderado de desertificação.

### 2.6.6. Energias renováveis

Em conformidade com a política comunitária neste domínio, cujo objectivo é a participação até 12% das energias renováveis na procura energética total em 2010, as energias renováveis registam um impulso considerável nos quatro países do SUDOE. As perspectivas de desenvolvimento e de optimização da utilização destas fontes de energia a médio e longo prazo são muito positivas tendo em conta, dum lado, a vontade política existente – que se traduz por um quadro jurídico apropriado e por ajudas económicas, e por outro lado, a prossecução da liberalização do sector eléctrico e os progressos tecnológicos neste domínio.
De acordo com números de 1997, Portugal ocupava a quarta posição a nível europeu relativamente ao grau de penetração das energias renováveis no consumo energético doméstico, com quase 17%, enquanto que a Espanha e a França se situavam ligeiramente acima da média europeia (5,8%). Em termos absolutos de produção, a França é o país que mais produz na Europa, em particular graças às fontes de energia hidráulica e a partir de biomassa.

Convém assinalar o forte potencial da França e Espanha relativamente aos outros países europeus em termos de energia eólica. As regiões do Languedoc Roussillon em França e as comunidades autónomas espanholas de Navarra, Galiza e, numa medida mais pequena, Aragão e a Andaluzia, são as regiões no SUDOE que produzem mais electricidade a partir da energia eólica.

## 2.7 – PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL

A situação geográfica, o relevo e as disparidades climatéricas da Península Ibérica e dos seus arquipélagos são factores que favorecem a presença duma grande riqueza natural, com uma grande diversidade de espécies. Este espaço transnacional dispõe de um património natural único, com características bem diferenciadas relativamente a outras zonas do continente europeu. Agrupa tipos de ecossistemas muito diferentes (montanhas, florestas mediterrânicas, zonas húmidas interiores e litorais, etc.). Podem nomeadamente distinguir-se, pela sua singularidade à escala europeia e mesmo mundial, os ecossistemas ligados ao clima oceânico dos Açores e da Madeira e ao clima tropical das Canárias.

A riqueza do património constitui uma vantagem do espaço SUDOE relativamente a outros territórios; o desafio para este espaço está em preservar esta riqueza e aproveitar todas as suas vantagens ao mesmo tempo que estabelecendo um equilíbrio entre a protecção e as oportunidades de desenvolvimento económico.

A maior parte das regiões deste espaço acumulam riquezas com um grande potencial mas sofrem muitas vezes duma dificuldade de integrar esse potencial nas estratégias de desenvolvimento. Estas riquezas englobam :

- locais classificados e zonas litorais que só evoluíram para fins turísticos, confrontados com uma sobrepopulação estival;
- grandes zonas de desprendimento agrícola cujo fecho das paisagens acelera a desertificação, reduz o potencial patrimonial pela falta de manutenção, com, a prazo, o risco duma dificuldade de valorização turística. Além disso, os objectivos de reinstalação de agricultores não são atingidos nesta zonas por falta de integração territorial e rural.
- Paisagens herdadas da história que não passam muitas vezes de elementos dum património em curso de degradação e que não se sabe como valorizar a não ser impondo barreiras ou regulamentos de protecção, mas raramente uma valorização económica.
- Paisagens variadas cuja gestão compete cada vez mais a actores diversificados, (agricultores, silvicultores, rurais, eleitos, urbanistas, gestores turísticos, empresas) que podem ter interesses sectoriais divergentes e que não se reúnem para definir em conjunto o modo de gestão.

A grande riqueza histórico-cultural do espaço SUDOE constitui uma das suas características mais significativas. No conceito de « património », não só consideramos os grandes monumentos históricos representativos (palácios, catedrais, mosteiros, etc.) mas igualmente, num sentido mais lato, os tecidos urbanos, a arquitectura rural, as infra-estruturas territoriais históricas (as calçadas, os canais, os lugares de peregrinação, etc.) e duma maneira geral, todas as manifestações culturais tradicionais e contemporâneas ou a gastronomia.
Esta abordagem global da concepção do património é mais uma razão para o conservar e gerir como deve de ser. O património é cada vez mais considerado como um sector estratégico e o objectivo é de o valorizar enquanto factor de desenvolvimento territorial.

Paralelamente a esta potencialidade, o património cultural do espaço transnacional, nomeadamente nas zonas interiores menos povoadas, caracteriza-se por um nível de fragilidade elevada. O primeiro obstáculo à sua conservação e valorização é o número elevado e a dispersão destas riquezas, (muitas vezes situadas em pequenas cidades e zonas rurais), enquanto que os fundos que permitem valorizar os bens patrimoniais são muitas vezes insuficientes. Em numerosos casos, o património cultural destes territórios é ainda desconhecido. Ao contrário, nas zonas perto de aglomerações urbanas e zonas com um desenvolvimento importante, a sobre-exploração e o risco de perda de identidade representam grandes ameaças.

## 2.8 – ANÁLISE FFOA (PONTOS FORTES, PONTOS FRACOS, OPORTUNIDADES, AMEAÇAS)

A análise FFOA abaixo, feita com base nas características socio-económicas e territoriais da zona de cooperação do SUDOE, é retirada do relatório de avaliação ex ante.

ANÁLISE FFOA DO SUDOESTE EUROPEU

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|---|---|
| 1. Balanços migratórios positivos que permitem a certas zonas rurais recuperar habitantes | 1. Crescimento natural muito baixo que não permite a renovação das gerações |
| 2. Taxa de crescimento económico em geral superior ao resto da Europa | 2. Fraca densidade populacional relativamente à média comunitária |
| 3. Sectores com vantagens comparativas naturais e uma competitividade elevada | 3. Predominância de actividades de fraco valor acrescentado e fraco conteúdo tecnológico |
| 4. Potencial no que respeita a exportação de sectores não tradicionais e crescimento significativo do pessoal empregue na área do I&D | 4. Peso relativo da agricultura mais elevado que no resto da U.E.. |
| 5. Crescimento em todo o espaço das actividades de serviços, assentando em grande parte no sector do turismo | 5. Fraco nível de investimento em I&D |
| 6. Taxa de desemprego em quebra, mesmo se a taxa absoluta continua superior à média da U.E.. | 6. Fraco desenvolvimento da sociedade de informação |
| 7. Ritmo elevado de criação de emprego e integração crescente das mulheres no mercado de emprego | 7. Fraco desenvolvimento de serviços superiores às empresas |
| 8. Avanços substanciais em termos de formação e qualificação dos trabalhadores | 8. Predominância de fracos níveis de produtividade |
| 9. Capital elevado e diversificado em recursos ambientais, em termos de zonas montanhosas, costeiras, florestais, etc.. | 9. Taxas de actividade fracas e de desemprego elevadas |
| 10. Património cultural abundante, a favor do qual são desenvolvidas acções de valorização e de gestão duradoura | 10. Forte segmentação por idade e sexo |
| 11. Forte dinamismo urbano e potencial importante de qualidade de vida urbana | 11. Fraco nível geral de formação e de qualificação das populações |
| 12. Economias de aglomeração em muitas zonas urbanas | 12. Nível elevado de desemprego de longa duração dos jovens e mulheres. Grande sazonalidade. |
| 13. Avanços importantes em termos de articulação territorial interna | 13. Falta de adequação oferta / procura em matéria de formação |
| 14. Potencial turístico elevado | 14. Dificuldades na aplicação de medidas eficazes permitindo a compatibilidade do trabalho das mulheres com a vida familiar |
| 15. O desenvolvimento dos espaços e relações transfronteira (Espanha-França, Portugal-Espanha) desempenhou um papel importante nos fluxos inter-regionais e no reforço da solidariedade | 15. Fraco nível de tratamento dos detritos relativamente ao resto da U.E.. |
| | 16. Desequilíbrios na distribuição dos recursos hídricos. Qualidade média da água |
| | 17. Aumento da poluição devido à concentração urbana |
| | 18. Nível insuficiente de protecção, de conservação, de gestão duradoura do património natural e cultural |
| | 19. Posição geográfica periférica |

| | |
|---|---|
| económica do território<br>16. Abertura marítima em direcção à África e à América | 20. Articulação insuficiente com as redes de transporte trans-europeias<br>21. Desequilíbrios na malha urbana<br>22. Insuficiência das redes de grande capacidade no sistema de telecomunicações<br>23. Custos dos congestionamentos das zonas urbanas<br>24. Fenómeno de êxodo rural (nomeadamente para as zonas rurais interiores)<br>25. Concepções das políticas nacionais e regionais sobre questões de ordenamento do território diferentes que podem tornar difícil a criação duma estratégia de cooperação comum para o SUDOE |

| **OPORTUNIDADES** | **AMEAÇAS** |
|---|---|
| 1. Desenvolvimento de novas actividades de serviços para as pessoas de idade<br>2. Forte motivação para o desenvolvimento da sociedade de informação<br>3. Dinâmica de crescimento sustentado à escala mundial que assegura a procura externa<br>4. Dinâmica geral de flexibilização do mercado de trabalho. As autoridades nacionais e comunitárias dão prioridade às acções a favor dos grupos mais afectados pelo desemprego (jovens, mulheres, DLD)<br>5. Substituição das políticas de emprego passivas por políticas de emprego activas<br>6. Preocupação crescente da sociedade e dos poderes públicos para a garantia dum desenvolvimento sustentável<br>7. Valorização crescente do património natural e cultural das zonas rurais desfavorecidas<br>8. Esforço público sustentado em dotação de infra-estruturas<br>9. A procura da qualidade de vida sustenta o reforço das redes de cidades médias e pequenas cidades e o "descongestionamento" dos grandes núcleos urbanos. A generalização das TIC pode contribuir para a integração das zonas periféricas "marginalizadas"<br>10. O novo programa INTERREG III B fornece um quadro favorável ao desenvolvimento de | 1. Tendência para o envelhecimento da população<br>2. Ambiente mundial cada vez mais competitivo<br>3. Liberalização dos movimentos de capitais desfavorável aos territórios sem mercados financeiros competitivos a nível internacional<br>4. Risco de marginalização dos desempregados de longa duração (DLD)<br>5. Risco de perda da competitividade em termos de custos salariais depois da entrada dos PECO na U.E..<br>6. Precarização do trabalho<br>7. Risco de degradação das zonas naturais pela sobre exploração associada à actividade turística<br>8. Risco associado ao posicionamento periférico na U.E.<br>9. Despovoamento das zonas rurais<br>10. A ausência de estruturas adaptadas para a gestão do programa do SUDOE pode ser prejudicial à optimização dos resultados. |

| | |
|---|---|
| estratégias comuns de ordenamento de território no SUDOE | |

# CAPÍTULO 3 : ESTRATÉGIA CONJUNTA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

## 3.1. PRINCÍPIOS PARA A ELABORAÇÃO DUMA ESTRATÉGIA CONJUNTA

Uma das características do EDEC que os programas INTERREG III devem ter em consideração é a de afirmar e "politizar" a dimensão territorial da Europa. Até agora, a questão dos territórios nunca tinha sido encarada de maneira directa pelas políticas comunitárias. Estas punham em evidência as desigualdades territoriais e, para as corrigir, propunham ferramentas ao serviço da coesão social e económica do espaço europeu, associada por exemplo ao grande mercado interno. As políticas e os fundos estruturais implementadas para este fim desde 1987 iam neste sentido.
Para 2000-2006, entramos numa terceira geração de fundos estruturais. A dimensão total deste continente europeu, a sua singularidade no conjunto do mundo, o facto de estarmos num espaço que apresenta uma originalidade em relação aos Estados Unidos, ao Japão, ao Sudoeste Asiático, a diversidade das formações geográficas, humanas e sociais são sem comparação com o resto do mundo. É a ideia que a Europa é formada por 15 estados aos quais se irão agregar os países da Europa central e oriental (PECO), um conjunto territorial que deve ser considerado como tal na sua dimensão geográfica.

Este espaço está sujeito a contradições que o EDEC e as políticas de ordenamento que dele decorrem deverão esforçar-se por ultrapassar. É um dos desafios políticos estruturais até 2006. Esquematicamente, estas oposições confrontam, dum lado, o desenvolvimento económico, a criação de empregos, a expansão urbana, a influência crescente das infra-estruturas, e doutro lado, a vontade cada vez mais afirmada, de preservar e apoiar o ambiente. Estas ambições podem ser contraditórias se não forem antecipadas e previstas antecipadamente, se queremos valorizar os espaços naturais e os recursos ambientais e ao mesmo tempo darmo-nos os meios para um desenvolvimento baseado em diferentes categorias de infra-estruturas, num tecido urbano complementar e coerente, em relações positivas e construtivas entre cidades e espaços rurais.

No espírito do EDEC, o programa de iniciativa comunitária INTERREG III-B procura promover uma maior harmonização do desenvolvimento espacial a fim de :

- Conduzir a abordagens renovadas e inovadoras em matéria de política pública de impacto territorial e a acções transnacionais concretas e de envergadura ;
- Facilitar a obtenção dum quadro comum de ordenamento e de desenvolvimento do território para cada uma das zonas transnacionais identificadas na Europa.

Numa abordagem mais operacional, o programa INTERREG III-B visa contribuir para o reforço da integração territorial favorecendo a reflexão, a experimentação e o investimento numa lógica que transcende as fronteiras de vários estados membros. Noutros termos, o INTERREG III-B deve servir de catalisador para atingir um grau mais elevado de integração territorial e federar as iniciativas e as

acções portadoras de desenvolvimento nos vários territórios da zona, a fim de alargar os seus efeitos benéficos ao conjunto de vastas zonas transnacionais.

O reforço da integração territorial deveria gerar uma intensificação dos laços económicos, sociais e culturais no seio da zona transnacional e favorecer a emergência duma zona de integração económica, social e cultural com dimensão crítica à escala europeia e participando no reequilibro territorial à escala da Grande Europa.

Depois do EDEC, a definição duma verdadeira visão espacial aplicável à área de cooperação comum tendo por horizonte 2006, constitui um dos melhores meios para fecundar esta ambição. Este exercício deve alimentar-se do conteúdo dos objectivos estratégicos e das prioridades do desenvolvimento territorial identificadas e desenvolvidas pelos estados membros para cada uma das zonas transnacionais.

*Ferramenta de referência, o **EDEC** é o fruto do trabalho conjunto da Comissão Europeia e dos Estados Membros de vários anos e adoptado em Maio de 1999 em Potsdam, tendo em vista a elaboração das linhas directivas para o ordenamento do território europeu, com o objectivo do desenvolvimento duradouro do território através da implementação de políticas integradas.*
*Seguindo as indicações dos Estados Membros e da Comissão Europeia, o EDEC deve aplicar-se no decurso deste novo período de programação dos Fundos Estruturais 2000-2006. A nova iniciativa INTERREG III constitui um campo indicado para isso.*

*No espírito do novo modelo policêntrico visando promover e reforçar a competitividade europeia na economia global, a Comissão Europeia insistiu na necessidade de apoiar os novos "centros de gravidade" económicos, insistindo na viabilidade das entidades locais para trazer uma certa competitividade económica às cidades e ao seu ambiente.*
*O quadro de referência trazido pelo EDEC para as cidades e territórios europeus propõe quatro campos de acção prioritários para o ordenamento do território que conhecem uma forte evolução e que têm uma grande importância para o conjunto do território europeu – com base na análise de impacto das políticas comunitárias sobre o ordenamento do território realizado no âmbito do EDEC.*

*Foram assim definidos os eixos de intervenção seguintes :*
*- Aplicação dum modelo policêntrico de desenvolvimento da política urbana ;*
*- As relações de cooperação cidade – campo e o desenvolvimento do papel das zonas rurais ;*
*- A igualdade em termos de acesso às tecnologias e ao conhecimento (acções em matéria de transportes, de comunicação e tecnologia) ;*
*- A conservação e a gestão duradoura dos recursos naturais e do património cultural através de acções de cooperação.*

*O EDEC fornece um quadro político adequado para integrar as políticas sectoriais da Comunidade, dos Estados Membros e das regiões que têm impactos territoriais, tendo por objectivo um desenvolvimento equilibrado e duradouro do território europeu.*

Este quadro geral deve ser aplicado a cada zona transnacional, procurando territorializar as opções políticas do EDEC, em função das características específicas de cada espaço. Em resposta, a implementação de cada programa INTERREG III-B fornecerá uma contribuição para apreciar em que medida as opções políticas podem aplicar-se de forma pertinente ao território europeu.

Para o SUDOE, a reflexão sobre a estratégia conjunta foi conduzida tendo em conta o ambiente global. Assim, os actores neste espaço devem aceitar o desafio colocado pela combinação das duas constatações seguintes :

- Dum lado, este espaço conhece um crescimento económico sustentado desde há vários anos e está dotado dum forte potencial interno e para o exterior ;
- Por outro lado, o SUDOE continua a ser um espaço em emergência cujo nível de integração económica e social permanece relativamente fraco e cuja identidade deve ser afirmada.

Além disso, o espaço SUDOE ainda não foi objecto duma abordagem global em matéria de desenvolvimento territorial para os próximos anos. Foram lançados unicamente alguns estudos sectoriais no âmbito do programa INTERREG II-C. Comparativamente a outros espaços de cooperação, nomeadamente no Norte da Europa, um esforço de recuperação e um aprofundamento da reflexão devem ser rapidamente iniciados. No entanto, convém sublinhar que, ao contrário dos espaços de fachada marítima, nomeadamente mediterrânica e atlântica, o espaço SUDOE apresenta uma relativa unidade e coerência territorial que poderá facilitar a aplicação a uma escala supra nacional de consensos associados ao desenvolvimento territorial.

Afim de facilitar o estabelecimento duma visão espacial do SUDOE num horizonte até 2006, os actores públicos nacionais e regionais iniciarão um exercício de prospecção territorial em intervalos regulares, a fim de alimentar uma reflexão « em contínuo » sobre a evolução e a consolidação do SUDOE. Para isso, os Estados Membros desejam implementar, de acordo com modalidades a decidir pelo Comité de Acompanhamento, um grupo de prospecção composto por representantes das diversas administrações (ordenamento do território, transporte, ambiente, etc.) e de peritos representativos de meios científicos e da sociedade civil. Esta reflexão poderá interagir com os trabalhos do ORATE e apoiar-se em todos os conceitos e ferramentas territoriais comuns que podem ser desenvolvidos no âmbito da prioridade 4.

O programa INTERREG III-B SUDOE deverá contribuir para a implementação desta visão através do financiamento de projectos concretos, em particular em campos onde a necessidade duma intervenção do ordenamento do território à escala transnacional se faz sentir. Este programa constitui o instrumento mais importante com base no qual os parceiros a nível nacional e regional trabalharão a fim de fazer emergir progressivamente uma visão espacial para o SUDOE.

Esta visão espacial, cujos contornos se desenharão ao longo do tempo, visa favorecer a emergência duma zona de integração económica, social e cultural do SUDOE que participa no reequilíbrio territorial da Europa, tendo em conta o alargamento a leste da U.E. e das oportunidades de desenvolvimento com os países da Bacia Mediterrânica e da América Latina. Trata-se do objectivo estratégico prioritário estabelecido pelos quatro estados membros, que se decomporá em vários

objectivos estratégicos e objectivos operacionais ligados entre si na árvore dos objectivos (cf. Pag. 33).

A combinação dos diversos níveis de objectivos (só os laços mais directos foram identificados entre os objectivos estratégicos e os objectivos operacionais) e as suas interacções estão na base da estratégia de desenvolvimento territorial conjunta para o programa. Toma em consideração o contexto institucional, espacial, social e natural específico da zona SUDOE, privilegiando os temas e os territórios onde a cooperação gera um valor acrescentado a esta escala. Deverá inscrever-se em articulação estreita com os objectivos e as medidas que podem ser empreendidas, em cooperação, a um nível inferior, nomeadamente com os programas de cooperação transfronteira cobertos pelo campo do SUDOE.
O objectivo não é o de aumentar a competitividade do território do SUDOE em detrimento dos outros espaços de cooperação, mas de favorecer, nomeadamente, a melhor complementaridade possível com os espaços Atlântico e Mediterrâneo ocidental.
Se bem que inscrito numa perspectiva de médio-longo prazo, este enquadramento estratégico não é menos ambicioso e os únicos meios FEDER afectos a este programa para o período 2000-2006 não irão chegar. Todavia, a apropriação pelos actores nacionais e regionais deste programa constituirá a melhor garantia para que as acções transnacionais financiadas tenham um verdadeiro efeito de alavanca na perspectiva do futuro da política regional além de 2006.

## 3.2 – OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

A partir do diagnóstico territorial e tendo em conta os campos de intervenção possíveis para a Parte B incluídos na Comunicação da Comissão relativa ao INTERREG III, os Estados Membros identificaram quatro objectivos estratégicos para o SUDOE que, em combinação com as prioridades estratégicas apresentadas no capítulo seguinte, deveriam contribuir para a obtenção duma visão espacial comum ao longo dos próximos anos.

① **Aumentar o grau de integração**

A estratégia estabelecida deve favorecer a emergência duma zona de integração multidimensional à escala da Europa com uma identidade e referências comuns. Esta integração deve efectuar-se ao mesmo tempo em termos físicos através da melhoria da acessibilidade, mas também através da intensificação das interacções económicas e sociais.
Isto é particularmente importante para uma zona onde :

- Certos territórios não beneficiaram completamente do efeito estruturante das redes de transportes;
- Verificam-se profundos desequilíbrios espaciais onde vastos territórios são caracterizados por uma muito fraca densidade ;
- Existem ainda barreiras institucionais e jurídicas importantes.

O objectivo é o de promover um equilíbrio territorial que melhore os pontos fracos e consolide os pontos fortes na zona transnacional. Convirá em particular :

- Organizar a valorização inter-regional e transnacional dos potenciais económicos numa lógica de integração à escala europeia ;

- Sustentar um desenvolvimento espacial integrado de sectores específicos, como o turismo ;
- Reforçar a integração em prioridades de desenvolvimento estratégicas identificadas pelos Estados Membros.

② **Formar uma zona de carácter sustentável na Europa**

Dando uma orientação territorial ao desenvolvimento, o ordenamento do território contribuirá para reforçar a gestão multisectorial integrada, fornecendo um enquadramento para um desenvolvimento sustentável através das suas dimensões ecológica, social e económica. Uma atenção particular será dada à utilização prudente, à protecção e à melhoria do património natural e cultural na medida em que numerosos territórios desta zona estão ainda relativamente protegidos. A este respeito, a problemática da gestão dos recursos em água é considerada crucial. Convém em particular assegurar uma utilização sustentável do património natural e cultural e explorar os potenciais de territórios específicos, como as zonas costeiras, as zonas de maciços, os espaços fluviais, etc..

O ordenamento do território à escala transnacional deve contribuir para uma melhor afectação dos recursos financeiros públicos limitados gerando efeitos de sinergia e assegurando a coordenação para além dos limites sectoriais e administrativos. Isto respeita particularmente a redução dos obstáculos físicos, a melhoria das ligações de grande velocidade e a protecção dos grandes espaços.

Sem negligenciar a dimensão económica, o que está em causa é que o espaço venha a tornar-se um local privilegiado das experimentações ecológicas e sociais para o desenvolvimento sustentável. É preciso aumentar a notoriedade deste espaço neste campo, de maneira a reforçar a sua atractividade em termos demográfico e económico.

③ **Desenvolver a economia do SUDOE e reforçar a sua posição na economia mundial**

O espaço do SUDOE dispõe de numerosas potencialidades de desenvolvimento que a cooperação transnacional pode aumentar e concretizar. O ordenamento do território deve favorecer a utilização sustentável destes potenciais estabelecendo um espaço atractivo capaz de obter resultados. As políticas de ordenamento do território concertadas e coordenadas entre os diversos países deve gerar condições ainda mais propícias ao desenvolvimento da economia do SUDOE, através da melhor tomada em consideração do impacto territorial das acções públicas, para as quais a integração multisectorial deve ser procurada, e através da colocação em rede das estruturas económicas.

Convém igualmente estabelecer o SUDOE como actor do sistema internacional pelo reforço dos seus laços de proximidade com a Bacia do Mediterrâneo e mais globalmente com os países da América Central e do Sul.

④ **Integrar as cooperações transnacionais nas estratégias de desenvolvimento promovidas pelos actores públicos nacionais, regionais e locais**

Estas estratégias devem ser respostas a necessidades identificadas e sentidas em comum pelos diversos parceiros transnacionais. O aumento dos meios financeiros afectos à cooperação transnacional é de natureza a reforçar o voluntarismo e a projecção em termos estratégicos das políticas públicas regionais e locais, com uma preocupação de implicação e apropriação pelos cidadãos dentro das lógicas de top-down e bottom-up.

Estes novos comportamentos contribuirão para reforçar a legibilidade do SUDOE e afirmar a sua identidade ao serviço dos cidadãos a nível interno e relativamente a outros pólos de desenvolvimento na Europa.

# A ÁRVORE DOS OBJECTIVOS PARA O SUDOESTE EUROPEU

**NECESSIDADES / INTERESSES**
- Coesão económica, social e territorial na Europa
- Redução das disparidades de desenvolvimento entre regiões e entre macro-regiões
- Reforço da malha territorial e desenvolvimento sustentável

**OBJECTIVO ESTRATÉGICO PRIORITÁRIO**

Favorecer a emergência duma zona de integração económica, social e cultural que participa no reequilíbrio da Europa

**OBJECTIVOS ESTRATEGICOS**

- Aumentar o grau de integração territorial
- Formar uma zona de carácter sustentável (dimensões ecológica, económica e social)
- Desenvolver a economia do SUDOE e reforçar a sua posição na economia mundial
- Integrar as cooperações transnacionais nas estratégias de desenvolvimento promovidas pelos intervenientes públicos nacionais, regionais e locais

**OBJECTIVOS INTERMÉDIOS**

1. Estruturação policêntrica do espaço e reforço dos pólos de competências
2. Gestão do património natural e cultural e promoção do ambiente
3. Desenvolvimento de sistemas de comunicação eficazes e sustentáveis e melhoria do acesso à sociedade de informação
4. Desenvolvimento dum quadro de cooperação permanente pelos actores do SUDOE através da implementação de acções territoriais comuns

**OBJECTIVOS OPERACIONAIS**

1.1.Reforçar e consolidar o sistema urbano

1.2. Dinamizar as zonas rurais e desenvolver as complementaridades territoriais para o ordenamento sustentável do SUDOE

1.3. Valorizar o potencial de desenvolvimento e de inovação do SUDOE

2.1.Preservar e melhorar o valor patrimonial dos espaços e dos recursos naturais, entre os quais os recursos em água

2.2. Dinamizar a valorização criativa do património cultural

2.3. Favorecer uma nova abordagem patrimonial e ambiental pelos actores

3.1.Optimizar as redes e os sistemas de transportes do SUDOE e desenvolver a intermodalidade

3.2. Melhorar o acesso das regiões à sociedade de informação

4.1. Promover os métodos, as estruturas e as ferramentas territoriais comuns e a identidade do SUDOE

**ACÇÕES/ MEIOS (*)**

* a informar no complemento de programação

Quantificação dos objectivos

A quantificação não pretende cobrir toda a extensão dos objectivos acima expostos mas só uma parte que aparece como podendo ser medida. Deverá ser completada por uma apreciação mais qualitativa. As duas inscrever-se-ão numa acção pró-activa aquando do acompanhamento do programa tendo em vista atingir os objectivos estabelecidos. Os seguintes objectivos quantificados deverão ser medidos a nível do programa :

- Aumentar a transnacionalidade das acções : **cerca de 2/3 dos projectos deveriam ser financiados por parceiros de mais do que dois países**

- Iniciar acções de cooperação que resultem em investimentos e que contribuam para o reforço da economia do SUDOE : **cerca de 1/4 dos projectos deveria apresentar resultados significativos a este respeito**

- Incitar os escalões regional e local a levar a cabo este programa : **cerca de 2/3 dos projectos deveriam implicar as administrações e outras entidades regionais e locais**

- Implicar de forma mais intensa os parceiros privados : **cerca de 5% dos co-financiamentos deveria vir de organismos privados ou assimilados**

- Aumentar a implicação dos parceiros de carácter institucional diferente : **mais de 50% dos projectos deveria ter um parceiro variado**

- Chegar a resultados mais tangíveis através de investimentos em infra-estruturas de pequena envergadura : **mais de 10% do custo do programa deveria destinar-se a financiar este tipo de infra-estruturas**

- Intensificar a participação dos países terceiros : **cerca de 5% dos projectos deveriam ter financiamentos de países terceiros (de preferência do Magreb)**

# CAPÍTULO 4 : PRIORIDADES E MEDIDAS

Com base no diagnóstico territorial exposto no capítulo 2 que fez sobressair que as características socio-económicas do SUDOE são relativamente homogéneas e que as suas características territoriais são bastante contrastantes, e tendo em conta os objectivos estratégicos definidos para o SUDOE no capítulo 3, os quatro Estados Membros chegaram a acordo sobre a apresentação de cinco prioridades estratégicas, donde decorrem dez medidas operacionais.
Os eixos de intervenção expostos neste programa foram valorizados à luz das orientações para o desenvolvimento espacial fixadas no EDEC, e segundo as indicações da Comissão Europeia apresentadas no âmbito da Parte B do INTERREG III.
Este trabalho tomou igualmente em grande linha de conta o conteúdo das medidas estabelecidas no programa INTERREG II-C SUDOE e os ensinamentos retirados da programação.

Os **tipos de acções** que podem ser financiados no âmbito do INTERREG III-B são, a título de exemplo :

- Os estudos e abordagens comparadas transnacionais relativas aos conceitos do desenvolvimento territorial ;
- Os estudos técnicos prévios à preparação de investimentos (avaliação dos interesses de coesão territorial em jogo, do impacto ambiental e territorial de investimentos físicos, por exemplo) ;
- Os planos de ordenamento do território a uma escala macro-regional ;
- As trocas de experiências transnacionais ;
- Os investimentos em infra-estruturas de pequena envergadura (resultantes de estudos transnacionais preparatórios, os efectuados no âmbito do INTERREG II-C ou novos projectos). Este tipo de investimento será precisado no complemento de programação.

Sublinhamos desde já que os investimentos em infra-estruturas deverão resultar de estudos ou análises elaborados à escala transnacional e não podem ser escolhidos unicamente numa óptica nacional ou mesmo regional. Como indicado nas orientações do INTERREG III, só as infra-estruturas de pequena envergadura poderão ser admitidas a título do FEDER. Poderão completar uma infra-estrutura já existente ou formar, na medida do possível, uma parte independente duma infra-estrutura nova (em que a conclusão é financiada por outros créditos públicos ou privados).

Alguns exemplos de infra-estruturas de pequena envergadura a encorajar :

- centros de informação, de inovação e de desenvolvimento económico de envergadura transnacional ;
- redes de comunicação e de tecnologias de informação e de comunicação (TIC) ;
- acções piloto e de demonstração levadas a cabo simultaneamente em vários países.

Em matéria turística e cultural, estes investimentos serão encorajados a título de exemplo para :

- os percursos temáticos, o ordenamento dos locais nos centros de informação turísticos, o estabelecimento de agências de reserva numa lógica transnacional, etc.

Os **beneficiários finais** serão precisados no Complemento de Programação para cada medida.
A título de exemplo, podemos indicar as seguintes categorias como sendo potenciais beneficiários :

- as administrações nacionais, regionais e locais ;
- os organismos socio-profissionais e consulares e as associações de empresários ;
- os centros de pesquisa, instituições universitárias e politécnicas ;
- as associações e agências de desenvolvimento local e regional ;
- os operadores de redes de transportes e de comunicações.

Para cada uma das cinco prioridades, é apresentada, a título indicativo, uma grelha de indicadores de realização, de resultado e de impacto. Estas grelhas deverão ser objecto duma análise mais aprofundada, em parceria com a Comissão Europeia, no seio dum grupo de trabalho temático a implementar pelo Comité de Acompanhamento. Esta análise terá como objectivo seleccionar os indicadores mais adequados para cada prioridade e proceder à sua quantificação (ou elaborar uma escala de notação qualitativa).

## PRIORIDADE 1 : ESTRUTURAÇÃO POLICÊNTRICA DO ESPAÇO E REFORÇO DOS PÓLOS DE COMPETÊNCIA

### 1 - PROBLEMÁTICA

Um dos objectivos a atingir para as políticas territoriais, tendo como pano de fundo a referência ao EDEC, é o de levar a cabo o desenvolvimento dum sistema policêntrico de cidades. Para escapar à dialéctica que opõe centro à periferia, ou regiões ricas da « banana azul » e regiões menos dotadas, como as do sul da Europa, surge a ideia que muitos conjuntos urbanos mas igualmente de regiões e de cidades, podem constituir, se organizados em rede, centros de dimensão europeia e mundial. Esta noção de colocação em rede das forças existentes para alcançar um maior peso na Europa do alargamento anda lado a lado com a promoção da qualidade interna destes subconjuntos regionais com vocação para constituir a Europa, como poderão ser exemplo as regiões do sudoeste francês associadas à Espanha e a Portugal.

A prioridade 1 articula-se à volta de três medidas determinadas para as características deste espaço :

- forte polarização das grandes concentrações urbanas em detrimento do espaço que as rodeia ;
- vastos territórios rurais fragilizados e de fraca densidade ;
- fraqueza estrutural da demografia ;
- carência da rede de comunicações e falta de estruturação do território ;
- ausência de reconhecimento na identidade deste território.

### 2 – OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

- inscrever o SUDOE num modelo policêntrico competitivo ;
- facilitar a emergência de centros de dimensão europeia e mundial ;
- identificar, reforçar e valorizar os pólos de competência no espaço SUDOE ;
- favorecer as alianças e a constituição de redes de cidades, incluindo nas zonas de montanha, a fim de favorecer a emergência de novas dinâmicas territoriais ;
- desenvolver as sinergias cidade-campo numa óptica de coesão territorial acrescida ;
- privilegiar uma abordagem de projectos mais do que de compensação das desvantagens.

### 3 - MEDIDAS

As três medidas desta prioridade respeitam as propostas de reequilíbrio dos desfuncionamentos constatados e essencialmente das distorções entre desenvolvimento das grandes metrópoles e desertificação acrescida das zonas intermédias e rurais.

A primeira medida está mais centrada no reforço dos sistemas urbanos do SUDOE. A segunda tem a ver com o desenvolvimento das complementaridades territoriais e a terceira define os meios de desenvolvimento e de valorização deste espaço do SUDOE, realçando o valor da sua imagem, das suas riquezas e das suas realizações.

## MEDIDA 1-1 : REFORÇAR E CONSOLIDAR O SISTEMA URBANO DO SUDOE

### Problemática

Os funcionamentos actuais dos sistemas urbanos do SUDOE são o resultado de processos de longa duração afectando regiões cuja distribuição das actividades e dos homens é muito desequilibrada a favor das metrópoles.
Estas regiões não poderão ser todas classificadas como periféricas. No entanto, a sua fraca industrialização deixou-as afastadas dos grandes estaleiros de realização de infra-estruturas no Sec. XIX e no início do Séc. XX, e a este título, elas são periféricas. Além disso, muito enraizadas na economia agrícola, sofreram um intenso êxodo rural a favor das suas maiores cidades mas igualmente em direcção às grandes metrópoles exteriores.

Neste tecido urbano fragilizado, as evoluções dos últimos vinte anos aumentaram as distorções. Primeiro, o abrandamento do crescimento demográfico e das migrações internas, que levara a um aumento da idade da população activa, representou um duro golpe no tecido económico das pequenas cidades e das aldeias rurais. No futuro, as regiões susceptíveis de atrair as empresas já não serão só as que oferecem o melhor viveiro de jovens diplomados, mas também aquelas que oferecem a população activa melhor qualificada e por conseguinte o melhor sistema de formação contínua. Nestas regiões em processo de envelhecimento é preciso prosseguir e adaptar as formações profissionais a fim que as empresas possam conseguir combinar o aumento da idade da população activa com a necessária adaptação às mutações tecnológicas.

Em seguida, a atracção das metrópoles regionais tornada mais intensa com a concentração dos serviços, das formações e das actividades de grande valor acrescentado acentuou-se com a implementação de medidas de recuperação na realização das infra-estruturas de quebra de isolamento, de que as cidades mais importantes foram as primeiras a beneficiar. Esta evolução é frequentemente invocada na fórmula "catedrais no deserto", indicando a amplitude do afastamento entre as cidades de envergadura regional e o resto do território que as rodeia.
A questão do papel e da posição das metrópoles do SUDOE coloca-se mais particularmente face ao alargamento da Europa para Leste, da sua especialização e da organização das cidades de média dimensão e das redes urbanas regionais, sobretudo ao nível do seu tecido económico. O policentrismo joga-se igualmente a vários níveis de território : o da Europa, local e papel do SUDOE, e depois no interior do perímetro do SUDOE, a articulação das cidades (especialização e complementaridade) enfim no interior duma região, entre metrópole regional e redes de cidades médias ou pequenas.

### Objectivos específicos

- identificar a dinâmica global do sistema urbano bem como os problemas específicos do SUDOE ;
- construir elementos de diferenciação territorial tomando em consideração a especificidade de cada espaço : metrópoles, cidades médias e pequenas, espaço rural e de montanha ;

- estabelecer uma visão estratégica comum do sistema urbano do SUDOE a partir da colocação em rede das competências ou funções específicas e constituir assim um polo de equilíbrio à escala europeia ;
- conceber um modelo de utilização racional do território, optimizando as capacidades de desenvolvimento duradouro do território urbano ;
- incitar as grandes cidades a desenvolver, a partir das suas especializações, complementaridades no quadro dum funcionamento em rede de dimensão europeia e internacional.

**Campos de intervenção (exemplos)**

- programas de revitalização e de requalificação dos centros urbanos e dos espaços peri-urbanos (com tomada em consideração dos problemas sociais) ;
- apoio à localização de equipamentos e de serviços numa lógica de complementaridade (equipamentos públicos e privados, serviços adaptados às necessidades das populações, urbanismo comercial em ligação com a revitalização dos centros urbanos, transportes eficazes e respeitadores do ambiente) ;
- estudos e pesquisas sobre a evolução do consumo de espaço urbano à volta das grandes aglomerações do SUDOE ;
- pesquisa e promoção de novas formas urbanas e tipos de habitates adaptados às características deste espaço ;
- optimização das capacidades de desenvolvimento duradouro do território a partir de diagnósticos-acções ;
- valorização dos resultados do estudo de prospecção sobre o sistema urbano levado a cabo no âmbito do programa INTERREG II-C ;
- encorajamento da troca de experiências e de '*savoir-faire'* entre as grandes cidades do espaço, por exemplo sob a forma de seminários, de projectos de trabalhos cooperativos, de trocas de pessoal
- acções de valorização das cidades costeiras.

**MEDIDA 1-2 : DINAMIZAR AS ZONAS RURAIS E DESENVOLVER AS COMPLEMENTARIDADES TERRITORIAIS PARA O ORDENAMENTO SUSTENTÁVEL DO SUDOE**

**Problemática**

Esta medida destina-se a :

- por um lado, valorizar as potencialidades dos espaços rurais, nomeadamente os qualificados de frágeis devido ao nível de desertificação elevado ;
- por outro lado, definir concretamente o papel que podem desempenhar as metrópoles e cidades médias ou pequenas e o seu tecido económico na malha urbana e a organização territorial das zonas de fraca densidade, que constituem a maior parte dos espaços do SUDOE.

A promoção de alianças e de cooperações estratégicas entre actores políticos, económicos e sociais de pequenas cidades, cidades médias e grandes cidades é considerada como um meio de desenvolvimento do território para preencher os vazios espaciais das regiões em questão, geradas pela forte capacidade de polarização das grandes concentrações. Devido ao seu posicionamento particular, as pequenas cidades e cidades médias desempenham, relativamente aos territórios, um papel essencial que deverá ser apoiado.

**Objectivos específicos**

- corrigir os desequilíbrios territoriais instaurando cooperações entre diferentes níveis de territórios, nomeadamente nos campos económico e social ;
- promover e activar as redes entre instituições, cidades pequenas, médias e grandes
- apoiar as capacidades de engenharia dos espaços de fraca densidade (zonas rurais, zonas de montanha, etc.…) ;
- identificar e promover novas tipologias e práticas territoriais associando rural e urbano numa lógica de complementaridade e de solidariedade ;
- encorajar formas inovadoras de cooperação nomeadamente entre cidades e campo ;
- identificar novas maneiras de assegurar uma oferta de serviços às populações e às empresas nas zonas em grande declínio demográfico ;
- assegurar a promoção dos produtos de qualidade através nomeadamente, da organização do acesso ao mercado

**Campos de intervenção possíveis** (exemplos)

- avaliação das políticas territoriais prestando uma atenção particular às novas relações cidade-campo ;
- reforço da articulação entre espaços de fraca densidade e pólos de desenvolvimento ;
- promoção das complementaridades de competências, de equipamentos, de serviços, de actividades, nomeadamente as ligadas à formação e ao ensino ;

- colocação em rede transnacional das cidades médias e pequenas e acções visando favorecer os territórios de projectos e as novas parcerias « cidade-campo » ;
- ajuda ao aconselhamento e colocação à disposição das pequenas cidades de capacidades de expertise e de acompanhamento dos projectos de desenvolvimento ;
- desenvolvimento e valorização da atractividade dos territórios, nomeadamente numa perspectiva de acolhimento de novos activos (em particular nas zonas de fraca densidade) e de criação de emprego ;
- revalorização das aldeias abandonadas.

**MEDIDA 1-3 : VALORIZAR O POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO E DE INOVAÇÃO DO SUDOE**

**Problemática**

A estrutura industrial das regiões do SUDOE baseia-se essencialmente em actividades que não apresentam potenciais de crescimento suficientes para lhes permitir recuperar o seu atraso em matéria de desenvolvimento económico. Se o apoio ao aparelho de produção existente e o desenvolvimento deste continuam a ser uma necessidade, o desenvolvimento económico do território passa hoje pela estimulação da criação de novas actividades, pela inovação e pelo reforço do capital humano. De facto, num contexto de concorrência acrescida dos territórios ligado à mundialização da economia, é necessário que os territórios do SUDOE se lancem de forma decidida na via do crescimento.

O SUDOE possui numerosas riquezas cujas capacidades não são suficientemente afirmadas face ao resto da Europa : um tecido de pequenas e médias empresas (PME) denso e diversificado, laboratórios de pesquisa eficientes, capacidades de inovação tecnológica, pólos de "excelência" histórica, cultural ou científica não reconhecidos.

Importa valorizar estes potenciais de desenvolvimento e de inovação, dando os a conhecer e fazendo com que sejam reconhecidos, tanto a nível do espaço do SUDOE como em direcção ao resto da Europa, na óptica dum reforço de integração económica, que deverá contribuir de forma importante para a emergência duma zona de integração no SUDOE.

Para a procura duma intensificação dos laços económicos e tecnológicos, estas acções devem igualmente apoiar a realização do Mercado Único e a implantação da moeda única no seio da U.E..

**Objectivos específicos**

- organizar e optimizar a nível transnacional as transferências de tecnologias e de saber entre os estabelecimentos de ensino, os diferentes laboratórios de pesquisa e as empresas ;
- reforçar os pólos de excelência para organizar a sua complementaridade ;
- favorecer os campos de trabalho partilhados ;
- afirmar a identidade económica específica do SUDOE e promover o seu potencial económico noutros espaços constituintes da Europa ;
- promover as alianças e as cooperações entre actores económicos e sociais do espaço SUDOE ;
- afirmar as capacidades de desenvolvimento económico do SUDOE, nomeadamente reforçando os laços inter-empresas nos sectores industriais chave deste espaço ;
- favorecer a emergência de novas actividades nos territórios em declínio industrial ;
- favorecer as estratégias de cooperação com os países do Magreb, particularmente Marrocos, para reforçar a integração da Bacia Mediterrânica.

**Campos de intervenção possíveis** (exemplos)

- reforço dos laços entre laboratórios de pesquisa ;
- apoio à inovação e à difusão das tecnologias nas muito pequenas empresas (MPE) e nas PME ;
- implementação de programas de acções de formação em zonas rurais visando nomeadamente, tornar duradouro o tecido económico existente, mas igualmente a sua renovação com o acolhimento de novos empresários ;
- constituição de uma rede transnacional de incubadoras e de viveiros de empresas ;
- apoio à colocação em rede das plataformas tecnológicas ;
- reforço das complementaridades entre pólos de excelência ;
- desenvolvimento das redes de instituições no meio económico a fim de apoiar em particular as PME ;
- promoção das alianças e das cooperações económicas no seio do espaço SUDOE a fim de melhorar as capacidades dos territórios para atrair e fixar novas actividades ;
- reforço da abordagem de desenvolvimento económico integrado do território (nomeadamente os Sistemas Produtivos Locais) ;
- apoiar experiências piloto envolvendo empresas do SUDOE e da Bacia do Mediterrâneo ;
- realização de estudos para a identificação das complementaridades económicas do espaço SUDOE, numa óptica de aproximação e de agrupamento dos sectores chave da economia do SUDOE ;

**4 – RESULTADOS ESPERADOS DA PRIORIDADE (não exaustivos)**

- construção de estratégias integradas de desenvolvimento espacial ;
- crescimento do policentrismo e reforço da coesão territorial ;
- emergência do SUDOE como polo de equilíbrio de nível europeu ;
- criação de redes de cidades activas, eficazes e permanentes ;
- organização duma conferência das grandes cidades do SUDOE ;
- emergência de regiões funcionais integrando cidades e campo ;
- constituição de redes profissionais à escala do SUDOE ;
- desenvolvimento das cooperações ;

## 5 – INDICADORES GLOBAIS

| Indicadores de realização | Indicadores de resultados | Indicadores de impacto |
|---|---|---|
| ▪ Número de trocas de experiências, de acções piloto e de estudos realizados<br>▪ Número de infra-estruturas de pequena envergadura sustentadas<br>▪ Número de seminários e de colóquios transnacionais organizados<br>▪ Número de ferramentas de ordenamento do território desenvolvidas no âmbito dos projectos (SIG, quadros metodológicos, guias práticos, etc.)<br>▪ % de projectos que integram nas suas acções a dimensão ambiental | ▪ Número de participantes nos colóquios e nos seminários (por país e por tipo de instituição)<br>▪ Número de publicações consagradas aos territórios do SUDOE difundidas aos actores do desenvolvimento<br>▪ Número de redes de cidades criadas ou reforçadas<br>▪ Número de colocação em rede criada ou reforçada em zonas rurais<br>▪ Número de redes transnacionais criadas integrando organismos das zonas rurais e urbanas<br>▪ Número de organismos participando em acções piloto | ▪ Evolução das redes e dos serviços desenvolvidos entre as cidades do SUDOE<br>▪ Evolução dos laços de complementaridade entre as cidades e os espaços rurais que as rodeiam<br>▪ Evolução da distribuição das actividades económicas e dos serviços nas zonas rurais<br>▪ Evolução das alianças e cooperações entre actores económicos e sociais<br>▪ Número de certificados resultantes das inovações desenvolvidas |

## PRIORIDADE 2 : GESTÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL E PROMOÇÃO DO AMBIENTE

### 1 - PROBLEMÁTICA

O programa INTERREG III-B, inscrito numa lógica de desenvolvimento sustentável, abre ao SUDOE o caminho para reexaminar as condições duma melhor valorização transnacional dos seus recursos e vantagens patrimoniais.

O património natural, ambiental e cultural deste espaço foi moldado ao longo do tempo pelas actividades humanas. Traduz a evolução dos modos de utilização pelo homem dos recursos ambientais e dos diversos tipos de fixação da população.
Se este espaço sofre duma falta de infra-estruturas e duma fraca dinâmica económica, apresenta numerosas vantagens em termos de territórios naturais preservados e portadores de amenidades a valorizar.
Neste âmbito, a valorização económica e turística dos espaços naturais, zonas rurais, espaços fluviais, zonas de montanha, etc. deverá ser pesquisada a fim de desenvolver as utilizações numa perspectiva de desenvolvimento territorial.

Se bem que a constatação das dificuldades de gestão das paisagens seja suficientemente bem partilhada por todos, as ferramentas concertadas permitindo uma gestão duradoura destes patrimónios estão ainda por implementar. O desenvolvimento da cooperação transregional e transnacional deveria permitir afinar tanto os objectivos de gestão como a troca de experiências e a implementação de ferramentas apropriadas de valorização a favor dum território coerente.

No que respeita os recursos em água, a problemática da sua gestão no SUDOE apresenta aspectos específicos decorrendo por um lado, da localização geográfica duma parte importante do território, transição entre as zonas secas do Norte de África e as zonas húmidas do Centro e Norte da Europa, que afectam as disponibilidades em água e, por outro lado, a procura crescente que decorre do crescimento económico e da melhoria da qualidade de vida das populações.

A sobre-exploração da água, seja no contexto da insuficiência, seja no contexto de procura excedentária, constitui uma preocupação importante no SUDOE. Até agora, as políticas de água não se debruçaram verdadeiramente na relação montante/jusante das grandes bacias.
A gestão duma procura crescente necessita da implementação de ferramentas económicas de gestão apropriadas. Trata-se de zelar para que esta abordagem não penalize o desenvolvimento das actividades económicas, tanto nas regiões fortemente povoadas com uma procura crescente, como nas zonas de fraca densidade. A gestão da oferta deve tomar em conta e hierarquizar as necessidades dos diversos actores e consumidores potenciais : agricultores, famílias, empresas, actividades turísticas, pescadores, bem como as necessidades ecológicas.

Além disso, a questão específica da água nas políticas do litoral atlântico e mediterrânico deverá ser tomada em consideração, em articulação estreita com as acções implementadas nos programas INTERREG III-B Atlântico e Mediterrâneo ocidental.
Na mesma lógica, o espaço do SUDOE constitui um local privilegiado para desenvolver as abordagens comparadas relativas às políticas e acções de valorização das fachadas marítimas das regiões dependentes do território elegível do SUDOE, em articulação com aquelas que poderão ser desenvolvidas no âmbito da Parte C do INTERREG III.

Em matéria de energia, o sobre-consumo ou desperdício energético é um problema comum a toda a Europa. Para o SUDOE, a questão é de saber como é que as fontes de energia de que dispõe podem ser melhor valorizadas, nomeadamente no que respeita a água e a madeira, no território francês, enquanto que na maior parte da Península Ibérica será necessário valorizar outras formas de energia.
No que respeita aos detritos, as respostas aos tratamentos são técnicas e necessitam igualmente de integrar a dimensão cultural dos territórios respectivos, para tratar da melhor forma as questões da redução dos detritos e dum tratamento eficaz.

A evolução das paisagens indica a da interacção entre o homem e a natureza no tempo, e por vezes, a evolução da interacção ainda mais directa entre a economia e a natureza. Mas a paisagem representa igualmente um património « memória » contribuindo para a identidade local e regional. Hoje em dia, muitas paisagens guardam os vestígios dessa história sobre a qual se sobrepõem, dum lado, a do abandono agrícola e do recuo demográfico e, de outro lado, a do crescimento urbano mais ou menos controlado.

A única via é realmente associar valorização do património e dimensão económica numa perspectiva sustentável do território. Assim, a agricultura e a silvicultura podem ser parceiras na gestão da água para o bem estar dos consumidores a montante, a agricultura e o urbanismo, parceiros na gestão do espaço periurbano, e a actividade florestal e as comunidades urbanas, parceiras na experimentação da madeira-energia. À noção de rentabilidade económica sectorial sobrepõem-se então as da memória colectiva e de património como vantagens para o desenvolvimento.

Enfim, no que respeita o património cultural, o SUDOE ainda carrega hoje muitos vestígios destas complementaridades e interdependências na história da sua vida económica e social. Se as últimas décadas esbateram estas considerações pela individualização das questões em jogo, os bens culturais deste espaço continuam suficientemente fortes para construir o futuro integrando um património reconhecido.

**2 – OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS**

- Desenvolver a coesão territorial, necessária para que o grande SUDOE se transforme num quadro territorial pertinente e operacional participando no reequilibro dos espaços europeus ;
- Promover as capacidades de atractividade ao mesmo tempo que combatendo os efeitos da perifecidade ;

- Preservar o atractivo do grande SUDOE através da implementação de ferramentas e de métodos coordenados ;
- Encorajar uma valorização sustentável para apoiar um desenvolvimento a longo prazo e favorecer a identificação deste espaço ;
- Valorizar as acções permitindo antecipar a estruturação do território SUDOE ;
- Procurar uma adequação óptima entre a acção dos operadores públicos e privados e as populações através duma valorização económica e social.

**3- MEDIDAS**

As três medidas seguintes apoiam-se na vantagem que constitui o património natural e cultural para um desenvolvimento equilibrado do território do espaço SUDOE :

- Preservar e melhorar o valor patrimonial dos espaços e dos recursos naturais, nomeadamente os recursos em água ;
- Dinamizar a valorização criativa do património cultural ;
- Favorecer uma nova abordagem da gestão patrimonial e ambiental pelos actores.

**MEDIDA 2-1 : PRESERVAR E MELHORAR O VALOR PATRIMONIAL DOS ESPAÇOS E DOS RECURSOS NATURAIS, ENTRE OS QUAIS OS RECURSOS EM ÁGUA**

**Problemática**

Se bem que constitua um potencial de grande importância para o desenvolvimento sustentável do espaço SUDOE, a diversidade das riquezas naturais está ameaçada pelas mutações económicas e sociais. Para inverter este processo de degradação, é necessário melhorar a competitividade de actividades rurais compatíveis com a conservação da natureza. Além disso, associados aos recursos, os riscos naturais (cheias torrenciais e inundações) ou os motivados pela actividade humana (incêndios florestais) devem ser melhor conhecidos para serem melhor prevenidos.

A biodiversidade neste espaço é ameaçado por factores bastante recentes, nomeadamente :

- O desenvolvimento urbano ;
- Práticas agrícolas desadaptadas como a monocultura ou a drenagem em zonas húmidas ;
- Arborizações uniformes ;
- As concentrações de população turísticas.

Existem ferramentas regulamentares de protecção para favorecer a manutenção dos factores desta biodiversidade. Todavia, a sua concepção sectorial leva muitas vezes a só tomar em conta uma faceta da biodiversidade e coloca-se nessa altura a questão da integração destas ferramentas nas políticas de desenvolvimento espacial mais globais.

A paisagem do SUDOE, que constitui um potencial de desenvolvimento que é preciso preservar e valorizar, e às vezes até reabilitar, caracteriza-se por uma evolução permanente e encontra-se ameaçada pela indiferença ou por intervenções erróneas conduzindo à sua degradação. Isto implica conceber estratégias integradas de ordenamento e de desenvolvimento do território tomando em consideração a sua diversidade e as suas especificidades por meio de medidas de gestão apropriadas. Além disso, acções de valorização económica e de desenvolvimento do território (tais que vias de água, zonas de montanha, etc.) devem constituir objectivos de desenvolvimento a promover.

No que respeita os **recursos em água,** o sistema deve hoje fazer face a várias ameaças motivadas, por um lado, por um consumo crescente pondo em perigo os recursos em água já deficitários numa parte deste espaço (nomeadamente nas regiões mediterrânicas e o sul peninsular, e algumas ilhas) e por outro lado, a degradação da qualidade da água.
Esta degradação está ligada à sobre-exploração da água pelo conjunto dos consumidores, sem que as políticas de água tenham até agora tido a capacidade de se debruçar sobre as causas desta sobre-exploração, isto é, situar os modos de consumo de água relativamente aos sistemas de desenvolvimento. Por outro lado, o território do SUDOE é caracterizado por riscos em matéria de inundações e secas que se acentuaram sem dúvida ao longo das últimas décadas e obrigam a reconsiderar a gestão da água numa perspectiva mais ampla de ordenamento do espaço e de regulamentação pelas actividades económicas, nomeadamente agrícolas, e florestais.

O recurso arborizado no espaço SUDOE caracteriza-se pela sua extrema diversidade. Em primeiro lugar, diversidade dos potenciais florestais, ou das possibilidades de evolução em função do déficit ou do excedente de produção de madeira, ou ainda da valorização da própria floresta. A diversidade no tratamento dos recursos florestais deriva das diferentes considerações dadas à floresta neste espaço. A floresta tem um valor económico que importa desenvolver, enquanto que em determinados espaços, o seu valor é antes, ou mesmo unicamente, ambiental e de protecção dos solos de territórios mais vastos. É preciso ter em conta esta diversidade para implementar acções apropriadas.
A este respeito, convém sublinhar o papel específico da madeira mediterrânica que é muito importante para lutar contra a erosão, facilitar a infiltração de água e evitar assim as catástrofes naturais devidas a chuvas diluvianas ou a cheias pontuais dos rios.

A gestão sustentável da energia, factor com influência na qualidade do património, favorecerá a preservação e a melhoria do valor patrimonial dos recursos e dos espaços naturais, ao mesmo tempo que participando no esforço de redução do efeito de estufa.

Enfim, a situação dos detritos caracteriza-se por um volume de detritos por habitante muito diverso em todo o espaço bem como por um nível de recolha e de tratamento muito diferente. As soluções a considerar podem beneficiar duma abordagem concertada e duma partilha de experiências entre os países.

**Objectivos específicos**

- Garantir a preservação da biodiversidade, factor de equilíbrio e de atractividade, favorecendo medidas rigorosas de protecção quando se considere necessário, mas sobretudo desenvolvendo medidas de gestão associando preservação e valorização, informação e educação sobre o ambiente ;
- Manter a qualidade e a disponibilidade dos recursos naturais e nomeadamente o recurso em água. Projectos piloto deverão servir de base a uma nova política concertada da gestão da água, numa óptica de gestão sustentável do recurso ;
- Promover a cooperação transnacional na implementação de estratégias integradas, na preservação e melhoria dos espaços, dos recursos naturais e das condições de vida ;
- Promover a adesão ao sistema de gestão ambiental (EMAS).

**Campos de intervenções possíveis** (exemplos)

- Desenvolvimento do conhecimento dos meios naturais, da sua evolução e do seu modo de gestão, e dos modos de regulamentação nomeadamente para o recurso em água ;
- Trocas de informação e de experiências decorrentes da integração das políticas sectoriais e utilização dessas trocas para enriquecer por sua vez as políticas sectoriais ;
- Promoção de estudos de impacto territorial e ambiental ;

- Participação no esforço de redução do efeito de estufa para melhor proteger a biodiversidade. Conceber o desenvolvimento espacial integrando a preocupação dum urbanismo e de modos de transporte menos consumidores de energia ;
- Protecção dos solos nomeadamente favorecendo práticas agrícolas menos poluentes ;
- Desenvolvimento dos sistemas de gestão, de informação, de educação e de sensibilização para o ambiente junto de públicos alvo ;
- Valorização de espaços naturais notáveis, colocação em rede dos espaços naturais protegidos (parques regionais e nacionais, reservas naturais, zonas Natura 2000) ;
- A valorização económica e turística das vias de água, das zonas de montanha e da floresta mediterrânica... ;
- Gestão e conservação de habitats e de espécies autóctones, nomeadamente as espécies ameaçadas e protegidas (fauna e flora) ;
- Melhoria do equilíbrio entre a oferta e a procura em água, nomeadamente nas zonas sujeitas aos riscos de secas e de fortes precipitações periódicas ;
- Promoção de tecnologias, de modos de utilização económicos dos recursos, de procedimentos, de produtos e de serviços respeitadores do ambiente ;
- Preservação e reabilitação das grandes zonas húmidas e dos lençóis subterrâneos de água ameaçados por levantamentos excessivos ;
- Gestão concertada das águas costeiras numa lógica de abordagem comparada entre fachadas marítimas do Atlântico e do Mediterrâneo, a fim de, por um lado, reabilitar os ecossistemas marítimos ameaçados e por outro lado, gerir melhor a poluição marinha transnacional. Esta parte será objecto duma concertação muito estreita com os programas INTERREG III B Atlântico e Mediterrâneo Ocidental a fim de procurar o enquadramento mais adaptado ;
- Reforço dos conhecimentos sobre os riscos naturais, nomeadamente cheias torrenciais e inundações, seca, incêndios florestais, sismos e vulcanismo ;
- Acções para a manutenção das margens e ordenamento das zonas inundáveis ;
- Cooperação no campo das políticas de prevenção passiva (pesquisas e trabalhos preventivos) e activa (sistemas de informação e de alerta do público) ;
- Reforço da luta contra a seca, a erosão e a destruição dos solos ;
- Desenvolvimento duma acção comum de estratégia e de acompanhamento no âmbito da gestão sustentável das florestas integrando a multifuncionalidade (valorização económica, etc.) ;
- Promoção das energias renováveis (madeira, energia solar, energia eólica, energia das marés, geotermia, bioenergia) ;
- Definição de estratégias comuns para a valorização e requalificação dos ecossistemas sensíveis.

## MEDIDA 2-2 : DINAMIZAR A VALORIZAÇÃO CRIATIVA DO PATRIMÓNIO CULTURAL

**Problemática**

O património cultural situa-se no prolongamento do das paisagens. Respondendo às mesmas constatações e às mesmas preocupações, põe em relevo as questões e interesses a que são confrontados os territórios do SUDOE através das seguintes constatações :

- Riqueza e diversidade dos locais culturais tanto na cidade como em zona rural, mas problemas de degradação ;
- Valorização turística desigual ;
- Ambiente imediato tendo por vezes evoluído em contradição com os próprios locais ;
- Integração social e económica desigual deste património cultural.

Os locais tradicionais (locais arqueológicos ou muito específicos) beneficiam de condições de valorização mais ou menos satisfatórias. Enquanto testemunhos dum período passado longínquo, respondem então a uma lógica de protecção quase absoluta, única possibilidade de preservação.

Ao contrário, muitos espaços patrimoniais não classificados são pouco valorizados por falta de meios ou por falta de reconhecimento. A valorização, quando existe, deste tipo de património foi até à data objecto de iniciativas pontuais, e por isso pouco coordenadas. Estes espaços não necessitam de uma protecção fixa, mas pertencem a um património que evolui em cada geração, com a preocupação da transmissão, duma certa perpetuidade e duma adaptação a uma sociedade que se moderniza sem ruptura.
De Poitiers a Gibraltar, de Cévennes ao Porto, a diversidade dos estilos de vida traduz a dos fundos culturais : esta riqueza não poderia ser banalizada nem uniformizada, apesar das tendências de uniformização do habitat e dos modos de vida, da urbanização anónima ou do desenvolvimento do turismo de massa. É preciso pois encontrar os meios necessários para fazer exprimir, reconhecer e partilhar esta riqueza patrimonial na vida económica e social de todos os dias.

Além disso, se é difícil, devido à dimensão do espaço do SUDOE falar de uma cultura comum, existem temáticas partilhadas. Para apertar os laços entre estes espaços, convém promover, nesta base, a imagem cultural do SUDOE, incluindo a cultura contemporânea.

**Objectivos específicos**

- Favorecer a tomada em consideração da multi-funcionalidade das paisagens culturais bem como das multi-utilizações dos recursos naturais ;
- Criar redes de cooperação ;
- Gerir e valorizar a « paisagem » como recurso natural e potencial de desenvolvimento cultural ;
- Preservar e valorizar o património cultural e natural.

**Campos de intervenção possíveis** (exemplos)

- Desenvolvimento de estratégias integradas para a protecção do património cultural, nomeadamente o património ameaçado ou degradado ;
- Apoio à criação de acções culturais ligadas ao património (artes vivas, artes de rua, festivais, carnaval, etc.) ;
- Apoio a acções de desenvolvimento e de promoção da cultura contemporânea ;
- Acções de restauração e de animação do pequeno património rural local ;
- Valorização de espaços urbanos notáveis do SUDOE ;
- Colocação em rede de locais e de equipamentos culturais e criação de acontecimentos culturais comuns ;
- Preservação e valorização do património etnológico ;
- Preservação e desenvolvimento criativo das paisagens de grande valor histórico, cultural, estético e/ou ecológico ;
- Valorização das paisagens culturais no quadro das estratégias integradas de desenvolvimento espacial ;
- Desenvolvimento criativo das paisagens, nomeadamente das que estão degradadas ;
- Definição duma estratégia de ordenamento, de gestão e de valorização do litoral apoiando-se nas similitudes e complementaridades possíveis entre o Atlântico e o Mediterrâneo.

**MEDIDA 2-3 : FAVORECER UMA NOVA ABORDAGEM DA GESTÃO PATRIMONIAL E AMBIENTAL PELOS ACTORES**

**Problemática**

Cada espaço encerra um potencial patrimonial que deve ser valorizado e gerido numa óptica de multi-funcionalidade global. No entanto, é preciso identificar os actores envolvidos e dar-lhes a ocasião de definir entre eles as utilizações deste espaço.
Tendo estas utilizações sido muitas vezes encaradas de forma puramente sectorial, a procura de complementaridades e de interdependências surge como uma condição necessária para a implementação dum desenvolvimento espacial bem conseguido.

O êxito das acções para uma valorização criativa do património natural e cultural passa pela capacidade das instituições e organismos constituídos de mobilizar os actores económicos dos « territórios patrimoniais ». Mesmo se estes actores económicos já estejam organizados profissionalmente por sectores de actividade, não o estão de forma transversal à escala de territórios patrimoniais (que também não são necessariamente territórios administrativos). Uma organização transversal, permitindo integrar ao mesmo tempo programas com entrada temática e com entrada territorial, favorecerá uma melhor articulação das práticas e reforçará a valorização dos patrimónios natural e cultural destes territórios.
A diversidade destes territórios, alguns deles com uma população activa hoje ainda pouco densa, e dos outros fortemente povoados mas com uma necessidade de considerar o seu património como um activo natural e cultural para o futuro, orientará as acções dos actores das actividades agrícolas e turísticas.

A problemática da integração do turismo como entrada legítima do desenvolvimento económico choca, numa abordagem global, com diferentes aspectos que colocam nomeadamente em paralelo um turismo balnear intensivo (Costa del Sol, Algarve, Côte Vermeille, etc.) e um turismo rural, fluvial e de montanha praticado em espaços de fraca densidade populacional e pouco desenvolvidos economicamente. Esta dualidade actual entre um turismo de massas e um turismo de natureza pode transformar-se em complementaridade se nos basearmos numa acção comum de desenvolvimento turístico sustentável.

Em espaços específicos ricos de património paisagístico e cultural forte, a agricultura não atinge níveis de competitividade suficientes para ser rentável enquanto sector de actividade tomado isoladamente. Mas está em situação de fornecer produtos regionais em que a grande qualidade decorre dum modo de produção sustentável intimamente ligado à gestão da paisagem e a práticas culturais enriquecidas ao longo do tempo. Esta função de valorização patrimonial através de produções agrícolas bem identificadas merece ser reconhecida pelo consumidor, estruturada e apoiada por profissionais.

Ao mesmo tempo, uma parte destes territórios está muitas vezes marcada por uma prática histórica da pluri-actividade, que surge como uma necessidade para uma população activa hoje em dia pouco densa, encarregada de territórios proporcionalmente vastos cuja exploração constitui a única fonte de rendimento. Numa outra parte destes territórios, grandemente povoados, onde as actividades agrícolas exercem pressão sobre o património natural, a preservação destes últimos aparece como a razão para a continuidade dessas mesmas actividades.

Em conclusão, esta nova forma de gerir o património pelos actores coloca a questão de redes de apoio aos projectos integrados de valorização não só económica mas também ecológica do património, afim de conseguir com os actores o indispensável cruzamento entre lógicas territoriais e lógicas temáticas.

**Objectivos específicos**

- Aliar uma participação dos actores destes espaços às políticas de preservação e de manutenção, ao mesmo tempo que colocando as acções de valorização numa dinâmica de desenvolvimento através do reconhecimento das práticas qualitativas. As ferramentas que deverão ser desenvolvidas poderão assentar sobre rótulos, implementação de redes de produtores e de circuitos de distribuição adaptados ;
- Organizar e reunir os actores à volta duma perspectiva comum de gestão criativa e produtiva do património ; os sectores turísticos e agrícolas são os mais interessados e serão objecto de preconizações particulares.

**Campos de intervenção possíveis** (exemplos)

- Comparação dos modos de organização turística entre litoral e territórios rurais e procura de complementaridades. Esta parte será objecto duma concertação com os Programas INTERREG III-B Atlântico e Mediterrâneo Ocidental e com a Parte C do INTERREG III ;
- Acções inovadoras e boas práticas de promoção do património natural e ambiental como potencial de desenvolvimento dum turismo sustentável, incluindo os modos de integração das economias turísticas nas economias locais (turismo cultural, turismo fluvial e lacustre, agro-turismo, percursos naturais, turismo de bem estar e de saúde, turismo religioso, parques temáticos, percurso turístico transnacional como os Caminhos de Santiago de Compostela...);
- Desenvolvimento da observação económica do turismo no grande SUDOE permitindo medir o impacto económico e ambiental ;
- Desenvolvimento do acesso de determinadas categorias de populações (jovens, pessoas deficientes, pessoas com dificuldades económicas e sociais) ;
- Implementação de formação de actores turísticos numa lógica transnacional ;
- Acompanhamento, implementação de mapas de turismo sustentável ;
- Promoção económica dos produtos regionais (entre os quais os provenientes de regiões de montanha), por exemplo, apoiando a criação duma tipologia das regiões potenciais envolvidas (rotulagem dos produtos, organização dos produtores, promoção e comercialização, logística e distribuição) ;

- Promoção de práticas agrícolas ligadas às outras práticas de valorização patrimonial ;
- Sensibilização, animação e formação para os actores económicos dos territórios envolvidos ;
- Promoção, identificação e implementação das práticas da agricultura tradicional extensiva nas novas concepções de preservação da natureza ;
- Formação e sensibilização das populações locais para o património natural e cultural ;
- Exame transnacional das condições de exercício da pluri-actividade e procura de soluções para os diversos territórios ;
- Preparação e promoção de estratégias integradas para o desenvolvimento dum turismo sustentável e para a criação de produtos turísticos inovadores.

**4 – RESULTADOS ESPERADOS PARA A PRIORIDADE (não exaustivos)**

- Melhoria da qualidade do património cultural e natural ;
- Desenvolvimento da actividade inovadora, respeitadora dos recursos culturais e naturais ;
- Criação de novos patrimónios ;
- Emergência de novas abordagens de gestão do espaço ;
- Implementação de redes de actores ;
- Aumento do número de locais turísticos e culturais colocados em rede ;
- Trocas de experiências e de saber entre profissionais ;
- Acções e projectos piloto em muitos países ;
- Desenvolvimento de novas perspectivas de desenvolvimento dos espaços naturais e culturais;
- Apoio de infra-estruturas de pequena envergadura.

## 5 – INDICADORES GLOBAIS

| Indicadores de realização | Indicadores de resultados | Indicadores de impactos |
|---|---|---|
| ▪ Número de trocas de experiências, de acções piloto e de estudos realizados<br>▪ Número de infra-estruturas de pequena envergadura apoiadas<br>▪ Número de seminários e colóquios transnacionais organizados<br>▪ Número de ferramentas do ordenamento de território desenvolvidas no âmbito dos projectos (SIG, quadros metodológicos, guias práticos, etc.)<br>▪ % de projectos que integram a dimensão ambiental nas suas acções | ▪ Número de participantes nos colóquios e seminários (por país e por tipo de instituição)<br>▪ Número de publicações consagradas aos territórios do SUDOE difundidas aos actores do desenvolvimento<br>▪ Número de acordos de cooperação entre organismos ambientais<br>▪ Número de ferramentas de informação e de sensibilização comuns sobre o ambiente desenvolvidos para públicos alvo<br>▪ Número de instrumentos comuns visando o reforço da qualidade e da disponibilidade dos recursos em água<br>▪ Número de utilizadores dos produtos turísticos e culturais colocados em rede<br>▪ Número de organismos participando em acções piloto | ▪ Melhoria da cooperação transnacional através da implementação de estratégias<br>▪ Melhor integração dos actores públicos e privados na gestão dos recursos naturais e culturais<br>▪ Evolução das práticas de luta contra as actividades poluentes<br>▪ Evolução das práticas inovadoras de gestão criativa dos recursos naturais e culturais |

## PRIORIDADE 3 : DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO EFICAZES E SUSTENTÁVEIS E MELHORIA DO ACESSO À SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO

### 1 - PROBLEMÁTICA

A posição geográfica das regiões do SUDOE revela-se particularmente crítica à escala da Europa dado o carácter periférico da grande maioria destas regiões. A necessidade de acessibilidade constitui portanto uma exigência crescente a fim de aumentar a competitividade destes territórios. Perante esta exigência, convém abrir e ao mesmo tempo combater a segmentação interna das regiões do SUDOE, tendo em vista facilitar a ligação entre as fachadas atlântica e mediterrânica, entre as regiões litorais e as regiões interiores e entre o sul e o norte do território deste programa.

Devido ao afastamento das regiões do SUDOE das áreas mais centrais do espaço comunitário, é necessário levar a cabo uma reflexão global sobre o desenvolvimento dos transportes e das comunicações de tal forma que a médio prazo, os níveis de acessibilidade permitam às empresas beneficiar das vantagens competitivas para aceder aos mercados. Tal não é o caso actualmente dado que as empresas têm custos de transporte mais elevados que reduzem a sua competitividade no mercado europeu.

O posicionamento estratégico do espaço SUDOE entre o Atlântico e o Mediterrâneo aumentou o interesse para as suas regiões de diversificar os fluxos de transportes actualmente concentrados nas zonas litorais e de favorecer a permeabilização dos Pirinéus na perspectiva da ligação deste espaço às grandes redes transeuropeias de transportes.

A consolidação interior do espaço do SUDOE enquanto espaço policêntrico obriga igualmente a reforçar as suas infraestruturas de transporte e de comunicação, visando um laço mais estreito entre as suas regiões. Efectivamente, o processo histórico de desenvolvimento conduziu à constituição em cada Estado Membro de redes fortemente polarizadas nas cidades capitais, em estruturas radiais, que colocam dificuldades seja para a intensificação das relações sociais e económicas entre as regiões mais periféricas, seja para o estabelecimento dos corredores transnacionais.

Hoje em dia ainda subsistem obstáculos importantes de transposição de fronteiras não só ao nível das infraestruturas de transporte mas também das redes de telecomunicações, devido ao carácter nacional dos operadores e do custo mais elevado que esta situação origina.

A existência duma grande diversidade de modelos de povoamento obriga a ter abordagens diferentes ao nível dos transportes e das comunicações. Dum lado, nas zonas de fraca densidade, as redes de transportes são mais espalhadas e colocam-se dificuldades para atingir os níveis mínimos de acessibilidade. Por outro lado, para as zonas de elevada densidade, os níveis actuais de congestão dão origem a economias de aglomeração importantes que obrigam a recorrer a investimentos nos sistemas de transporte alternativos.

Estes dois aspectos devem ser tratados de forma concomitante, dado que se a oferta de níveis mínimos de acessibilidade da população aos serviços é uma condição necessária para evitar a desertificação dos territórios de densidade mais fraca, a existência de sistemas de transportes eficazes nas áreas metropolitanas é também uma condição de base para manter a competitividade territorial de cada região e do conjunto do território do SUDOE.

As implicações ambientais associadas à actividade dos transportes constituem igualmente uma preocupação importante devido ao elevado consumo de energia e de espaço. A implementação de uma mobilidade do tipo duradouro ajuda à minimização dos conflitos ambientais globais, presentes na maior parte do território europeu, mas coloca também problemas específicos.

No que respeita os problemas específicos deste território, podemos sublinhar :

- A predominância do transporte rodoviário nos fluxos de trocas, e nomeadamente para o transporte de mercadorias, torna particularmente acutilante a problemática da transposição central dos Pirinéus procurando uma diversificação dos modos e a sua integração nos esquemas de corredores de escala transnacional (RTE-T) ; o peso excessivo do transporte individual nas deslocações urbanas, que poderia ser reduzido através duma política de mobilidade duradoura apoiada na utilização dos modos de transporte alternativos, nomeadamente nas áreas metropolitanas mais congestionadas ;

- A necessidade de promover a intermodalidade, não só como ferramenta para reforçar a utilização de modos de transporte mais respeitadores do ambiente, mas também para aumentar a concorrência entre os modos de transporte, abordagem essencial para desenvolver a eficácia global do sistema. A intermodalidade coloca-se como uma questão particularmente importante para o espaço do SUDOE, em face do peso reduzido do transporte rodoviário e das dificuldades actuais para proceder à transferência das cargas entre modos marítimos e ferroviário ;

- A forte necessidade de desenvolvimento de melhores relações entre os modos de tranporte, por duas razões. Por um lado, a fim de afirmar o valor territorial das cidades-porta que existem neste território e que só poderá existir com um elevado nível de acessibilidade para o exterior de todos os modos de transporte disponíveis. Por outro lado, uma distribuição modal mais equilibrada no transporte de mercadorias a fim de reduzir os inconvenientes para o ambiente, com uma utilização mais intensa do transporte marítimo e ferroviário, o que vai obrigar a uma maior densidade de núcleos de transferência de cargas. Este esforço de desenvolvimento do transporte marítimo permitirá igualmente uma relação mais intensa com as áreas mais afastadas, nomedadamente entre o Atlântico Sul e a Bacia Mediterrânica. Tendo em vista a intensificação do transporte na zona mediterrânica, é no entanto importante reforçar as ligações das regiões do SUDOE com esta área.

O RTE-T tem naturalmente uma enorme importância para o reforço da acessibilidade. É preciso estudar claramente os impactos, não só devido à sua contribuição para redução das distâncias, mas também por causa dos aspectos negativos que podem ser induzidos à escala local, tendo em conta a permeabilidade reduzida dos seus corredores, da sua menor influência nas redes locais e do forte impacto no ambiente.

O contexto actual de liberalização no desenvolvimento e gestão das redes de transportes e de comunicações gera problemas específicos para este território.

Com efeito, a existência de vastas zonas onde a fraca densidade e poder de compra reduzido da população estão relacionados, situa estes territórios abaixo dos limiares de rentabilidade para a realização de investimentos em infraestruturas ou para a oferta de serviços quando tomamos em conta unicamente os critérios restritos de equilíbrio económico. Esta situação pode fazer aumentar as diferenças entre as regiões em termos de acessibilidade, contribuindo para a aceleração das tendências já fortes de desertificação apresentadas por uma maioria de áreas de fraca densidade. Para evitar esta degradação, uma avaliação clara da situação actual deveria permitir encarar formas de intervenção suplementares às do mercado.

Em resumo, a integração das redes de comunicação, o aumento da sua eficácia, a tomada em consideração do impacto ambiental e a liberalização dos transportes, representam igualmente questões cruciais para os territórios do SUDOE.

As tecnologias de informação e de comunicação (TIC) constituem igualmente elementos importantes para o desenvolvimento das regiões, dado que irão transformar as noções de espaço e tempo, modificando duma forma decisiva os factores de localização das actividades económicas e de produção de conhecimentos. No entanto, a utilização destas tecnologias arrisca-se a contribuir para aumentar as disparidades entre regiões e a acentuar a situação de perificidade das regiões mais afastadas. Nesta óptica, o posicionamento do SUDOE deverá ser objecto duma reflexão aprofundada, dado que à parte as concentrações urbanas que poderão dispor dum mínimo de «infoestruturas» e de capacidades para as utilizar, a maior parte do território é constituído por regiões de fraca densidade onde essas «infoestructuras» e competências são mais raras ou mesmo inexistentes.

As acções de cooperação no domínio do acesso à «sociedade de informação» devem favorecer o acesso aos novos serviços a custos suportáveis e apoiar o desenvolvimento de conteúdos e de aplicações locais com a participação dos serviços públicos e do sector privado, em particular as PME, em articulação com as iniciativas conduzidas no âmbito dos programas nacionais ou dos programas comunitários a título dos objectivos prioritários.

## 2 – OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Com base na problemática apresentada, os objectivos estratégicos para o desenvolvimento dos transportes e comunicações são os seguintes :

- Aumentar a eficácia dos transportes e das comunicações para promover a competitividade das empresas através da redução dos custos de acesso aos mercados e dos territórios tendendo para um sistema policêntrico de cidades mais integradas ;
- Aumentar a eficácia ambiental dos sistemas de transportes através de uma repartição modal mais favorável ao transporte público, para o transporte de passageiros, e ao transporte não rodoviário, para o transporte de mercadorias ;
- Promover, na perspectiva dos esquemas do RTE-T, uma melhor integração entre as diferentes redes de infraestruturas, por um lado entre as redes transeuropeias de transportes e as ligações regionais, e por outro lado entre os diferentes modos de transportes ;

- Aprofundar a reflexão sobre as necessidades de interligação das regiões do SUDOE e a optimização das redes de infraestruturas numa abordagem multimodal (passageiros e mercadorias) ;
- Favorecer o desenvolvimento duma rede óptima de «infoestructuras» e de capacidades de utilização das TIC, pondo o acento nos territórios de fraca densidade onde estas tecnologias são menos desenvolvidas a fim que possam constituir vantagens para o seu desenvolvimento.

**3 - MEDIDAS**

Os Estados Membros decidiram tomar em consideração as duas secções de intervenção seguintes a fim de responder às questões principais que se colocam para o ordenamento do território do SUDOE em matéria de transportes e de TIC:

- Optimizar as redes e os sistemas de transporte do SUDOE e desenvolver a intermodalidade ;
- Melhorar o acesso à sociedade de informação.

Desta forma, será possível contribuir para aumentar a competitividade do território, através do aumento da eficácia do sistema de transportes e reduzindo o impacto negativo que esta actividade tem sobre o território, através da implementação de modos de transporte menos agressivos para o ambiente. Por outro lado, o desenvolvimento da aplicação das TIC no espaço do SUDOE será uma condição estratégica para o equilíbrio interno do território, bem como para a sua relação com os espaços exteriores.

**MEDIDA 3.1 : OPTIMIZAR AS REDES E OS SISTEMAS DE TRANSPORTE DO SUDOE E DESENVOLVER A INTERMODALIDADE**

**Problemática**

Fruto de um desenvolvimento económico mais forte e duma relação espacial mais intensa no corredor Londres – Milão, o território da U.E. tem uma estuturação orientada essencialmente numa lógica norte-sul. Em contrapartida, as redes do território do SUDOE têm uma orientação prioritária este – oeste muito marcada. Esta situação reforça a necessidade de melhor articular os eixos estruturantes do SUDOE com os eixos principais do espaço europeu.

Por outro lado, o processo histórico reforçou uma polarização das redes de transportes de cada Estado Membro, tornando as ligações entre zonas periféricas dos diversos países difíceis, e colocando dificuldades para a implementação dos corredores transnacionais. Além disso, a quebra do isolamento das regiões interiores implica a melhoria da articulação entre as redes secundárias favorecendo a irrigação profunda destas regiões.

Os problemas ligados à travessia das zonas críticas constituem questões sensíveis quer do ponto de vista físico quer na perspectiva ambiental. Esta dificuldade é particularmente frequente junto às fronteiras do espaço SUDOE, dado que se trata de territórios com um grande número de espaços naturais protegidos ou com uma morfologia difícil, nomeadamente zonas montanhosas.

A existência de normas e procedimentos diferentes em cada país também coloca problemas complicados que impedem a inter-operacionalidade entre as redes de transporte dos diferentes países. A situação é particularmente crítica para a rede ferroviária. As infraestruturas ibéricas e francesas sendo diferentes, os passageiros e cargas são necessariamente transferidos cada vez que passam a fronteira entre a França e a Espanha, produzindo assim um custo adicional de transporte muito importante.

Os conflitos ambientais e as dificuldades de mobilidade originadas pelo elevado consumo de energia e de espaço e pelo peso excessivo do transporte individual, sobretudo em meio urbano, devem ser reduzidos por meio de iniciativas de cooperação e de projectos piloto visando uma mobilidade de tipo duradouro e o desenvolvimento de transportes alternativos.

No plano das relações com os grandes espaços exteriores, dois aspectos diferentes poderiam ser abordados :

- Por um lado, as relações com os territórios mais afastados, que deverão crescer a médio prazo devido ao processo de globalização da economia. Assim, as relações com o norte e o leste duma Europa alargada são disso o principal exemplo, um outro exemplo sendo as relações com a zona do Atlântico Sul, dado que se trata de ligações onde os territórios do SUDOE podem apresentar vantagens comparativas na condição de desenvolverem ligações mais importantes ;
- Por outro lado, as relações com a Bacia Mediterrânica apresentam igualmente um forte potencial. A situação de saturação de algumas ligações terrestres deveria favorecer as ligações marítimas e aéreas, onde os territórios do SUDOE poderiam ter uma posição mais competitiva.

Estas situações demonstram que existem margens de progresso muito importantes em termos de melhoria e de articulação das redes físicas existentes e a criar. A situação presente dos sistemas de

transporte para o território do SUDOE no ângulo modal mostra uma preponderância excessiva do transporte rodoviário, em particular para o transporte de mercadorias.
A diversificação entre os modos de transporte é necessária para promover a utilização de transportes menos "agressivos" para o ambiente e para desenvolver a eficiência global do sistema de transportes. A este respeito, a promoção da intermodalidade revela-se fundamental.
No entanto, a necessidade de reduzir o crescimento do transporte rodoviário apresenta dificuldades específicas. Com efeito, existe uma tendência global de acentuação do transporte de pessoas e de mercadorias por via rodoviária para as próximas décadas. Existem igualmente dificuldades profundas associadas à estrutura das redes actuais, situação particularmente complicada ao nível dos sistemas logísticos onde é muito difícil fazer modificações a curto prazo.
No plano da mobilidade dos cidadãos, a existência de zonas de fraca densidade com redes de transporte público fracas constitui igualmente um handicap ao desenvolvimento das alternativas ao transporte individual.

**Objectivos específicos**

- Facilitar o acesso do SUDOE ao resto da Europa e a ligação com outros continentes, nomeadamente com a África e o Atlântico Sul ;
- Promover a diversificação dos modos de transporte, favorecendo o desenvolvimento de transportes mais respeitadores do ambiente, em particular o transporte marítimo, ferroviário e fluvial ;
- Promover uma melhor articulação entre os diferentes modos de transporte melhorando a ligação entre os portos marítimos e os territórios interiores, nomeadamente através da rede ferroviária, para uma melhor estruturação do território do SUDOE ;
- Favorecer a irrigação das regiões menos acessíveis, nomeadamente os laços entre regiões litorais e regiões interiores e a re-utilização de infraestruturas locais de transportes que perderam as suas funcionalidades originais ;
- Favorecer uma abordagem integrada das redes de transporte do SUDOE (redes ferroviárias, rodoviárias, ligações aéreas e marítimas) ;
- Promover os transportes colectivos e o desenvolvimento de sistemas alternativos, incluindo os sistemas de gestão de transportes ;
- Antecipar o crescimento provisional do transporte de mercadorias em trânsito de longa distância, em particular para zonas críticas, e desenvolver alternativas ao transporte rodoviário (problemática da transposição dos Pirineus numa lógica de redes transnacionais) ;
- Reforçar os pontos nucleares dos sistemas de transporte, nomedadamente por meio de plataformas logísticas e multimodais e estações de troca, visando melhorar as conexões entre as redes estruturantes e secundárias.

**Campos de intervenção possíveis** (exemplos)

- Estudos de prospecção sobre os grandes corredores de transporte e os grandes sistemas de transporte, em particular entre a Península Ibérica e o resto da Europa ;

- Reflexão sobre a interligação das regiões do SUDOE, incluindo as regiões menos acessíveis e sobre a optimização das redes de infraestruturas, numa abordagem multimodal ;
- Acções visando a adaptação de infraestruturas de transporte ;
- Acções visando a adaptação de infraestruturas de transporte locais a novas utilizações ;
- Acções de cooperação, de troca e de projectos piloto visando melhorar e reforçar a articulação entre modos de transporte ;
- Acções de cooperação, de trocas e projectos piloto visando o crescimento do transporte público e o desenvolvimento de sistemas de gestão e de planificação dos transportes, incluindo de sistemas mais respeitadores do ambiente ;
- Estudos técnicos, nomeadamente análises de viabilidade, para o apoio à emergência de novas ligações marítimas, em particular no que respeita o transporte marítimo de curta distância (short sea shipping) ;
- Acções tendentes a facilitar a articulação dos territórios interiores aos portos marítimos ;
- Estudos e acções tendendo a apoiar a realização de plataformas logísticas e intermodais e de centros de transferências de carga.

## MEDIDA 3.2 : MELHORAR O ACESSO À SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO

**Problemática**

As características estruturais dos territórios do SUDOE, em particular a sua fraca densidade, o envelhecimento da população e a predominância do carácter rural originam uma procura fraca no campo das TIC.

Mesmo quando as taxas de penetração são próximas das taxas das regiões mais desenvolvidas, a dimensão da procura agregada de serviços de TIC por parte das empresas e dos particulares revela-se algo reduzida. Além do mais, nas zonas de carácter rural, existem poucos grandes consumidores de serviços de débito elevado.

O resultado desta situação de procura limitada nas zonas de baixa densidade é uma presença fraca de operadores privados de telecomunicações, colocando estas zonas em situação de inferioridade em matéria de TIC relativamente às outras regiões.

Paradoxalmente, as zonas rurais e de montanha constituem um quadro privilegiado para o desenvolvimento de cooperações em matéria de acesso à sociedade de informação. Esta situação explica porque a oferta de serviços de telecomunicações na maior parte do território do SUDOE se caracteriza por :

- Existência de discriminações tarifárias relativamente a territórios onde existe uma forte procura ;
- Uma possibilidade de escolha limitada, resultado duma fraca procura e não justificando uma forte implicação comercial por parte dos operadores de telecomunicações destes novos serviços ;
- Uma forte tendência para a concentração das novas ofertas nas aglomerações principais devido ao facto da sua maior atractividade comercial.

Para além da necessidade de corrigir as insuficiências em matéria de "infoestrutura", o desenvolvimento da sociedade de informação obriga a estimular as utilizações para criar um círculo virtuoso no campo das TIC. O desenvolvimento da sociedade de informação no seio do SUDOE passa portanto pelo desenvolvimento simultâneo das utilizações e das infraestruturas.

**Objectivos específicos**

- Desenvolver a oferta de serviços TIC de elevado valor acrescentado nas zonas rurais em condições tarifárias não discriminatórias ;
- Mutualizar as procuras de serviços TIC, nomeadamente a procura dos utilizadores públicos, a fim de criar limiares atractivos para operadores privados ;
- Criar as condições necessárias para favorecer a criação e o desenvolvimento de empresas ligadas às TIC (start-up locais) ;
- Encorajar a procura, o desenvolvimento e a experimentação de soluções adaptadas às características das zonas rurais para o fornecimento de serviços TIC ;
- Estimular a utilização das TIC por actores e territórios alvo ;
- Suscitar e apoiar as iniciativas públicas e privadas para desenvolver a utilização das TIC pelas PME e particulares

**Campos de intervenção possíveis** (exemplos)

- Acções de pesquisa e de desenvolvimento comuns, orientadas para o fornecimento de serviços TIC, sobretudo nas regiões de fraca densidade ;
- Apoio a projectos piloto e a experiências visando favorecer o desenvolvimento da sociedade de informação ;
- Acções destinadas a promover os actores e as actividades utilizando as possibilidades ofertas pelas TIC ;
- Sensibilização dos utilizadores nomeadamente através de pontos de acesso aos multimédia, de conferências temáticas, da constituição de redes de animação e de redes de actores ;
- Sensibilização e formação do pessoal dirigente dos organismos públicos e privados às possibilidades ofertas pelas TIC para o funcionamento das empresas e dos serviços ;
- Acções para o desenvolvimento do acesso aos serviços avançados de informação e de comunicação para as empresas e os serviços das administrações públicas, nomeadamente nos campos da educação e da saúde ;
- Medidas visando o desenvolvimento de redes de ofertas de serviços especializados nos campos abrangidos pela nova economia e nomeadamente para o desenvolvimento do comércio electrónico para ajudar ao reforço das economias locais, mais particularmente para a promoção conjunta de produtos de qualidade e o encorajamento da sua comercialização ;
- Desenvolvimento de aplicações de interesse comum permitindo o fornecimento de serviços de formação e troca de “savoir-faire” no meio rural ;
- Apoio ao desenvolvimento de start-up locais através de acções de experimentação, trocas de experiências, colocação em rede de viveiros de empresas e de acções de promoção comuns ;
- Acções visando o desenvolvimento duma rede de cidades digitais ;
- Acções para facilitar a emergência de centros e de espaços inter-regionais e transnacionais de formação à distância a fim de mutualizar as formações específicas, nomeadamente para espaços de fraca densidade ;
- Sensibilização e formação dos utilizadores às possibilidades abertas pela utilização das TIC ;
- Promoção da utilização das TIC para a colocação em rede em campos tais que a formação e a saúde ;
- Utilização das TIC para combater o isolamento e a desertificação.

**4. RESULTADOS ESPERADOS DA PRIORIDADE (não exaustivos)**

- Realização de estudos de transportes
- Investimentos nas infraestruturas de comunicação de pequena envergadura
- Constituição de redes e de acções piloto de cooperação
- Apoio de estudos de novas ligações
- Acções de promoção dos transportes públicos
- Projectos de transferência de “savoir-faire” e de difusão de experiências positivas
- Seminários temáticos e de informação e programas de difusão e de formação sobre as TIC

**5 – INDICADORES GLOBAIS**

| Indicadores de realização | Indicadores de resultados | Indicadores de impactos |
|---|---|---|
| ▪ Número de trocas de experiências, de acções piloto e de estudos realizados<br>▪ Número de infra-estruturas de pequena envergadura sustentadas<br>▪ Número de seminários e de colóquios transnacionais organizados<br>▪ Número de ferramentas de ordenamento do território desenvolvidos nos âmbito dos projectos (SIG, quadros metodológicos, guias práticos, etc.)<br>▪ % de projectos que integram a dimensão ambiental nas suas acções | ▪ Número de participantes nos colóquios e seminários (por país por tipo de instituição)<br>▪ Número de publicações consagradas aos territórios do SUDOE difundidas aos actores do desenvolvimento<br>▪ Número de redes e de acções piloto de cooperação no campo do transporte e das TIC<br>▪ Número de empresas de serviços sustentadas no campo das TIC<br>▪ Número de organismos participando em acções piloto | ▪ Número de projectos de investimento ligados à melhoria dos sistemas de transporte<br>▪ Evolução dos meios de transporte respeitadores do ambiente<br>▪ Evolução da repartição modal dos transportes<br>▪ Número de certificados resultantes das inovações desenvolvidas<br>▪ Evolução das actividades geradas pelo apoio das TIC (entre estas, % de actividades localizadas nas zonas rurais) |

## PRIORIDADE 4 : DESENVOLVIMENTO DUM QUADRO DE COOPERAÇÃO PERMANENTE PELOS ACTORES DO SUDOE ATRAVÉS DA IMPLEMENTAÇÃO DE ACÇÕES TERRITORIAIS COMUNS

### 1- PROBLEMÁTICA

As fronteiras nacionais não devem constituir uma barreira à integração e ao desenvolvimento equilibrado do território europeu : é esse um dos principais objectivos do INTERREG III-B.
Alcançar este objectivo passa por um aprofundamento do conhecimento mútuo através de trocas de experiências, de saberes e de boas práticas entre os actores públicos, em estreita ligação com os organismos do sector privado envolvidos. Trata-se de uma primeira etapa incontornável tendo em conta que a geografia e a história separaram enormemente certos Estados membros da U.E.

O SUDOE não goza de uma tradição antiga de cooperação entre os actores públicos das diversas escalas territoriais. A existência de acções de cooperação no seio deste espaço é sobretudo resultado das regiões das duas fachadas marítimas, que se inscrevem em primeiro lugar nas lógicas atlântica e mediterrânica. A implicação das regiões interiores do SUDOE nas acções de cooperação, entre elas e em parceria com as regiões costeiras, é muito recente, e foi dinamizada graças ao programa INTERREG II-C SUDOE.

Este último programa permitiu sobretudo às autoridades nacionais e às autoridades regionais adoptar uma leitura comum de certas dimensões de ordenamento do território. O INTERREG III-B deve permitir agora mobilizar o conjunto dos actores regionais e sensibilizar os actores infraregionais para as vantagens que podem ser retiradas da cooperação transnacional.
Convém igualmente associar os principais intermediários do desenvolvimento económico que são os organismos consulares, socio-profissionais e as agências de desenvolvimento, para aumentar em grande escala as possibilidades de cooperação, tendo em conta os meios financeiros limitados consagrados a uma zona tão vasta.
Finalmente, convém implicar as organizações não governamentais (ONG), os actores sociais e as associações no processo de ordenamento do território transnacional a fim de aumentar a dimensão participativa e de fixar à escala local a identidade macro regional do SUDOE.

A zona transnacional do SUDOE constitui um quadro de trabalho novo que convém dotar com as ferramentas adaptadas para uma boa apreensão das lógicas territoriais que presidem ao desenvolvimento económico, social e cultural do SUDOE.
A abordagem transnacional necessita que os actores iniciem uma reflexão macro regional bem como o estabelecimento de novos conceitos do desenvolvimento a esta escala. Um objectivo da cooperação transnacional consiste assim em dar uma dimensão suplementar à cooperação inter-regional em cada um dos países.

Inscrevendo-se numa lógica mais transversal, esta prioridade 4 permite reforçar o fundamento da estratégia de desenvolvimento territorial conjunto e o alcance dos objectivos estratégicos definidos no Capítulo 3.

**2 – OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS**

- Reforçar o conhecimento mútuo entre actores do SUDOE ;
- Criar as condições para um desenvolvimento reforçado e permanente da cooperação institucional propícias à emergência espontânea de projectos transnacionais ;
- Aumentar a visibilidade mundial do espaço SUDOE enquanto zona macro-económica, social e cultural em desenvolvimento.

**3 - MEDIDAS**

- Esta prioridade compõe-se duma só medida de natureza mais transversal que vem apoiar as medidas das três prioridades anteriores.

**MEDIDA 4.1 : PROMOVER MÉTODOS, ESTRUTURAS E FERRAMENTAS TERRITORIAIS COMUNS E REFORÇAR A IDENTIDADE DO SUDOE**

**Problemática**

Este programa está vocacionado para aumentar em grande escala as acções de cooperação territorial para nomeadamente, reforçar a integração do SUDOE. Ora, a existência de práticas administrativas, de culturas e de línguas diferentes podem constituir travões que não devem ser negligenciados.
Por esta razão, convém criar as condições que permitam aos actores do desenvolvimento territorial iniciar e concretizar acções de cooperação com a maior eficácia possível.

Esta medida visa sustentar acções comuns que :
- Contribuam para o reforço do conhecimento mútuo ;
- Facilitem a emergência de projectos transnacionais;
- Permitam reforçar a identidade do espaço SUDOE no seio e no exterior da U.E.

**Objectivos específicos**

- Desenvolver as trocas de experiências e de conhecimentos dentro e com a função pública ;
- Reforçar o conhecimento do território e implementar ferramentas comuns de observação do território ;
- Estabelecer ferramentas de planificação, de gestão e de marketing territorial comuns ;
- Identificar e organizar as competências em matéria de engenharia para o desenvolvimento dos territórios ;
- Desenvolver estruturas comuns que mutualizem competências e ferramentas e que sejam utilizáveis pelo conjunto dos actores da zona ;
- Apoiar a coordenação de acções de acompanhamento desenvolvidas numa lógica transnacional pelos actores do desenvolvimento territorial ;
- Apoiar as acções que visem aumentar a notoriedade do SUDOE no interior e exterior da U.E. ;
- Apoiar as acções concertadas à escala transnacional para favorecer a atracção de investimentos internacionais colocando em sinergia as vantagens do espaço no plano das infra-estruturas, do ambiente tecnológico e humano, do quadro de vida, etc.

**Campos de intervenção possíveis** (exemplos)

- Aproximações entre administrações dos quatro países através da formação recíproca de funcionários de forma a caminhar no sentido duma harmonização das práticas ;
- Reflexões sobre as estratégias inter-regionais integradas, desenvolvimento dos conceitos inovadores de ordenamento do território e de acções piloto concretas para as macro-regiões no seio do SUDOE ;

- Aplicação de ferramentas de marketing territorial inovadoras permitindo a apreensão de espaços a grande escala ;
- Coordenação de acções de comunicação a partir das ferramentas de promoção regionais e inter-regionais existentes ;
- Harmonização dos sistemas de informação territorial dirigidas aos cidadãos ;

**4- RESULTADOS ESPERADOS DA PRIORIDADE (não exaustivos)**

- Maior harmonização das práticas territoriais ;
- Aumento do número de cooperações que dão lugar a projectos permanentes ;
- Desenvolvimento de ferramentas comuns de observação, de gestão e de planificação do território à escala transnacional ;
- Aumento das acções de promoção da identidade do SUDOE pelos actores do desenvolvimento territorial ;
- Colocação em rede de estruturas territoriais funcionando numa lógica transnacional ;
- Apropriação da realidade do SUDOE pelos seus habitantes ;

**5 – INDICADORES GLOBAIS**

| **Indicadores de realização<br>Indicadores de realização<br>Indicadores de impactos** | **Indicadores de resultados** | **Indicadores de impactos** |
|---|---|---|
| ▪ Número de trocas de experiências, de acções piloto e de colocações em rede realizadas<br>▪ Número de acordos de cooperação gerais entre organismos públicos (regiões, cidades, etc.)<br>▪ Número de instrumentos de planificação, de gestão e de marketing territorial desenvolvidos em comum<br>▪ Número e tipos de programas de formação e de troca de agentes públicos do SUDOE organizados para a harmonização das práticas | ▪ Número de estruturas transnacionais criadas pelos actores do desenvolvimento territorial<br>▪ Número de agentes públicos sensibilizados (informação e formação) para as práticas administrativas de outros países<br>▪ Número de organismos que participam em acções piloto | ▪ Aumento do interesse internacional para o espaço SUDOE<br>▪ Crescimento do conhecimento mútuo entre actores do SUDOE<br>▪ Número de cooperações institucionais dando lugar a projectos permanentes |

## PRIORIDADE 5 : ASSISTÊNCIA TÉCNICA

**Problemática e objectivos**

Esta prioridade tem por objectivos garantir a cobertura das despesas relativas à gestão, implementação, acompanhamento e controlo do programa operacional e também das despesas relativas à realização de estudos, seminários, acções de informação, avaliações externas, etc.. Estas despesas serão efectuadas em conformidade com as regras de elegibilidade previstas na Ficha n.º 11 do Regulamento n.º 1685/2000 da Comissão.
Assim, esta prioridade será subdividida em duas medidas que correspondem às duas categorias de despesas previstas na regra acima mencionada, cujo detalhe será precisado no complemento de programação. As despesas relativas à gestão, à implementação, ao acompanhamento e ao controlo não poderão ultrapassar 5% da contribuição do FEDER.

Medida 5.1 : Gestão, implementação, acompanhamento e controlo
Medida 5.2 : Informação, avaliação, etc.

Tendo em conta os objectivos ambiciosos que lhe foram atribuídos, o seu carácter experimental e a complexidade das intervenções a implementar, o programa requer a implementação duma boa organização. Esta deve em particular visar informar e mobilizar os portadores de projectos, permitir o funcionamento dos diferentes comités relativos ao programa, do secretariado permanente em rede (correspondentes nacionais e célula de coordenação).
Em função das prioridades estabelecidas, poderão ser mobilizados grupos de trabalho transnacionais. A sua actividade poderá ser financiada com base nesta medida.

**Campos de intervenção possíveis** (exemplos)

- Animação, promoção e publicidade ; financiamento de acções de sensibilização, de informação e de apoio técnico para os portadores de projectos ;
- Acompanhamento e gestão do programa : tomada a cargo em termos financeiros do funcionamento dos Comités de Acompanhamento e de Programação, do secretariado em rede e da implementação dum sistema de informação em rede para a gestão e o acompanhamento do programa ;
- Consolidação e valorização dos projectos numa óptica de desenvolvimento a longo prazo ;
- Avaliação : análise das acções levadas a cabo e dos ensinamentos a retirar do programa ;
- Actividades dos grupos de trabalho transnacionais decididos pelos Comités de Gestão e de Acompanhamento sobre temas ou projectos de interesse transnacional ;
- Serviços de tradução ;
- Estudos e pareceres técnicos.

Os custos de tradução de todos os trabalhos do programa serão imputados ao orçamento de assistência técnica.

Uma parte dos créditos de assistência técnica está reservada aos correspondentes nacionais (chefia) a fim de assegurar as suas despesas de funcionamento inerentes a este programa.

**INDICADORES GLOBAIS**

| Indicadores de realização | Indicadores de resultados | Indicadores de impactos |
|---|---|---|
| ▪ Número de acções de sensibilização e de apoio técnico aos portadores de projectos<br>▪ Número e periodicidade das publicações sobre o SUDOE | ▪ Percentagem de público do território informada sobre o programa (por tipo de organismo)<br>▪ Número de artigos consagrados à promoção do SUDOE nos media<br>▪ Número de utilizadores que consultam o site Web do SUDOE | ▪ Grau de consolidação e de valorização dos projectos a médio prazo<br>▪ Contributo do secretariado comum para o bom funcionamento do programa<br>▪ Avaliação e análise dos resultados do programa de cooperação transnacional |

# CAPÍTULO 5 : DISPOSIÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO

**APRESENTAÇÃO**

O dispositivo de acompanhamento e de gestão conjunta do programa INTERREG III-B SUDOE é composto pelas seguintes estruturas :

- um comité de acompanhamento ;
- um comité de programação ;
- uma autoridade de gestão, à qual está ligada uma autoridade de pagamento ;
- um secretariado comum ;
- uma rede de correspondentes nacionais.

A implementação deste dispositivo de gestão far-se-á em conformidade com os seguintes regulamentos :

- regulamento (CE) N°1260/1999 do Conselho de 21 Junho de 1999 estabelecendo disposições gerais sobre os Fundos Estruturais ;
- regulamento (CE) N°438/2001 da Comissão de 2 de Março de 2001 o qual fixa as modalidades de aplicação do regulamento (CE) N°1260/1999 do Conselho no que respeita os sistemas de gestão e de controlo do concurso lançado no âmbito dos Fundos Estruturais ;
- regulamento (CE) N°1685/2000 da Comissão de 28 de Julho de 2000 estabelecendo as modalidades de execução do regulamento (CE) N°1260/1999 do Conselho no que respeita a elegibilidade das despesas no âmbito das operações co-financiadas pelos Fundos Estruturais ;
- regulamento (CE) N°1159/2000 da Comissão de 30 de Maio de 2000 visando as acções de informação e de publicidade a levar a cabo pelos Estados Membros sobre as intervenções dos Fundos Estruturais.

## 5. 1. GESTÃO ESTRATÉGICA : COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO

### 5. 1.1. COMPOSIÇÃO DO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO

O Comité de Acompanhamento inclui :

- quatro representantes para cada um dos Estados Membros, França, Espanha e Portugal, emanando das administrações nacionais e regionais e um representante de Gibraltar para a participação do Reino Unido, incluindo uma participação das autoridades ambientais ;
- representantes de organismos sócio-económicos (com voto consultivo), até dois por Estado Membro participante ;
- uma representação da Comissão Europeia (com voto consultivo).

O Presidente do Comité de Programação, os representantes da autoridade de gestão e se for o caso, da autoridade de pagamento, assistirão à reuniões do Comité de Acompanhamento.
Os membros do Comité de Acompanhamento são nomeados num prazo máximo de três meses contados a partir da data da notificação aos Estados Membros da decisão da Comissão Europeia aprovando o P.O..
Os Estados Membros sublinham que todos os esforços serão feitos para promover uma participação equilibrada entre homens e mulheres neste comité.

### 5.1.2. FUNCIONAMENTO DO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO

O Comité de Acompanhamento tem um presidente nomeado pelos Estados Membros. Cada Estado Membro assegura a presidência do programa por um período de 12 meses segundo um princípio rotativo. O presidente do Comité de Acompanhamento é da mesma nacionalidade que o presidente do Comité de Programação.

O Comité de Acompanhamento estabelece ele próprio as suas regras de funcionamento. As decisões do Comité de Acompanhamento são tomadas por consenso entre os seus membros. Se necessário, poderão ser tomadas decisões após consulta escrita aos membros num prazo que não pode ser inferior a 15 dias úteis.
O Comité de Acompanhamento reúne-se pelo menos uma vez por ano ou mais se o considerar necessário.

### 5.1.3. COMPETÊNCIAS DO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO

Em conformidade com o Artigo 35º do Regulamento (CE) n°1260/1999 do Conselho de 21 de Junho de 1999 estabelecendo as disposições gerais sobre os Fundos Estruturais, o Comité de Acompanhamento tem as responsabilidades gerais seguintes, tendo em vista assegurar-se da eficácia e da qualidade da implementação da intervenção :

a) em conformidade com o artigo 15º, confirma ou adapta o complemento de programação, incluindo os indicadores físicos e financeiros a utilizar no acompanhamento da intervenção. É exigida a sua aprovação antes de qualquer aprovação posterior ;

b) Verifica e aprova nos meses seguintes à aprovação da intervenção, os critérios de selecção das operações financiadas no âmbito de cada uma das medidas ;

c) Avalia periodicamente os progressos realizados para atingir os objectivos específicos da intervenção ;

d) Analisa os resultados da implementação, nomeadamente a realização dos objectivos fixados para as diferentes medidas, bem como a avaliação intercalar ;

e) Analisa e aprova o relatório anual de execução e o relatório final de execução antes do envio à Comissão ;

f) Analisa e aprova toda e qualquer proposta visando alterar o conteúdo da decisão da Comissão relativa à participação dos Fundos ;

g) Pode propor à autoridade de gestão qualquer adaptação ou revisão da intervenção de forma a permitir atingir os objectivos visados no artigo 1º ou melhorar a gestão da intervenção, incluindo a sua gestão financeira.

h) Assegura a coordenação com os programas INTERREG III-A França-Espanha e Espanha-Portugal e os outros programas INTERREG III-B para os quais existem associações parciais com o SUDOE.

O Comité de Acompanhamento pode, se o considerar oportuno, estabelecer grupos de trabalho para analisar as problemáticas específicas encontradas aquando da execução do P.O..
Neste contexto, prevê-se que as autoridades ambientais desempenhem o papel de perito num grupo de trabalho técnico visando aconselhar o Comité de Acompanhamento sobre os critérios de selecção a reter para apreciar as incidências ambientais dos projectos transnacionais.

## 5.2. GESTÃO OPERACIONAL : COMITÉ DE PROGRAMAÇÃO, AUTORIDADE DE GESTÃO, AUTORIDADE DE PAGAMENTO E SECRETARIADO COMUM

### 5.2.1 – COMITÉ DE PROGRAMAÇÃO

#### *5.2.1.1 – Composição do Comité de Programação*

O Comité de Programação compreende :

- Dois representantes para cada um dos Estados Membros, França, Espanha e Portugal, e um representante de Gibraltar para a participação do Reino Unido ;
- Representantes da autoridade de gestão e da autoridade de pagamento ;
- Uma representação da Comissão Europeia (a título de observador).

Os membros do Comité de Programação são nomeados num prazo de três meses contados a partir da data de notificação aos Estados Membros da decisão da Comissão Europeia aprovando o P.O..

#### *5.2.1.2. Funcionamento do Comité de Programação*

O Comité de Programação tem um presidente que será da mesma nacionalidade que o presidente do Comité de Acompanhamento.

O Comité de Programação estabelece ele próprio as suas regras de funcionamento. As decisões do Comité de Programação são tomadas por consenso entre os seus membros. Se necessárias, poderão ser tomadas decisões após consulta escrita aos membros num prazo que não pode ser inferior a 15 dias úteis.
O Comité de Programação reúne-se duas vezes por ano ou mais, se o considerar necessário.

#### *5.2.1.3. Competências do Comité de Programação*

O Comité de Programação é responsável pela selecção e aprovação dos pedidos de ajuda.

- Aprova os pedidos relativos aos projectos ;
- Fiscaliza o controlo regular, os relatórios sobre o estado de andamento e os relatórios anuais ;
- Propõe ao Comité de Acompanhamento, no âmbito das suas competências, o programa de trabalho do secretariado comum ;
- Propõe ao Comité de Acompanhamento as alterações ao programa e ao complemento de programação que possam ser consideradas necessárias.

### 5.2.2. AUTORIDADE DE GESTÃO

Por acordo entre os Estados Membros, a autoridade de gestão é assegurada pela
**Comunidade Autónoma da Cantábria**
**Dirección General de Economía y Asuntos Europeos de la Consejería de Economía y Hacienda**
**calle Hernán Cortes, 9, 6ª Planta**
**E - 39003 SANTANDER**
**Telefone: +34 942 20 79 07**
**Fax : +34 942 20 79 13**

É responsável pela eficácia e pela regularidade da gestão e da implementação, e em particular (artigo 34º do regulamento geral) pela :

a) Implementação dum dispositivo de recolha de dados financeiros e estatísticos fiáveis sobre a implementação do programa, para a elaboração de indicadores de acompanhamento e avaliação, e pela transmissão desses dados à Comissão ;
b) Implementação do complemento de programação ;
c) Elaboração, e depois da aprovação pelo Comité de Acompanhamento, apresentação do relatório anual de execução à Comissão ;
d) Organização, em colaboração com a Comissão e os Estados Membros, da avaliação intercalar ;
e) Utilização pelos organismos que tomam parte na gestão e implementação da intervenção, quer dum sistema de contabilidade separada, quer duma codificação contabilística adequada de todas as transacções abrangidas pela intervenção ;

f) regularidade das operações financiadas no âmbito da intervenção, nomeadamente da implementação de medidas de controlo interno compatíveis com os princípios de uma boa gestão financeira ;
g) compatibilidade com as políticas comunitárias como previsto no Artigo 12º ;
h) pelo respeito das obrigações em matéria de informação e de publicidade.

A autoridade de gestão actua sob a responsabilidade directa dos comités de acompanhamento e de gestão e preenche as seguintes funções no âmbito do programa transnacional :

- É a emanação duma responsabilidade partilhada pelos Estados parceiros, assumindo a coordenação e a centralização dos dados a tratar em relação à Comissão Europeia ;
- Assegura as funções de gestão e de execução financeira e administrativa do programa ;
- Alberga e emprega o pessoal da célula do secretariado comum ;
- Actua como autoridade de contratação e como controlador financeiro interno ;
- Assegura a organização dos procedimentos de projecto e concurso com base numa informação transparente permitindo a mais ampla participação possível dos actores públicos e privados ; desempenha um papel de guichet único para a recepção dos dossiers. Estes últimos deverão ser igualmente dirigidos pelos coordenadores de projecto, de forma simultânea e para informação, a cada correspondente nacional envolvido.
- Assegura o acompanhamento do programa, em ligação com os comités de acompanhamento e de gestão por meio de indicadores físicos e financeiros definidos no P.O. e/ou o complemento de programação ;
- Submete um relatório anual de execução à Comissão, nos seis meses seguintes ao fim de cada ano civil completo de implementação. Um relatório final é submetido à Comissão o mais tardar seis meses depois da data final de elegibilidade das despesas. Antes de ser transmitido à Comissão, todo o relatório é analisado e aprovado pelo Comité de Acompanhamento.

**SECRETARIADO COMUM**

Um secretariado será instituído para administrar o programa.

- **Tem por missão :**

  - centralizar e registar os projectos apresentados a um guichet único para o conjunto do programa ;
  - assegurar-se que os projectos comportam os elementos necessários à sua elegibilidade, em particular a transnacionalidade da operação ;
  - transmitir aos correspondentes nacionais envolvidos os projectos para que formulem o parecer respectivo ;
  - preparar a instrução dos dossiers e preparar as decisões do Comité de Programação ;
  - estabelecer uma base de dados de todos os projectos analisados, integrando as decisões do Comité de Programação e as decisões anexas (certificações do coordenador do projecto e dos correspondentes nacionais) relativos à execução dos projectos ;
  - ajuda à montagem de projectos e à identificação de parceiros noutros países ;

- centralizar a informação sobre o avanço físico e financeiro do programa e transmiti-la a todos os correspondentes nacionais ;
- assegurar a animação de conjunto e preparar as tarefas administrativas relativas à preparação dos trabalhos dos comités de acompanhamento e de gestão ;
- assegurar a instrução final dos pedidos de pagamento, certificados pelos correspondentes nacionais, e propor os pagamentos aos beneficiários chefes de projecto através da autoridade de gestão ;
- promover o conjunto do programa no seio da zona transnacional e zelar a que os parceiros façam uma publicidade conforme às regras dos fundos estruturais ;
- elaborar e submeter para parecer os projectos de relatórios aos correspondentes nacionais (relatórios de acompanhamento, estado de desenvolvimento, relatórios dos comités, ...) ;
- implementar as ferramentas de promoção do programa (documentos de comunicação, site Internet…) para o conjunto da zona transnacional ;
- efectuar qualquer outra tarefa que lhe seria confiada pelo Comité de Acompanhamento.

**CORRESPONDENTES NACIONAIS**

Cada um dos Estados Membros envolvidos deve designar um correspondente nacional num prazo de um mês contados a partir da notificação aos Estados Membros da decisão da Comissão Europeia aprovando o P.O.

- **os correspondentes nacionais têm por missão :**

  - verificar a realidade das contrapartidas nacionais antes de dar um parecer aquando da instrução dos dossiers ;
  - desempenhar o papel de intermediário do secretariado em matéria de informação, animação e ajuda à montagem do projecto ;
  - assegurar o controlo da gestão e da execução de projectos para a parte que lhes diz respeito, nomeadamente a certificação das despesas dos parceiros do projecto relativas ao território sob a responsabilidade do correspondente nacional ;
  - zelar a que os regulamentos aplicáveis da Comissão Europeia sejam respeitados pelos parceiros.

### 5.2.3. AUTORIDADE DE PAGAMENTO

Por acordo entre os Estados Membros, a autoridade de pagamento é assegurada pela **Direcção Geral dos Fundos Comunitários e do Financiamento Territorial (DGFCFT) do Ministério das Finanças Espanhol**.

A autoridade de pagamento, que é a entidade financeira junto da qual existe aberta uma conta bancária única, tem por missão estabelecer e submeter os pedidos de pagamento e receber os

pagamentos da Comissão, em conformidade com o ponto « o » do artigo 9º do regulamento quadro 1260/1999 de 21 de Junho de 1999 estabelecendo as disposições gerais sobre os fundos estruturais.

A autoridade de pagamento que actua de acordo com as instruções da autoridade de gestão, realiza ou assegura a realização dos pagamentos aos beneficiários chefes de projecto.

## 5.3. SISTEMA COMUM DE GESTÃO FINANCEIRA

### 5.3.1. APRESENTAÇÃO

A Comissão Europeia pagará os fundos FEDER com base nos planos de financiamento estabelecidos no P.O., em conformidade com os procedimentos fixados para os Fundos Estruturais (artigos 38º e 39º do Regulamento Geral dos Fundos Estruturais).
A autoridade de pagamento, que actua sob as ordens da autoridade de gestão, é responsável pela gestão financeira do programa e assume a coordenação e a centralização dos dados financeiros a tratar no que respeita à Comissão (situação contabilística dos créditos FEDER e preparação do procedimento de chamada de fundos).
O secretariado comum assegura a coordenação da gestão financeira ; será elaborado posteriormente um procedimento de gestão financeira específica.

### 5.3.2. CONTA ÚNICA

Será aberta uma conta bancária única no Tesouro Público junto da autoridade de pagamento. A Comissão Europeia depositará directamente o FEDER (e se for o caso o co-financiamento nacional respectivo da assistência técnica) nesta conta única. Haverá uma contabilidade diferenciada entre o Objectivo 1 e o não Objectivo 1 para facilitar o acompanhamento contabilístico.

### 5.3.3. RESPONSABILIDADE FINANCEIRA

Cada projecto será coordenado por um coordenador que será financeiramente e juridicamente responsável pela globalidade do projecto. O coordenador do projecto é considerado o beneficiário final do projecto em relação ao qual deve assegurar a boa execução, em conformidade com o ponto « l » do artigo 9º do Regulamento 1260/99.
Deverá manter toda a contabilidade do projecto, bem como centralizar todas as peças contabilísticas justificativas, a fim de simplificar os procedimentos de controlo e de pagamentos.
O coordenador do projecto poderá exigir garantias bancárias dos outros parceiros no seu contrato de parceria. O custo das garantias bancárias que poderão ser exigidas aos coordenadores de projecto e aos parceiros de cada projecto poderá ser considerado como elegível.

Esta responsabilidade não isentará os Estados Membros que serão co-responsáveis pela totalidade do programa na proporção da sua participação (Feder e contrapartidas nacionais) no programa, em conformidade com o regulamento CE 1260/1999 de 21 de Junho de 1999 fixando as disposições gerais sobre os fundos estruturais – Artigos 38º e 39º.

A responsabilidade financeira de cada projecto pelo Estado Membro onde se situa o coordenador do projecto não poderá exceder a atribuição correspondente a esse Estado Membro no programa. Os correspondentes nacionais responsáveis pelos projectos cujos coordenadores de projecto se situem no seu território, em coordenação com os outros Estados parceiros, acompanharão a execução, zelarão no sentido de reunirem os justificativos respectivos e certificarão a respectiva informação junto do Secretariado. O coordenador do projecto deverá informar o correspondente nacional da execução do pagamento.

### 5.3.4. CARTA DE OUTORGA / CONVENÇÃO

Cada projecto transnacional é objecto duma convenção ou carta de outorga que constitui o contrato principal entre o coordenador do projecto e as autoridades responsáveis pelo P.O..
Esta carta ou convenção é preparada pelo Secretariado, em ligação com o correspondente nacional do país onde o coordenador do projecto está localizado, e assinada pela autoridade de gestão e pelo coordenador do projecto.
Esta carta de outorga indica o montante global do co-financiamento bem como os montantes e as taxas de co-financiamento para cada um dos parceiros do projecto. Indica que o coordenador do projecto é responsável pela realização da globalidade do projecto. Precisa igualmente a duração do projecto, as condições de pagamento, os resultados a atingir e as obrigações de publicidade previstas na decisão da Comissão n°94/342/ de 31 de Maio de 1994.
A carta indica que a execução do projecto é acompanhada pelo Estado Membro onde se situa o coordenador do projecto, por conta do conjunto dos parceiros do programa e que o pagamento do FEDER só se fará se o coordenador do projecto demonstrar ao correspondente nacional do seu país que o projecto se realiza correctamente em linha com os relatórios intercalares de avanço dos trabalhos.
O coordenador do projecto assina a carta de outorga e toma as disposições contratuais necessárias com os seus parceiros para a boa execução do projecto.

### 5.3.5. PAGAMENTOS

A globalidade do co-financiamento FEDER (e as contrapartidas no caso de terem sido transferidas para a conta única) é transferida para o coordenador do projecto que está encarregue de pagar a cada parceiro a sua parte, de acordo com as modalidades adoptadas na convenção (carta de outorga).
O coordenador do projecto envia os seus pedidos de pagamento ao correspondente nacional respectivo, que os transmite ao Secretariado após certificação dos correspondentes nacionais respectivos.

Os co-financiamentos nacionais (públicos ou privados) não transferidos para a conta única serão pagos directamente aos parceiros nacionais, de acordo com as disposições em vigor em cada Estado Membro.

### 5.3.6. CONTROLO FINANCEIRO E VERIFICAÇÃO DAS CONTAS

A organização dos sistemas de gestão e de controlo necessários para garantir a boa gestão financeira do programa será efectuada de acordo com o artigo 38º do regulamento N°1260/99 do Conselho e dos regulamentos N°438/2001 e N°448/2001 da Comissão.

***Controlo dos projectos***

Cada Estado Membro assegura os controlos de acordo com as suas próprias modalidades junto do coordenador do projecto e no respeito das disposições regulamentares.

No caso de incertezas, a autoridade de gestão ou o correspondente nacional do país que assegura o controlo sobre o coordenador do projecto pode pedir um controlo suplementar a efectuar junto do ou dos parceiros do coordenador do projecto. Estes controlos são efectuados em ligação com os correspondentes nacionais dos países onde estão localizados estes parceiros.

Os Estados Membros deverão cooperar na coordenação dos programas, na metodologia e na aplicação destes controlos.

Se for objecto de um controlo no local, poderá ser integrado na parte dos controlos aprofundados.

A centralização dos dados é assegurada pelo secretariado comum que alimenta o sistema informatizado sob a égide da autoridade de gestão. Cada correspondente nacional assegura o acompanhamento dos projectos que têm os coordenadores localizados no seu país.

O sistema de controlo utiliza os indicadores de controlo propostos pela Comissão Europeia.

***Controlos aprofundados (mínimo 5% do custo total do programa)***

Cada Estado faz uma proposta dos critérios a adoptar tendo em conta o novo regulamento financeiro dos fundos estruturais.

Após consulta aos correspondentes nacionais, a autoridade de gestão estabelece o programa de controlo aprofundado (a amostragem toma em consideração a tipologia das acções, a nacionalidade dos coordenadores de projecto, o seu perfil, o estado de desenvolvimento da operação, etc.).

O programa de controlo é realizado por cada país parceiro de acordo com as suas próprias modalidades, pelos serviços e agentes não envolvidos na instrução e implementação dos projectos. Este controlo tanto diz respeito ao país do coordenador do projecto como ao dos outros parceiros do projecto estabelecidos para um determinado controlo. Para isto, poderá recorrer-se a peritos externos sendo o respectivo custo suportado pela assistência técnica do programa.

### 5.3.7. ELEGIBILIDADE DAS DESPESAS

As regras comuns dependem do regulamento (CE) n°1685/2000 da Comissão de 28 de Julho de 2000 estabelecendo as modalidades de execução do regulamento (CE) n° 1260/1999 do Conselho no

que respeita a elegibilidade das despesas no âmbito das operações co-financiadas pelos Fundos Estruturais.
Em princípio, só as infra-estruturas de pequena dimensão serão consideradas elegíveis. É preciso favorecer o financiamento de determinados tipos de infra-estruturas que gerem condições propícias ao desenvolvimento económico das regiões envolvidas, de acordo com os campos prioritários do Anexo 4 da comunicação aos Estados Membros, tomando em consideração a especificidade das regiões ultraperiféricas.
As despesas elegíveis no âmbito da assistência técnica serão como disposto na Regra 11 do Regulamento (CE) n° 1685/2000 da Comissão de 28 de Julho de 2000.

### 5.3.8. TAXA DE CO-FINANCIAMENTO

As taxas de co-financiamento do FEDER não poderão ultrapassar os limites fixados no Artigo 29º do Regulamento 1260/99 e dependem da localização do projecto. Nos casos em que esta localização não é facilmente identificável, tal como no caso dum estudo, dependerá da repartição indicativa do orçamento entre os parceiros. Isto significa que para cada proposta, deverá ser efectuado um cálculo para determinar a taxa de co-financiamento médio aplicável à globalidade do projecto.
O coordenador do projecto, de cada projecto, dirige-se ao Secretariado ou ao correspondente nacional do país onde ele se localiza para estabelecer o plano de financiamento que tome em consideração, se for o caso, as taxas de co-financiamento diferenciadas dum território para outro.

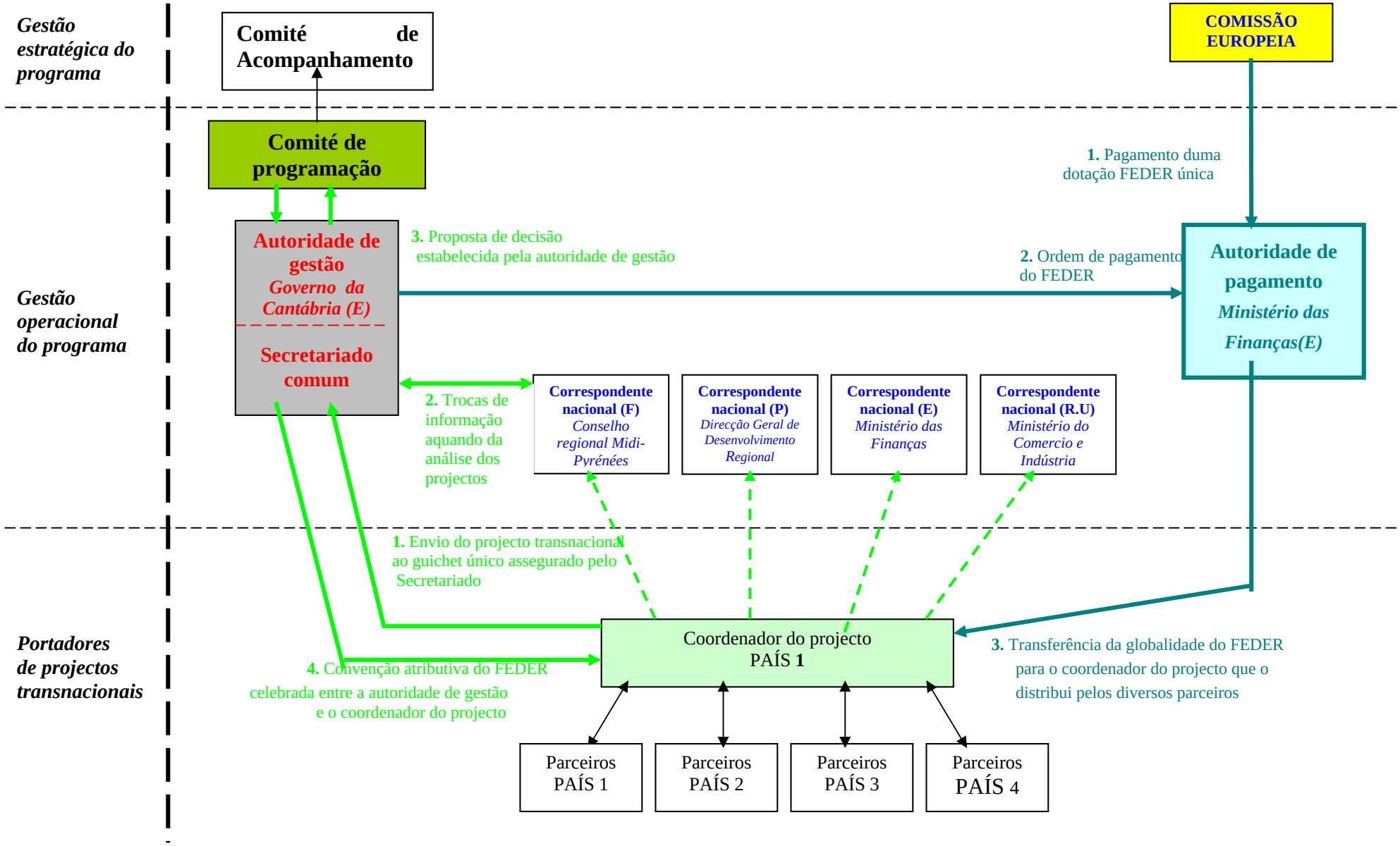
### 5.3.9. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Os créditos reservados à assistência técnica representam 8% da contribuição total do FEDER para o programa. Permitem assegurar a gestão, administração, promoção e avaliação do programa. Esta taxa justifica-se pela participação de mais de um Estado Membro que origina custos de gestão e de implementação mais elevados. Ao contrário de outros espaços transnacionais, lembramos que o espaço do SUDOE não dispunha de secretariado único aquando do programa INTERREG II-C.
Uma parte dos créditos de assistência técnica está reservada aos correspondentes nacionais a fim de cobrir as suas despesas de funcionamento inerentes a este programa.

### 5.3.10. OS CIRCUITOS FINANCEIROS

(Ver esquema dos principais circuitos administrativos e financeiros abaixo)

# PRINCIPAIS CIRCUITOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS



## 5.4- PROCEDIMENTOS DE INSTRUÇÃO E DE SELECÇÃO DOS PROJECTOS

### 5.4.1 APRESENTAÇÃO DOS PROJECTOS

São estabelecidos dois procedimentos para a apresentação dos projectos :

- convite para apresentação de projectos, permitindo aos portadores de projectos submeter, em qualquer altura, um projecto de cooperação ;
- concursos para assuntos muitos específicos, relativamente aos quais os Estados Membros desejam pôr em concorrência os organismos competentes.

Todos os projectos serão tomados em consideração pelo Comité de Programação e as decisões serão tomadas por consenso por este Comité.
Todos os pedidos deverão ser transmitidos pelo chefe do projecto ao Secretariado. O Secretariado envia as cópias dos pedidos aos correspondentes nacionais em questão.

O Comité de Acompanhamento decidirá as datas limites fixadas para a apresentação dos projectos que deverão ser respeitadas pelos projectos candidatos. O Comité de Acompanhamento será responsável pela conformidade com as obrigações de publicidade previstas na decisão da Comissão N° 94/342/EC de 31 de Maio de 1994.
Os projectos deverão ser apresentados em todas as línguas dos parceiros envolvidos.

O coordenador do projecto será responsável pela gestão do projecto ao nível técnico e financeiro, e pela coordenação da participação dos parceiros transnacionais, incluindo assegurar com cartas de compromisso (ou contratos) que todos os parceiros tragam a sua parte de co-financiamento.
Todos os projectos que reunam as condições de apresentação devem ser considerados para uma eventual selecção e não poderão ser unilateralmente recusados.
A fim de garantir a eficácia das decisões do Comité de Programação, serão elaborados formulários de candidatura, cartas e documentos de notificação tipo, e um guia prático dos procedimentos de gestão administrativa e financeira, todos eles harmonizados.

### 5.4.2 INSTRUÇÃO DOS PROJECTOS

O Secretariado efectuará uma primeira verificação para assegurar-se que :
- o dossier do projecto contém todos os documentos necessários à sua instrução ;
- o projecto satisfaz todas as condições de elegibilidade ao programa, com base numa «Check-list» ;

Depois de ter efectuado esta avaliação preliminar, o Secretariado transmite o pedido aos correspondentes nacionais envolvidos, para que verifiquem a mobilização dos co-financiamentos dos parceiros participantes, a compatibilidade com as políticas nacionais e para que dêem o seu parecer sobre o projecto. Este parecer será enviado ao Secretariado.

Dado o seu carácter transnacional, todos os projectos serão objecto duma instrução comum que define os critérios de selecção. A metodologia desta instrução comum será elaborada no complemento de programação do programa.

O Secretariado envia os projectos aos membros do Comité de Programação, com o seu próprio parecer, que terá em conta os pareceres dos correspondentes nacionais envolvidos, assim que o plano de financiamento estiver definitivamente estabelecido.

Uma vez o projecto aceite pelo Comité de Programação, o Secretariado prepara a Carta de Outorga, notificando o chefe de projecto com cópia para os correspondentes nacionais.
A distribuição financeira da ajuda e das contrapartidas entre os parceiros será efectuada em conformidade com o plano de financiamento programado.

### 5.4.3 CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE E CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DOS PROJECTOS

As operações fixadas no P.O. deverão satisfazer as condições de elegibilidade fixadas no regulamento 1260/99 de 21 de Julho de 1999, regulamento 1685/2000 de 28 de Julho de 2000 e na Comunicação da Comissão.

#### *5.4.3.1 – Condições de elegibilidade*

- ter um carácter transnacional e implicar os parceiros de pelo menos dois países ;
- responder aos objectivos das medidas do programa ;
- demonstrar a compatibilidade com as políticas nacionais ;
- contribuir para a implementação do EDEC e das políticas da U.E. ;
- contribuir para uma visão espacial, para uma abordagem da integração territorial ou para o reforço da identidade do espaço SUDOE ;
- fornecer os documentos justificando a mobilização de contrapartidas nacionais ;
- fazer a demonstração da compatibilidade com as políticas comunitárias ;
- respeitar a legislação nacional e comunitária em matéria de mercados públicos, ambiente e igualdade de oportunidades ;
- não estarem concluídos antes da data de apresentação do pedido.

#### *5.4.3.2 Critérios de Selecção*

O Comité de Acompanhamento, em conformidade com o artigo 35º 3-b do Regulamento 1260/1999, analisa e aprova os critérios de selecção nos seis meses seguintes à aprovação do programa. Será dada atenção especial ao princípio da igualdade de oportunidades.
Os projectos transnacionais que impliquem parceiros de pelo menos três países serão valorizados.

## 5.5 – PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO

### 5.5.1 – ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA

O acompanhamento do programa e a execução das medidas serão da responsabilidade do Comité de Acompanhamento transnacional em ligação com a Autoridade de Gestão. O acompanhamento será baseado em quadros de indicadores financeiros, físicos, e de impacto elaborados em comum e que serão instruídos pelo chefe do projecto com uma periodicidade a definir. Os quadros de indicadores integram o complemento de programação e serão aprovados pelo Comité de Acompanhamento.
Os relatórios anuais e o relatório final de execução serão preparados pela Autoridade de Gestão e enviados à Comissão após análise e aprovação pelo Comité de Acompanhamento, em conformidade com o artigo 37º do regulamento 1260/99.

### 5.5.2 – PROMOÇÃO E DIFUSÃO

A informação respeitante ao programa será acessível a todos os actores interessados. Engloba a informação pública e a informação restrita a utilizar pelos organismos ou serviços da administração, pelos parceiros sociais, beneficiários finais e instituições comunitárias, visando :

- garantir a transparência, fornecendo informação sobre o programa e as suas modalidades de implementação ;
- aumentar a visibilidade da acção comunitária, sensibilizando a opinião pública sobre o papel dos Fundos Estruturais no apoio ao desenvolvimento regional e à coesão económica e social.

Para atingir este objectivo, serão mobilizados os meios disponíveis tais como, cartas de informação, desdobráveis, brochuras, meios audiovisuais e outros suportes adequados. Será dada uma atenção particular à disponibilizacão de informação por via electrónica. A este respeito, a criação dum site Web consagrado ao sudoeste europeu constituirá uma prioridade desde a aprovação do programa.

A implementação das acções de promoção e difusão do programa será estabelecida no âmbito dum Plano de Comunicação que definirá os objectivos, a estratégia, os públicos alvo, a dotação orçamental prevista, o organismo responsável pela implementação e critérios de avaliação para as acções a desenvolver. Este plano será transmitido à Comissão Europeia no Complemento de Programação.
No dispositivo de gestão do programa, será designado um responsável em matéria de promoção e difusão.

A implementação das acções de promoção e difusão acima descritas estará em conformidade com o regulamento (CE) 1159/2000 da Comissão de 30 de Maio de 2000 que estabelece as regras de execução em matéria de informação e de publicidade para as intervenções dos Fundos Estruturais.

### 5.5.3 – SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Em conformidade com o Artigo 34º do regulamento (CE) nº1260/99 do Conselho, de 21 de Junho de 1999, a autoridade de gestão é responsável pela implementação e bom funcionamento dum

dispositivo de levantamento e tratamento de dados estatísticos (físicos e financeiros) fiáveis sobre a execução do programa, visando facilitar as tarefas de gestão, de acompanhamento e de avaliação.

O sistema de informação específico do programa permite responder ao mínimo comum definido nas orientações da Comissão (artigo 36º do regulamento 1260/99) e disponibiliza a informação para a avaliação prevista nos artigos 42º e 43º do mesmo regulamento.

Este sistema de informação está dotado com os meios humanos e técnicos necessários ao seu bom funcionamento, e permite a troca de dados informáticos com a Comissão Europeia de acordo com um modelo a definir. Um responsável por estas questões é designado no dispositivo de gestão do programa.

O sistema de informação compreende dois níveis de acesso :

- O primeiro permite o acesso à informação para a gestão, acompanhamento, avaliação e o controlo ;
- O segundo permite o acesso à informação para difusão ao grande público.

O primeiro nível permite nomeadamente :

- A actualização e a consolidação de toda a informação do programa, bem como a homogeneidade dos instrumentos disponíveis para a gestão ;
- A quantificação dos indicadores considerados pertinentes ;
- A manutenção sob forma histórica das diferentes operações efectuadas ;
- A disponibilidade da informação do programa, sob forma electrónica, a todos os actores implicados na implementação do programa ;
- A actualização da informação de apoio à gestão, ao acompanhamento e à avaliação do programa.

O sistema de informação é alimentado pelos dados ao nível de cada projecto.
A informação sobre o programa está acessível a todos os públicos alvo, através nomeadamente, da implementação do site Web.
O calendário que fixa as diferentes etapas da implementação do sistema de informação é descrito no Complemento de Programação.

### 5.5.4 – AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

**- AVALIAÇÃO INTERCALAR**

Uma avaliação intermédia do programa será realizada por um avaliador externo e tomada a cargo pela assistência técnica. Em conformidade com o artigo 42º do Regulamento CE 1260/1999 que prevê :
« A avaliação intercalar analisa, tomando em consideração a avaliação ex ante, os primeiros resultados das intervenções, a relevância e a realização dos objectivos. Aprecia igualmente a utilização dos créditos, bem como o desenrolar do acompanhamento e da implementação ».

**- AVALIAÇÃO EX POST**

Uma avaliação ex post do programa será realizada por um avaliador externo e tomado a cargo pela assistência técnica, em conformidade com o artigo 43º que prevê :

« A avaliação ex post visa, tomando em consideração os resultados da avaliação já disponíveis, dar conta da utilização dos recursos, da eficácia e eficiência das intervenções e do seu impacto, e retirar ensinamentos para a política de coesão económica e social. Tem por objecto os factores de sucesso ou de insucesso da implementação, bem como as realizações e os resultados, incluindo a sua durabilidade ».

# CAPÍTULO 6 : PLANO FINANCEIRO CONJUNTO

O custo total previsto para o programa de iniciativa comunitária INTERREG III-B Sudoeste europeu é de **109,899890 M€.** A afectação financeira do FEDER eleva-se a **66,159734 M€,** o que corresponde a uma taxa média de apoio de **60,2%** para zona transnacional. Esta contribuição FEDER resulta da soma das contribuições da cada Estado Membro. Em conformidade com o pedido da Comissão formulada na comunicação relativa ao INTERREG III, lembramos que esta soma resulta da contribuição da Espanha (27,5 Meuros), de França (22,7 Meuros), de Portugal (15,534735 Meuros) e do Reino Unido (0,424999 Meuros). Estes montantes tomam em consideração a indexação para o período 2000-2003.

A taxa média de contrapartidas nacionais, que é de **39,8%,** resulta do nível de contrapartida calculado em cada Estado Membro, que tem em consideração o estatuto das diferentes regiões implicadas, relativamente à sua elegibilidade em relação aos objectivos prioritários, de acordo com os termos do parágrafo 3º do artigo 29º do regulamento 1260/99 do Conselho de 21 de Junho de 1999.

A distribuição do custo total por prioridade é a seguinte:

| **Prioridades Estratégicas** | **Distribuição (em %)** |
|---|---|
| **PRIORIDADE 1** : Estruturação policêntrica do espaço e reforço de pólos de competências | 28 |
| **PRIORIDADE 2** : Gestão do património cultural e natural e promoção do ambiente | 27 |
| **PRIORIDADE 3** : Desenvolvimento de sistemas de comunicação eficazes e melhoria do acesso à sociedade de informação | 29 |
| **PRIORIDADE 4** : Desenvolvimento dum quadro de cooperação permanente pelos actores do SUDOE através da implementação de acções territoriais comuns | 8 |
| **PRIORIDADE 5** : Assistência técnica | 8 |

A participação do sector privado está aberta a todas as medidas do programa e poderá atingir um nível indicativo de 5% do custo total do programa. Este percentagem é indicativa e será, se for caso disso, modulada em função da concretização dos projectos implicando parceiros neste sector. No entanto, o montante da contribuição do sector privado indicado nos quadros financeiros das páginas seguintes é igual a zero dado que os Estados Membros preferem raciocinar em termos de despesa pública para o acompanhamento do programa(1) . O montante previsto para as despesas da assistência técnica, de acordo com a ficha n°11 das regras de elegibilidade é de **8,791992 M€,** o que corresponde a **8%** do custo total do programa. Esta taxa poderá evoluir em função das despesas originadas durante os primeiros anos e das necessidades estimadas para os anos seguintes. Todavia, as despesas relativas à gestão, implementação, acompanhamento e controlo não poderão exceder 5% da contribuição total do FEDER para o programa.
O complemento de programação fará a discriminação financeira entre as diferentes medidas bem como a assistência técnica.

Os quadros financeiros das páginas seguintes mostram a afectação indicativa do FEDER :

- Por prioridade para o conjunto do período ;
- Por prioridade e por ano de 2000 a 2006 ;
- Por ano sem distinção das prioridades.

**INTERREG III-B SUDOE**

**Quadro financeiro indicativo – Discriminação por prioridade (2000-2006)**

**Espanha, França, Portugal, Reino Unido (Gibraltar)**

**MEuros**

| Prioridades estratégicas | Custo total em % | Despesas públicas | | | Contribuição sector privado [1] |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | FEDER | Contrapartidas nacionais | |
| **Prioridade 1**<br>Estruturação policêntrica do espaço e reforço dos pólos de competências | 28 | 30,771968 | 18,524725 | 12,247243 | 0,000000 |
| **Prioridade 2**<br>Gestão do património cultural e natural e promoção do ambiente | 27 | 29,672970 | 17,863128 | 11,809842 | 0,000000 |
| **Prioridade 3**<br>Desenvolvimento de sistemas de transportes eficazes e sustentáveis e melhoria do acesso à sociedade de informação | 29 | 31,870968 | 19,186323 | 12,684645 | 0,000000 |
| **Prioridade 4**<br>Desenvolvimento dum quadro de cooperação permanente pelos actores do SUDOE através da implementação de acções territoriais comuns | 8 | 8,791992 | 5,292779 | 3,499213 | 0,000000 |
| **Prioridade 5**<br>Assistência técnica | 8 | 8,791992 | 5,292779 | 3,499213 | 0,000000 |
| **TOTAL** | **100** | **109,899890** | **66,159734** | **43,740156** | **0,000000** |

[1] A participação do sector privado está aberta em todas as medidas do programa e poderá atingir um nível indicativo de 5% do custo total do programa

**INTERREG III-B SUDOE**

**Quadro financeiro indicativo – Discriminação por ano e por Prioridade**

**Espanha, França, Portugal, Reino Unido (Gibraltar)**

**2000** **MEuros**

| Prioridades estratégicas | Custo total | Despesa pública | | | Contribuição sector privado[1] |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | FEDER | Contrapartidas nacionais | |
| Prioridade 1 | 0,000000 | 0,000000 | 0,000000 | 0,000000 | 0,000000 |
| Prioridade 2 | 0,000000 | 0,000000 | 0,000000 | 0,000000 | 0,000000 |
| Prioridade 3 | 0,000000 | 0,000000 | 0,000000 | 0,000000 | 0,000000 |
| Prioridade 4 | 0,000000 | 0,000000 | 0,000000 | 0,000000 | 0,000000 |
| Prioridade 5 | 0,000000 | 0,000000 | 0,000000 | 0,000000 | 0,000000 |
| **TOTAL** | 0,000000 | 0,000000 | 0,000000 | 0,000000 | 0,000000 |

**2001** **MEuros**

| Prioridades estratégicas | Custo total | Despesa pública | | | Contribuição sector privado[1] |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | FEDER | Contrapartidas nacionais | |
| Prioridade 1 | 4,599417 | 4,599417 | 2,768849 | 1,830568 | 0,000000 |
| Prioridade 2 | 4,435151 | 4,435151 | 2,669961 | 1,765190 | 0,000000 |
| Prioridade 3 | 4,763681 | 4,763681 | 2,867736 | 1,895945 | 0,000000 |
| Prioridade 4 | 1,314118 | 1,314118 | 0,791099 | 0,523019 | 0,000000 |
| Prioridade 5 | 1,314118 | 1,314118 | 0,791099 | 0,523019 | 0,000000 |
| **TOTAL** | 16,426485 | 16,426485 | 9,888744 | 6,537741 | 0,000000 |

**2002** **MEuros**

| Prioridades estratégicas | Custo total | Despesa pública | | | Contribuição sector privado[1] |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | FEDER | Contrapartidas nacionais | |
| Prioridade 1 | 5,214886 | 5,214886 | 3,139361 | 2,075525 | 0,000000 |
| Prioridade 2 | 5,028638 | 5,028638 | 3,027240 | 2,001398 | 0,000000 |
| Prioridade 3 | 5,401131 | 5,401131 | 3,251481 | 2,149650 | 0,000000 |
| Prioridade 4 | 1,489967 | 1,489967 | 0,896960 | 0,593007 | 0,000000 |
| Prioridade 5 | 1,489967 | 1,489967 | 0,896960 | 0,593007 | 0,000000 |
| **TOTAL** | 18,624588 | 18,624588 | 11,212002 | 7,412587 | 0,000000 |

(2) (1) A participação do sector privado está aberta em todas as medidas do programa e poderá atingir um nível indicativo de 5% do custo total do programa

**MEuros**

**2003**

| Prioridades estratégicas | Custo total | Despesa pública | | | Contribuição sector privado[1] |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | FEDER | Contrapartidas nacionais | |
| Prioridade 1 | 5,212560 | 5,212560 | 3,137961 | 2,074599 | 0,000000 |
| Prioridade 2 | 5,026395 | 5,026395 | 3,025890 | 2,000505 | 0,000000 |
| Prioridade 3 | 5,398723 | 5,398723 | 3,250031 | 2,148692 | 0,000000 |
| Prioridade 4 | 1,489302 | 1,489302 | 0,896560 | 0,592742 | 0,000000 |
| Prioridade 5 | 1,489302 | 1,489302 | 0,896560 | 0,592742 | 0,000000 |
| **TOTAL** | 18,616282 | 18,616282 | 11,207002 | 7,409280 | 0,000000 |

**2004**

**MEuros**

| Prioridades estratégicas | Custo total | Despesa pública | | | Contribuição sector privado[1] |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | FEDER | Contrapartidas nacionais | |
| Prioridade 1 | 5,246086 | 5,246086 | 3,158144 | 2,087942 | 0,000000 |
| Prioridade 2 | 5,058726 | 5,058726 | 3,045353 | 2,013373 | 0,000000 |
| Prioridade 3 | 5,433445 | 5,433445 | 3,270934 | 2,162511 | 0,000000 |
| Prioridade 4 | 1,498882 | 1,498882 | 0,902327 | 0,596555 | 0,000000 |
| Prioridade 5 | 1,498882 | 1,498882 | 0,902327 | 0,596555 | 0,000000 |
| **TOTAL** | 18,736022 | 18,736022 | 11,279085 | 7,456937 | 0,000000 |

**2005**

**MEuros**

| Prioridades estratégicas | Custo total | Despesa pública | | | Contribuição sector privado[1] |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | FEDER | Contrapartidas nacionais | |
| Prioridade 1 | 5,257032 | 5,257032 | 3,164733 | 2,092299 | 0,000000 |
| Prioridade 2 | 5,069279 | 5,069279 | 3,051706 | 2,017573 | 0,000000 |
| Prioridade 3 | 5,444782 | 5,444782 | 3,277759 | 2,167023 | 0,000000 |
| Prioridade 4 | 1,502008 | 1,502008 | 0,904209 | 0,597799 | 0,000000 |
| Prioridade 5 | 1,502008 | 1,502008 | 0,904209 | 0,597799 | 0,000000 |
| **TOTAL** | 18,775110 | 18,775110 | 11,302616 | 7,472494 | 0,000000 |

**2006**

**MEuros**

| Prioridades estratégicas | Custo total | Despesa pública | | | Contribuição sector privado[1] |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | FEDER | Contrapartidas nacionais | |
| Prioridade 1 | 5,241993 | 5,241993 | 3,155680 | 2,086313 | 0,000000 |
| Prioridade 2 | 5,054779 | 5,054779 | 3,042977 | 2,011802 | 0,000000 |
| Prioridade 3 | 5,429206 | 5,429206 | 3,268382 | 2,160824 | 0,000000 |
| Prioridade 4 | 1,497713 | 1,497713 | 0,901623 | 0,596090 | 0,000000 |
| Prioridade 5 | 1,497713 | 1,497713 | 0,901623 | 0,596090 | 0,000000 |
| **TOTAL** | 18,721404 | 18,721404 | 11,270285 | 7,451119 | 0,000000 |

[1] A participação do sector privado está aberta em todas as medidas do programa e poderá atingir um nível indicativo de 5% do custo total do programa

**INTERREG III-B SUDOE**

**Quadro financeiro indicativo – Discriminação por ano**

**Espanha, França, Portugal, Reino Unido (Gibraltar)**

**MEuros**

| | Custo total | Despesa pública | | | Contribuição sector privado[1] |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | FEDER | Contrapartidas nacionais | |
| 2000 | 0,000000 | 0,000000 | 0,000000 | 0,000000 | 0,000000 |
| 2001 | 16,426485 | 16,426485 | 9,888744 | 6,537741 | 0,000000 |
| 2002 | 18,624588 | 18,624588 | 11,212002 | 7,412586 | 0,000000 |
| 2003 | 18,616282 | 18,616282 | 11,207002 | 7,409280 | 0,000000 |
| 2004 | 18,736022 | 18,736022 | 11,279085 | 7,456937 | 0,000000 |
| 2005 | 18,775110 | 18,775110 | 11,302616 | 7,472494 | 0,000000 |
| 2006 | 18,721404 | 18,721404 | 11,270285 | 7,451119 | 0,000000 |
| **TOTAL** | **109,899890** | **109,899890** | **66,159734** | **43,740156** | **0,000000** |

(3) A participação do sector privado está aberta em todas as medidas do programa e poderá atingir um nível indicativo de 5% do custo total do programa

# CAPÍTULO 7 : AVALIAÇÃO EX ANTE

Para realizar a avaliação ex ante resumida nas páginas seguintes, a equipa de avaliação baseou-se num anteprojecto de P.O. SUDOE (versão de 18 de Outubro de 2000), e depois no projecto apresentado durante o seminário transnacional de Santander no quadro do processo interactivo estabelecido no contrato de avaliação.
A situação da zona elegível encontra-se resumida nas provas recenseadas no seio da matriz Pontos Fortes-Pontos Fracos-Oportunidades-Ameaças (FFOA) da zona apresentada no P.O.. Esta matriz baseia-se em elementos do diagnóstico socio-económico realizado pelas entidades já referida, CAP, C3E e CESO.

## 7.1. ANÁLISE DA ESTRATÉGIA E DA COERÊNCIA EXTERNA DO PROGRAMA

### 7.1.1. Análise da pertinência dos objectivos do programa relativamente aos pontos fortes e pontos fracos do sudoeste europeu

A apreciação da pertinência dos impactos esperados (objectivos estratégicos) definidos no programa relativamente às fraquezas e ameaças identificadas pela análise SWOT realizada para o espaço de cooperação apresenta um interesse muito particular. Com a ajuda duma matriz (matriz 1) aprecia-se assim, com base numa escala de 0 a 5, (os valores possíveis sendo **0** para contribuição nula, **1** para contribuição mínima, **3** para contribuição significativa, **5** para contribuição muito importante), o grau de pertinência dos objectivos relativamente aos ponto fracos identificados e expressos no diagnóstico socio-económico do SUDOE.

Como indicam os resultados desta matriz, e de acordo com os principais objectivos do programa INTERREG, os objectivos estratégicos, aos quais correspondem eixos de intervenção definidos, parecem totalmente adequados para a obtenção de resultados através da cooperação das regiões nos campos da investigação e desenvolvimento (I&D), de gestão sustentável do património natural e cultural e no âmbito do desenvolvimento da sociedade de informação.
Além disso, se bem que as acções directas no campo dos recursos humanos não façam parte dos principais objectivos do programa, as conquistas conseguidas noutros campos poderiam ter consequências positivas, a longo prazo, sobre o emprego e a formação, bem como sobre a distribuição territorial da população.
O primeiro objectivo estratégico é o que à priori integra mais as fraquezas do território identificadas no quadro do diagnóstico. Isto é lógico no sentido em que se trata de um objectivo estratégico bastante "globalisante" que corresponde de facto às próprias finalidades do programa INTERREG III B.
Quanto aos pontos fortes e oportunidades do espaço (matriz 2), a sua tomada em consideração é sobretudo visível para os aspectos ligados ao ambiente e ao desenvolvimento turístico, ao desenvolvimento da sociedade de informação e ao dinamismo urbano.

## MATRIZ 1- ANÁLISE DA PERTINÊNCIA DOS OBJECTIVOS RELATIVAMENTE ÀS FRAQUEZAS E AMEAÇAS DO ESPAÇO SUDOE

| | FRAQUEZAS E AMEAÇAS DO ESPAÇO SUDOE | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS** | Envelhecimento da população, taxa de crescimento natural fraca, densidade populacional fraca, despovoamento crescente das zonas rurais | Taxas de desemprego elevadas (longa duração, mulheres e jovens), fraco nível de formação dos recursos humanos, sazonalidade elevada | Nível de tratamento dos detritos fraco, desequilíbrio na distribuição dos recursos hídricos, nível insuficiente de protecção e gestão sustentável do património natural e cultural | Nível fraco de investimento em I&D, nível fraco de desenvolvimento da sociedade de informação e dos serviços às empresas, predominância das actividades (agricultura e serviços) com fraco conteúdo tecnológico | **Soma por linha** |
| **Aumentar o nível de integração** | **3** | **1** | **3** | **3** | **10** |
| **Formar uma zona de carácter sustentável na Europa** | **1** | **0** | **5** | **1** | **7** |
| **Desenvolver a economia do SUDOE e reforçar a sua posição na economia mundial** | **1** | **3** | **0** | **1** | **5** |
| **Integrar as cooperações transnacionais nas estratégias de desenvolvimento promovidas pelos actores públicos, nacionais, regionais e locais** | **0** | **1** | **3** | **3** | **7** |
| **Soma por coluna** | **5** | **5** | **11** | **8** | |

## MATRIZ 2- TOMADA EM CONSIDERAÇÃO DOS PONTOS FORTES E OPORTUNIDADES DO SUDOE PELOS OBJECTIVOS DO PROGRAMA

| | PONTOS FORTES E OPORTUNIDADES DO ESPAÇO SUDOE | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS** | Taxa de desemprego em baixa, ritmo elevado de criação de empregos, integração crescente das mulheres, melhor formação, mercado de trabalho mais flexível | Capital elevado e diversidade dos recursos ambientais, património natural e cultural rico, preocupação crescente pela gestão sustentável dos recursos | Forte dinamismo urbano, importante potencial de qualidade de vida urbana, abertura marítima para a África e América, forte potencial turístico, | Motivação elevada para o desenvolvimento da sociedade de informação, crescimento mundial sustentado que garante uma procura externa, desenvolvimento dos serviços para pessoas idosas | **Soma por linha** |
| **Aumentar o nível de integração** | **1** | **3** | **5** | **3** | **12** |
| **Formar uma zona de carácter sustentável na Europa** | **1** | **5** | **1** | **1** | **8** |
| **Desenvolver a economia do SUDOE e reforçar a sua posição na economia mundial** | **3** | **1** | **3** | **5** | **12** |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Integrar as cooperações transnacionais nas estratégias de desenvolvimento promovidas pelos actores públicos, nacionais, regionais e locais** | **0** | **1** | **1** | **3** | **5** |
| **Soma por coluna** | **5** | **10** | **10** | **12** | |

### 7.1.2. Coerência com as políticas comunitárias

A análise da coerência e dos efeitos esperados do P.O. (PO) passa por uma análise da tomada em consideração das políticas comunitárias, em particular dos objectivos de coesão social, de igualdade de oportunidades, de desenvolvimento sustentável, o que se revela ainda mais pertinente num contexto de alargamento e aprofundamento da construção europeia que lança novos desafios em matéria de convergência e coordenação de políticas.

As grandes prioridades que orientam a "agenda europeia" para o período de programação 2000-2006, desenvolvidos na linha da agenda 2000 e finalmente aprovadas depois de modificações substanciais aquando da cimeira de Berlim em Março de 1999, estão efectivamente centradas na promoção dum desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável do território europeu e das actividades económicas, num nível importante de competitividade, no crescimento do emprego, na melhoria da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e numa melhor protecção do ambiente.

As orientações da Comissão para o programa INTERREG fazem referência a "um mais alto nível de integração territorial no seio de vastos agrupamentos de regiões europeias, com o objectivo de alcançar um desenvolvimento sustentável, harmonioso e equilibrado na Comunidade, e uma melhor integração territorial com os países candidatos e os outros países vizinhos". Este objectivo é tomado em consideração na prioridade 1, nomeadamente graças ao desenvolvimento de redes de cidades de malhas urbano-rurais susceptíveis de transpor as fronteiras.

A integração das políticas de ordenamento do território neste contexto, estabelece-se através do EDEC (Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário aprovado durante o Conselho Informal dos Ministros em Maio de 1999 em Potsdam) que estabelece três grandes prioridades :

- O desenvolvimento espacial policêntrico e uma nova relação entre zonas rurais e urbanas ;
- A igualdade no acesso às infra-estruturas e ao conhecimento ;
- A gestão sustentável do património natural e cultural.

Os grandes desafios enunciados neste documento fazem assim referência à coesão económica e social, ao desenvolvimento sustentável e à competitividade equilibrada do território europeu.
As orientações estratégicas estabelecidas no âmbito do P.O. vão no sentido das do EDEC, sem que haja todavia uma tomada em consideração muito marcada do contexto particular da zona do SUDOE : presença das cidades costeiras, etc.

No que respeita o ambiente e a igualdade de oportunidades, estas duas prioridades são tomadas em consideração de forma transversal e é encarada a referência ao princípio do desenvolvimento sustentável.

Uma grande parte das medidas propostas está efectivamente directa ou indirectamente associada à integração dos aspectos ambientais. O ambiente é largamente integrado no eixo 2 e as outras

prioridades fazem igualmente referência a este princípio, como sendo uma condição a tomar em consideração na implementação dos projectos.
Em contrapartida, a integração do princípio da igualdade de oportunidades é mais delicada. Uma parte significativa das acções programadas permanecerá muito provavelmente sem relação com a igualdade de oportunidades. Trata-se, para o conjunto das actividades do PO, de garantir uma informação igual sobre a possibilidade de fazer projectos, promover uma igual capacidade de formular projectos, garantir a equidade nos procedimentos no que diz respeito a este princípio.

## 7.2. ANÁLISE DA COERÊNCIA INTERNA DO PROGRAMA

### 7.2.1. Introdução

Para analisar a coerência interna do programa, iremos verificar que os objectivos das sub-medidas decorrem logicamente dos objectivos definidos para as medidas e para os eixos do programa. A árvore dos objectivos que figura na página 61, permite determinar a contribuição dos objectivos de nível inferior (acções) para os objectivos de nível superior (mais globais) Esta árvore de objectivos foi elaborada pelos redactores do P.O. INTERREG III B SUDOE.

O objectivo estratégico "aumentar o nível de integração do SUDOE" aparece no entanto como muito geral, corresponde ao objectivo global e merece ser mais explícito.

### 7.2.2. Adequação eixos - objectivos

Os resultados agrupados na matriz 3 apresentada a seguir mostram o nível elevado de coerência entre os eixos estratégicos e os objectivos finais do programa. Concretamente, o aumento do nível de integração no espaço do SUDOE, que é um dos principais objectivos do programa, é ao mesmo tempo, o objectivo a que responde melhor a articulação dos eixos de intervenção propostos.
Além disso, é possível ver como os eixos de intervenção prioritários parecem contribuir igualmente para os outros objectivos, como por exemplo, formar uma zona de carácter sustentável e levar os actores públicos regionais e locais a integrar a cooperação inter-regional e transnacional na sua estratégia de desenvolvimento.
Enfim, podemos pensar que o desenvolvimento da economia do SUDOE e o reforço da sua posição na economia mundo, ao mesmo tempo que sendo um objectivo muito importante, constitui um objectivo mais a longo prazo que só dificilmente pode ser concretizado através de um eixo de intervenção, mas para o qual contribuirão sem dúvida os resultados obtidos noutros campos.

Na matriz 3, podemos apreciar igualmente o nível de interacção entre os eixos prioritários e os objectivos globais do PO. A prioridade 4 é a que integra mais o conjunto dos objectivos estratégicos, se considerarmos a soma das "linhas". Isto explica-se pelo facto deste eixo ser o mais "transversal", como detalhado na análise das diferentes prioridades.

Contrariamente, o eixo 2 é mais específico. Esta prioridade integra os aspectos ambientais, que são mais perceptíveis na definição do objectivo estratégico fazendo referência ao desenvolvimento sustentável.

## MATRIZ 3- IMPACTOS DOS EIXOS PRIORITÁRIOS SOBRE OS OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DO PO

| | OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DO PO | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| EIXOS PRIORITÁRIOS | Aumentar o nível de integração | Formar uma zona de carácter sustentável na Europa | Desenvolver a economia do SUDOE e reforçar a sua posição na economia mundial | Integrar as cooperações transnacionais nas estratégias de desenvolvimento promovidas pelos actores públicos nacionais, regionais e locais | Soma por linha |
| 1. Estruturação policêntrica do espaço e reforço dos pólos de competência | 5 | 3 | 3 | 3 | 14 |
| 2. Gestão do património cultural e natural e promoção do ambiente | 1 | 5 | 3 | 1 | 10 |
| 3. Desenvolvimento de sistemas de transporte eficazes e melhoria do acesso à sociedade de informação | 5 | 3 | 3 | 3 | 14 |
| 4. Promoção de métodos, de estruturas e de ferramentas territoriais comuns ao serviço do reforço da identidade do SUDOE no contexto mundial | 5 | 3 | 3 | 5 | 16 |
| Soma por coluna | 16 | 14 | 12 | 12 | |

### 7.2.3. Coerência entre as orientações do programa

O estudo da coerência dum programa pode ser realizado analisando as sinergias que se produzem entre os diferentes eixos prioritários que o compõem. Estas sinergias são interpretadas como a capacidade que tem cada eixo (com os seus objectivos e o conjunto das medidas a implementar) de interagir com os outros eixos e contribuir assim, conjuntamente, para os objectivos do programa.
A capacidade que um eixo tem para influir sobre a implementação dos outros pode produzir-se de duas maneiras :

- Pela sua dependência relativamente aos outros eixos ;
- Pela sua influência intrínseca sobre os outros eixos, para os quais contribui através da sua implementação

Ao aplicar a mesma escala de pontos estabelecida anteriormente, obtemos os resultados apresentados na matriz 4, na qual se define a intensidade das relações entre os diferentes eixos definidos no programa. Calcula-se sobre esta base as somas das relações entre os eixos por linha e por coluna, a fim de identificar o efeito líquido desta dupla influência.

A soma por coluna mostra a sensibilidade do eixo em questão relativamente à execução dos outros, isto é, os efeitos e sinergias recebidos. A matriz mostra que o eixo *Promoção de métodos, de estruturas e de ferramentas territoriais comuns ao serviço do reforço da identidade do SUDOE no*

*contexto mundial* é aquele que mais depende do nível de execução dos outros, o que é totalmente coerente com a implementação do P.O.. Os três outros eixos têm uma notação muito semelhante, quer isto dizer que dependem mais ou menos da mesma maneira do nível de execução dos outros.

## MATRIZ 4 – SINERGIAS NA ARTICULAÇÃO DOS EIXOS ESTRATÉGICOS

| EIXOS PRIORITÁRIOS | Eixo 1 | Eixo 2 | Eixo 3 | Eixo 4 |
|---|---|---|---|---|
| 1. Estruturação policêntrica do espaço e reforço dos pólos de competência | | 1 | 3 | 3 |
| 2. Gestão do património cultural e natural e promoção do ambiente | 0 | | 0 | 3 |
| 3. Desenvolvimento de sistemas de transporte eficazes e sustentáveis e melhoria do acesso à sociedade de informação | 3 | 1 | | 5 |
| 4. Promoção de métodos, estruturas e ferramentas territoriais comuns ao serviço do reforço da identidade do SUDOE no contexto mundial | 1 | 1 | 1 | |
| Soma por coluna | 4 | 3 | 4 | 11 |
| Soma por linha | 7 | 3 | 9 | 3 |
| Soma por linha + coluna | 11 | 6 | 13 | 14 |
| Diferença linha – coluna | 3 | 0 | 5 | -8 |

A soma por linha interpreta-se como sendo a capacidade que um eixo tem de favorecer a realização do conjunto dos eixos do programa, reflectindo assim o grau de influência ou de sinergia trazido aos outros eixos. Neste caso, a matriz mostra claramente que o *Desenvolvimento de sistemas de transportes eficazes e sustentáveis e a melhoria do acesso à sociedade de informação* é o eixo que mais influi sobre os outros. Em seguida aparece a *Estruturação policêntrica do espaço e o reforço dos pólos de competência* como um eixo indispensável para a execução dos outros eixos do programa.

A soma das linhas e das colunas reflecte o nível de entrelaçamento dum eixo no seio da árvore dos objectivos, quer seja favorecendo a realização dos outros eixos, recebendo os efeitos dos outros ou os dois fenómenos ao mesmo tempo. O eixo que se entrelaça melhor nos objectivos do programa é, tal como o demonstra o resultado da matriz, o eixo da *Promoção de métodos, estruturas e ferramentas territoriais comuns ao serviço do reforço da identidade do SUDOE no contexto mundial.* Em seguida, aparece o *Desenvolvimento de sistemas de transporte eficazes e sustentáveis e a melhoria do acesso à sociedade de informação* e em terceira posição, a *Estruturação policêntrica do espaço e o reforço dos pólos de competência.*

A diferença das linhas e das colunas pode dar lugar a duas interpretações possíveis :

- As diferenças positivas mostram a predominância, no seio do eixo, do seu lado "impulsionador" ;
- As diferenças negativas mostram que, para o eixo, a faceta "recebedora" de efeitos é mais importante que a faceta "impulsionadora".

Na análise realizada, é preciso realçar que o lado “impulsionador” para a realização dos outros eixos estratégicos fica demonstrado no caso dos transportes e telecomunicações e da estruturação

policêntrica, enquanto que o eixo “gestão do património natural e cultural” tem um carácter misto (impulsiona mas depende também dos efeitos dos outros) e o último eixo, *Promoção de métodos, estruturas e ferramentas territoriais comuns ao serviço da identidade do SUDOE no contexto mundial* tem um carácter claramente mais "receptor" que os outros eixos, na linha do que tinha sido observado anteriormente.

Os resultados das diferentes matrizes mostram que este P.O. tem um nível de coerência elevado, uma vez que os eixos estratégicos respondem aos objectivos do programa e que sinergias pertinentes parece ser geradas entre os diferentes eixos que o compõem.

**7.2.4. Análise detalhada dos eixos prioritários do PO**

No que respeita mais especificamente o eixo prioritário 2, tendo em conta a análise do espaço do SUDOE (preservação e valorização insuficiente dos recursos naturais e ambientais, degradação paisagística, valorização insuficiente do património natural e histórico, etc.), as medidas propostas parecem integrar bem as prioridades e objectivos definidos para o programa INTERREG III B.

A importância atribuída, a nível europeu, no que se refere à resolução dos problemas ambientais e à valorização e conservação dos bens culturais, justificam a integração deste novo eixo prioritário. Ressalta, aliás, do estudo preparatório para a avaliação ex post do INTERREG II C que a integração dos elementos ambientais tinha um peso significativo nos projectos apresentados e nas recomendações resultantes desta análise. A integração dos aspectos culturais está de acordo com o conteúdo do primeiro programa-quadro para a cultura a nível europeu, que atribui uma grande importância à articulação entre cultura, desenvolvimento e emprego. Esta nova abordagem europeia, do ponto de vista do objectivo global europeu de coesão económica e social, contribui para a valorização do conceito de "convergência estrutural", para além dos esforços de convergência nominal e de convergência real.

Com efeito, este eixo prioritário tem uma importância estratégica na medida em que a convergência estrutural constitui um processo endógeno no qual aparecem elementos cruciais definindo dum lado a qualidade de vida, nomeadamente os recursos humanos, o nível de educação e os recursos culturais e patrimoniais, e determinando, por outro lado, a longo prazo, uma maior capacidade de aprendizagem, de criação de riquezas e distribuição dos "frutos" do crescimento a favor de níveis mais elevados de coesão social, equilíbrio territorial e dum ambiente de qualidade.
Convém no entanto precisar o contexto deste eixo, do ponto de vista da sua articulação e das suas complementaridades com os programas europeus específicos sobre questões ambientais.

Assim, e particularmente no que respeita às acções ligadas ao desenvolvimento sustentável, constata-se uma coerência intrínseca, nomeadamente para os aspectos de preservação e melhoria do valor patrimonial dos espaços naturais e dos seus recursos, para a valorização do património cultural, e a integração destes dois aspectos no âmbito da medida 2.3 visando apoiar projectos para o desenvolvimento de novas formas de gestão dos patrimónios cultural e ambiental.

Os desafios para o desenvolvimento sustentável baseiam-se simultaneamente na prosperidade económica, na protecção da natureza e num equilíbrio social e ambiental, razão pela qual a abordagem prevista a nível deste eixo estabelece um compromisso de procura de desenvolvimento sustentável, desenvolvendo soluções inovadoras e adaptadas para alcançar a coesão económica e social.

Relativamente ao objectivo *« aumentar o nível de integração do SUDOE »*, convém sublinhar a importância da transversalidade dos patrimónios natural, ambiental, cultural, no que respeita a promoção duma gestão sustentável dos recursos naturais e uma melhoria da qualidade ambiental. Deste ponto de vista, a protecção e valorização do património natural, no âmbito duma estratégia de preservação da natureza e da biodiversidade, são aspectos bem definidos pelas medidas propostas.

Este eixo prioritário 2 permite promover acções que testemunham dum espaço unido à volta dum património comum enriquecido pela sua diversidade, na medida em que se baseia em dois pilares fundamentais que são :

- O património cultural, que constitui um elemento próprio e evolutivo da criatividade e das mudanças. Representa uma memória, um espaço de encontro e de convívio, em suma um capital fundamental no plano humano e do ponto de vista da qualidade de vida. Traz um valor acrescentado que corresponde às exigências em termos de coesão social e de desenvolvimento económico.
- O património natural, nas suas dimensões biológica e paisagística, e pela sua imensa diversidade, representa valores estéticos, culturais, científicos, recreativos e económicos que na sua globalidade são fundamentais para todo o espaço SUDOE e geralmente para toda a Europa.

A dimensão humana e de coesão social dos patrimónios cultural, natural e ambiental são assim sublinhadas, bem como o sentimento de coesão e de pertença ao SUDOE que veicula, permitindo assim obter um potencial didáctico e educativo tendo em vista responsabilizar as gerações futuras sobre a importância de o proteger, preservar e valorizar. O impacto esperado parece significativo, mas com efeitos a médio e longo prazo fortemente dependentes de numerosos actores.
Além disso, este eixo não produz impactos significativos a nível da economia do SUDOE, e do ponto de vista dos factores de competitividade estritamente económicos. Assim, o objectivo das intervenções propostas não procura a rentabilidade económica e financeira no sentido estrito. No entanto, pela promoção de novos valores ao nível da oferta cultural e ambiental, estas intervenções representam factores económicos de importância crescente, em particular em escalas de valores onde a diferenciação e os factores imateriais se separam em termos de criação de riqueza.
Finalmente, em ligação com a promoção de estratégias transnacionais de desenvolvimento por actores locais e regionais, os impactos surgem como muito significativos, na medida em que a troca de conhecimentos e/ou experiências representa um valor acrescentado importante na definição de políticas e programas públicos. De facto, pela sua natureza, este eixo integra como elemento fundamental a definição de estratégias com um carácter supranacional.

## 7.3. DA ESTIMATIVA DOS IMPACTOS À QUANTIFICAÇÃO DOS OBJECTIVOS

A Comunicação da Comissão aos Estados Membros precisa no §5, alínea 25 que os programas INTERREG III devem incluir dum lado "uma avaliação ex ante que analisa o impacto esperado" (cf. Trabalho sobre a pertinência e a coerência – matriz de impactos) e por outro lado "uma descrição da estratégia e das prioridades" …. incluindo nomeadamente objectivos específicos "quantificados quando possível".
Os parceiros subdividiram os objectivos estratégicos em objectivos mais específicos identificados nos eixos e nas medidas. A árvore de objectivos retoma este encaminhamento.

O estudo realizado até agora, e mais precisamente a matriz 3 que apresenta os impactos dos eixos prioritários sobre os objectivos finais (objectivos estratégicos definidos pelos parceiros), fornece algumas pistas para estimar a amplitude dos efeitos esperados dos eixos estabelecidos e para hierarquizá-los. Os parceiros poderão tomar em conta esta hierarquização no momento da definição e quantificação de indicadores, e centrar-se nas prioridades e medidas mais importantes. A hierarquização dos objectivos é igualmente útil para definir a repartição orçamental entre eixos diferentes.
A quantificação dos objectivos ao nível das medidas e das sub-medidas será abordada mais pormenorizadamente no complemento de programação. A este nível mais operacional, a quantificação poderá desdobrar-se em indicadores de recursos, de realização, de resultado e de impacto.

## 7.4. ANÁLISE DAS DISPOSIÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

### 7.4.1. Disposições de gestão

As disposições de implementação prevêem o estabelecimento de várias estruturas :

- Um Comité de Acompanhamento
- Um Comité de Programação
- Uma autoridade de gestão à qual está ligada uma autoridade de pagamento
- Um secretariado comum composto por uma célula de coordenação ligada à autoridade de gestão e por uma rede de correspondentes nacionais.

Duma maneira geral, as disposições de implementação propostas tomam em consideração as dificuldades encontradas ao longo do antigo programa, como o provam a composição e o papel do Comité de Acompanhamento e do Secretariado Comum.

A composição do Comité de Acompanhamento para o período 2000-2006 integrou as disposições da Comissão na medida em que prevê a participação de representantes de organismos socio-económicos (contrariamente ao programa anterior, em que o Comité de Acompanhamento era composto por representantes dos Estados participantes e da Comissão). A comunicação da CE de 28.04.2000 indica com efeito, (§6, alínea 28) que "a participação dos parceiros económicos e sociais e das organizações não governamentais é desejável".

As disposições para o novo programa prevêem o estabelecimento dum secretariado comum composto por duas entidades, nomeadamente correspondentes nacionais (um por Estado Membro). Esta iniciativa é interessante e trará sem dúvida mais legibilidade ao programa e à sua implementação. Com efeito, o inquérito conduzido no âmbito do estudo preparatório para a avaliação ex post do programa INTERREG II C tinha, nomeadamente, feito sobressair a falta de gestão e de interlocutor para o bom desenvolvimento dos projectos. A identificação dum interlocutor deveria contribuir para reforçar este aspecto.
Uma estratégia de informação mais marcada vai igualmente neste sentido. Os correspondentes nacionais são supostos, efectivamente, desempenhar este papel de "substituição da célula de coordenação em matéria de informação, de animação e da ajuda à montagem do projecto".

O Secretariado Comum prevê o estabelecimento de ferramentas de informação, de promoção do programa : documentos de comunicação, site INTERNET. As ferramentas de comunicação são invocadas, sem que por isso já tenham sido estabelecidas com precisão. A informação deveria intervir nas diferentes fases de implementação do programa :

- No lançamento do programa, para melhor dar a conhecer as possibilidades de financiamento, os critérios de selecção, os objectivos do programa, e sensibilizar assim os potenciais beneficiários ;
- Durante a implementação, para facilitar as trocas de experiências, apresentar os projectos que estão em curso, … A avaliação pode desempenhar um papel importante neste sentido. A análise qualitativa de projectos, com inquéritos no terreno, pode realmente permitir identificar as “boas práticas” das experiências que seria interessante difundir. O desenvolvimento duma ferramenta INTERNET, a organização de "colóquios", … são ferramentas úteis para este efeito.

O estabelecimento dum sistema comum de gestão financeira vai no sentido dum dispositivo mais integrado, como o recomenda a Comissão. A Comunicação da Comissão precisa que a participação do FEDER deve ser depositada numa conta comum e depois paga aos beneficiários finais. O projecto PO responde a estas exigências.

Os participantes interrogados no quadro do inquérito conduzido no âmbito do estudo preparatório para a avaliação ex post do INTERREG II C indicavam o peso da estrutura administrativa, nomeadamente os longos prazos antes da concessão dos financiamentos. A experiência do programa precedente e as novas disposições que parecem mais estruturadas, poderiam atenuar estas fraquezas. Convém no entanto zelar no sentido de bem identificar os interlocutores e precisar o papel de cada um ; a multiplicidade de interlocutores poderia levar a uma confusão dos papeis e a tornar a acção mais pesada.
O estudo sublinhava igualmente a falta de transparência no procedimento de apresentação e instrução dos projectos. As disposições para o novo programa prevêem uma selecção fazendo intervir a célula de coordenação, em ligação com os correspondentes nacionais. Os critérios de selecção não são afixados por agora mas serão integrados no complemento de programação. Convirá torná-los visíveis e explícitos para os potenciais beneficiários. Este poderá ser igualmente o papel dos correspondentes nacionais.

Está previsto que uma notificação – carta de outorga seja dirigida aos correspondentes e chefes de projecto pela célula de coordenação. Importa que esta notificação, acompanhada da justificação da escolha, seja respeitada e aplicada igualmente para os projectos não seleccionados.

**7.4.2. Disposições para o acompanhamento e a avaliação**

As disposições para a avaliação são apresentadas muito brevemente. O PO faz simplesmente referência aos dois prazos : avaliação intercalar e avaliação ex post. Ainda não houve uma reflexão muito aprofundada sobre a implementação do dispositivo de avaliação.

Para facilitar a avaliação, importa que o programa seja passível de ser avaliado, nomeadamente que os objectivos sejam precisos, que as medidas e acções sejam claramente definidas. A análise da estratégia e da coerência do programa vão nesse sentido. O estabelecimento dum sistema de acompanhamento de qualidade facilitará a avaliação. Os indicadores serão úteis para a avaliação, mas convirá prever uma abordagem mais qualitativa. A avaliação necessita, efectivamente, dum trabalho de recolha de informação no terreno.

## ANEXO 1 : Lista das abreviaturas

**FFOA** : Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades, Ameaças
**DLD** : Desemprego de Longa Duração
**FEDER** : Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
**INE** : Instituto Nacional de Estatísticas
**INSEE** : Instituto Nacional da Estatística e dos Estudos Económicos
**JOCE** : Jornal Oficial das Comunidades Europeias
**OCDE** : Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico
**ONG** : Organização Não Governamental
**Natura 2000** : Rede ecológica europeia
**NUTS** : Nomenclatura das unidades territoriais estatísticas
**PECO** : Países da Europa Central e Oriental
**PIB** : Produto Interno Bruto
**PIC** : Programa de Iniciativa Comunitária
**PME** : Pequenas e Médias Empresas
**PO** : Programa Operacional
**RTE -T** : Redes trans-europeias de transportes
**I&D** : Investigação e Desenvolvimento
**R.U.** : Reino Unido
**EDEC** : Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário
**SUDOE** : Sudoeste Europeu
**TIC** : Tecnologias de Informação e de Comunicação
**MPE** : Muito Pequenas Empresas
**U.E.** : União Europeia